Gênero e Poder: a importância da dimensão de gênero nas ONGs

Leila Linhares Barsted

# PKUPUS IA

Direito previdenciário para donas de casa versus universalidade da proteção social no Brasil Lena Lavinas

Conselhos Municipais, Políticas Públicas e Cidadania: um olhar de gênero para pensar a cidade Tatiana Dahmer Pereira

Revista Trimestral de Debate da Fase Dez/Mar - 2005 Ano 28/29 - Nº 103/104



### A cidadania das mulheres





Pag.6

Por Cristina Carrasco

Introdução para uma Economia feminista



Por Flavia Piovesan

Direitos Humanos das Mulheres no Brasil: desafios e perspectivas



#### FASE - federação de Orgãos para Assistência Social e Educacional



#### Os objetivos permanentes da FASE

Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na justiça social, na preservação do meio ambiente e na aplicação da cidadania. Apoiar, com uma visão e atuação própria, através de ações educativas e de projetos demonstrativos, a contituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento



#### Os objetivos do Plano Trienal 2002-2004

#### Campos estratégicos de atuação

- Construção de um novo projeto de desenvolvimento
- O enfoque inovador da sustentabilidade
- O fortalecimento dos atores sociais e coletivos
- O fortalecimento institucional e o desenvolvimento organizacional

#### Objetivos gerais

- elaborar e difundir modelos replicáveis de desenvolvimento integrado e sustentável, a partir de experiências implementadas e projetos demonstrativos.
- Implementar a agenda nacional da FASE, baseada no enfoque da luta contra desigualdades, contribuindo para a consolidação de uma plataforma nacional de direitos econômicos sociais e culturais junto aos grupos beneficiários do trabalho da FASE através da intervenção dos seus programas nacionais e regionais.
- coordenar iniciativas de caráter nacional e regional, tais como campanhas, encontros
  e articulações, que contribuam para o fortalecimento dos sujeitos coletivos e de seus
  fóruns e redes, na perspectiva da ampliação da participação da cidadania na gestão
  das políticas públicas e da democratização da sociedade brasileira.
- elaborar e divulgar teses próprias, para o debate relançado pela ABONG junto à
  sociedade civil brasileira acerca do papel próprio das ONG se do marco legal de
  regulamentação das organizações sem ter alcançado uma intervenção articulada em
  torno da ABONG, enquanto campo de organizações sociais comprometidas com a
  promoção da cidadania, da democracia e da justiça social;
- alcançar uma intervenção articulada em torno dos temas de desenvolvimento, das desigualdades sociais e da pobreza na América Latina, através da constituição de parcerias - em especial no campo da Associação Latino-americana de Organizações de Promoção Social, ALOP:



#### Conselho Deliberativo

Presidente Márcia Pereira Leite

Vice-presidente Leilah Landim Assumpção

1º Secretário
Paulo Pena Schütz

2º Secretário Décio Lima de Castro

3º Secretário Leila Linhares Barsted

Suplentes Neide Esterci Regina Leite Garcia Virginia Fontes Liszt Benjamin Vieira Renato Sergio Maluf

Conselho Fiscal Jorge Vicente Muñoz Carlos Bernardo Vainer Ricardo Gouvêa Corrêa

Suplente José Moreira Bartholo

Alexandre Sgrecia
Ana Clara Torres Ribeiro
Braulio Rodrigues da Silva
Cândido Grzybowski
Ênio Candotti
Fernanda Carísio
José Ricardo Peret
José Sérgio Leite Lopes
Luiz Eduardo Soares
Luiz Gonzaga Ulhoa Tenório
Maria Lúcia Karam
Marinete Valentim
Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho
Otília Sílva Leite
Sérgio Góes de Paula
Sílvio Caccia Bava
Uri Gomes Machado

Representante dos Funcionários Matheus Otterloo

Diretor Executivo Jorge Eduardo Saavedra Durão

Diretores de Áreas Temáticas e Programa Maria Emília Lisboa Pacheco Orlando Alves dos Santos Jr. Pedro Cláudio Cunca Bocayuva Fátima Vianna Mello



## Editorial

ano de 2005 teve um 8 de março diferente dos demais. Sempre crescentes, as comemorações pelo Dia Internacional da Mulher estão hoje muito mais politizadas e propositivas de políticas públicas devido a um inegável acúmulo de discussão sobre relações de gênero e políticas de direitos oriundas do feminismo. O resultado é, até o momento, um ano de contribuições importantes para a conquista e cumprimento de direitos da metade feminina da humanidade.

**Proposta** não poderia ficar indiferente ao crescimento do debate feminista na sociedade brasileira. Com a intenção de agregar densidade às discussões que se travam atualmente no país, a revista da FASE apresenta o tema Cidadania das Mulheres em sua 103ª edicão.

A seleção de artigos é variada segundo a perspectiva de tratamento do tema. Leitoras e leitores perceberão que **Proposta** se preocupou em refletir em suas páginas a miríade de enfoques e posições políticas à qual está submetido hoje o tema das relações de gênero e as lutas feministas. O leque de enfoques é amplo a ponto de abarcar desde a redistribuição de renda segundo o critério de gênero até a agroecologia como estratégia de eqüidade; desde a organização popular feminista nos meios rural e urbano até as múltiplas confrontações do feminismo negro; desde a busca de alternativas econômicas para a inserção da mulher até a luta pelo direito de decidir sobre seu corpo.

A renovação do debate econômico, incluindo a mulher como variável social, é uma importante mudança, e representa um avanço em relação a um entendimento já arcaico sobre a economia que igualava de maneira primária homens e mulheres nos estudos sobre a produção e circulação de riqueza nas sociedades capitalistas. Hoje há importantes avanços na teoria econômica com enfoque de gênero graças ao esforço de discussão e elaboração de várias pesquisadoras e alguns pesquisadores.

Da mesma forma, a conquista de direitos das mulheres tem avançado, ainda que de forma lenta e desigual em cada canto do planeta. Se pusermos em perspectiva histórica uma discussão como a de direitos humanos, por exemplo, temos um processo parecido com o descrito no parágrafo acima. Há cerca de dez anos as mulheres foram especificadas internacionalmente como sujeitos de direitos. O avanço é representativo, pois implicou complementar a Declaração Universal de 1948 com o reconhecimento de peculiaridades e particularidades na discussão de direitos humanos.

Contudo, perceber avanços não poderia jamais nos fazer cegos às tamanhas injustiças e violações a que são submetidas as mulheres em tantos territórios e de tantas maneiras diferentes. Injustiças sociais, econômicas, culturais, de direitos, de acessos. **Proposta** quer dar visibilidade às discussões de gênero e assim contribuir com a luta por equidade e os direitos das mulheres. Assim como afirmar as suas parcerias nos movimentos, articulações e redes. E, ainda, vem a público relatar experiências concretas do trabalho do Núcleo de Gênero da FASE em seus vários territórios de atuação.



## Sumário



Cristina Carrasco

Introdução para uma Economia Feminista



Leila Linhares Barsted

Gênero e Poder: a importância da dimensão de gênero nas ONGs



30 Flavia Piovesan

Direitos Humanos das Mulheres no Brasil: desafios e perspectivas



Lena Lavinas e Marcelo Nicoll

Direito previdenciário para donas de casa *versus* universalidade da proteção social no Brasil



Tatiana Dahmer Pereira

Conselhos Municipais, Políticas Públicas e Cidadania: um olhar de gênero para pensar a cida



Entrevistas

Maria Emília Lisboa Pacheco 47



Jurema Werneck 53



Dulcelina Vasconcelos Xavier 55



e Feminismo

56

Rede Economia e Feminismo



Marcha Mundial das Mulheres

#### Mulheres em marcha para construir a igualdade



Silvia Maria Sampaio Camurça

Articulação de Mulheres Brasileiras: balanço e perspectivas



Rose Melo, Maria das Gracas Costa e Solange Oliveira

Mulheres da Amazônia transformam biodiversidade em economia solidária



Renata Mauro Freire e Aliria Graciela Bicalho Noronha

Enfoque de gênero sobre segurança alimentar e renda familiar em um assentamento rural



Luiza de Marillac Melo de Souza

Um olhar de gênero sobre a universalização da participação no orçamento participativo

91

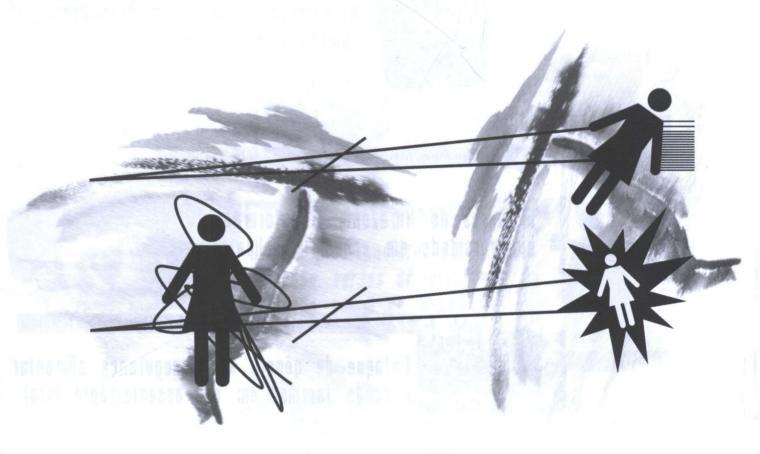
Patrícia de Lucena Mourão e Gutemberg Diniz Guerra



As mulheres no processo de reconstrução da agricultura em Abaetetuba - Pará

## Introdução para uma Economia feminista\*

Cristina Carrasco



\*Essa é uma tradução do espanhol do capítulo introdutório do livro *Mujeres y economia: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*, organizado por Cristina Carrasco Ed. Icaria – Antrazyt, Barcelona. Uma versão mais reduzida encontra-se no Apêndice IV "Mulheres e Economia: debates e propostas" em Barcelo 1998. Nesta versão optamos por uma organização temática.

¹Professora de Teoria Econômica da Universidade de Barcelona. Suas pesquisas têm sido ligadas ao trabalho das mulheres: mercantil e familiar doméstico. Sua última publicação é "Trabajo con mirada de mujer" publicado pelo Conselho Econômico e Social, Madrid, 2004.



O ingresso massivo das mulheres (de classe média) no ensino superior e no trabalho assalariado junto com o ressurgir político e ideológico do movimento feminista provocaram, nas últimas décadas, certas mudanças de perspectiva nas diferentes disciplinas. Trata-se de mudanças profundas que não só pretendem "agregar" o estudo das mulheres nas pesquisas, mas, sobretudo, resolver diferentes questões.

A introdução da categoria "gênero" revela a insuficiência dos corpos teóricos das ciências sociais, pela sua incapacidade de oferecer - não uma explicação - mas um tratamento adequado à desigualdade social entre mulheres e homens. Estes novos enfoques pretendem denunciar o viés androcêntrico que subjaze o "saber científico": a eleicão dos temas de pesquisa, a forma de aproximação, a interpretação de dados e resultados acontecem sob uma perspectiva que pretende universalizar normas e valores que correspondem a uma cultura construída pelo domínio masculino. O resultado até agora é um avanco epistemológico importante: por um lado, se constroem novas parcelas de conhecimento e, por outro, se redefinem categorias e conceitos partindo da própria experiência das mulheres. No entanto, pouco foi feito na transformação real das disciplinas. Assim, os enfoques novos e os tradicionais percorrem vias paralelas sem se cruzar.

A economia – apesar de ser a disciplina social menos sensível às rupturas conceituais – não é indiferente a este processo de crítica teórica e metodológica. Já no século XIX, coincidindo com a primeira onda do feminismo, diversas autoras escrevem sobre o direito das mulheres a ter um emprego e denunciam as desigualdades nas condições trabalhistas e salariais entre os sexos.<sup>2</sup> Desde então e, particularmente, desde os anos 60, os escritos econômicos que estudam a problemática das mulheres aumentaram sensivelmente. As razões já foram assinaladas anteriormente: o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e às universidades e o desenvolvimento do pensamento feminista que pressiona as diversas disciplinas.

A chamada economia feminista se inicia nestas datas com uma crítica aos paradigmas neoclássico e marxista, pela maneira de analisar a situação socioeconômica das mulheres. A economia neoclássica é acusada de racionalizar os papéis tradicionais dos sexos tanto na família como no mercado de trabalho e justificar e reforcar, desta maneira, o status quo existente (Humphries, 1995, p. 55). O marxismo é criticado pelas nocões - supostamente neutras quanto a gênero - de proletariado, exploração, produção e reprodução e a hipotética convergência natural de interesses econômicos entre homens e mulheres da classe trabalhadora. Desta maneira, está tentando se fazer visível uma relação dialética entre gênero e classe. Em definitiva, (...) apesar de que as premissas e os métodos das tradições radical e neoclássica são muito diferentes, as economistas feministas (...) tem mostrado que historicamente estas escolas têm tratado a divisão por sexo do trabalho na família e na sociedade como se estivesse biologicamente determinada (Kuiper e Sap, 1995, p.4).

Além da crítica metodológica e epistemológica às tradições existentes, a temática estudada nas últimas três décadas é muito ampla, embora cada época esteja marcada pela discussão de determinadas questões que resultam da própria situação sóciopolítica e do avanco intelectual do período. Dentre os temas analisados destacam-se o trabalho doméstico, os diferentes aspectos da participação e discriminação das mulheres no trabalho. as políticas econômicas e seus efeitos diferencados por sexo, os problemas de gênero e desenvolvimento, a invisibilidade das mulheres nos modelos macroeconômicos e o desenvolvimento de novos enfogues que permitam a análise global da sociedade. Basicamente, é questionado o viés androcêntrico da economia, que se evidencia nas representações abstratas do mundo usadas habitualmente pelos pesquisadores, onde se omite e exclui as mulheres e a atividade fundamental que estas realizam, não conseguindo assim analisar suas restrições e situações específicas. "A economia tem desenvolvido uma metodologia que não consegue 'ver' o comportamento econômico das mulheres" (Pujol, 1992, p.3).

A chamada economia feminista dificilmente pode ser considerada um conjunto monolítico. Na discussão e elaboração teórica participam pesquisadoras(es) procedentes de diversas escolas de economia – neoclássica, marxista, funcionalista – assim como de diversas tradições do feminismo – liberal, radical, socialista. Além disso, é quase habitual na perspectiva feminista, – salvo quando aspectos metodológicos são discutidos – a interdisciplinaridade, especialmente nas análises de fenômenos sociais, mesmo que seja difícil separar o pensamento econômico de outras disciplinas próximas como a sociologia, a antropologia e a história.

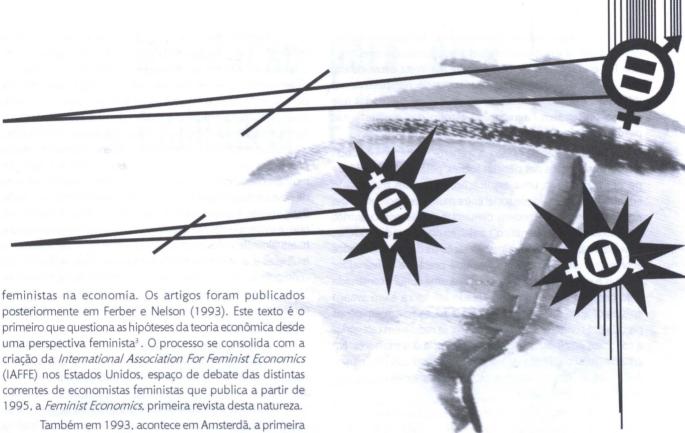
Ao longo dos anos 80, se desenvolve uma convergência entre as diferentes vertentes das feministas economistas. Isto responde a razões mais genéricas, tanto de ordem política como acadêmica. Por uma parte, existe a necessidade de construir uma frente comum para a luta política e para o trabalho intelectual com o propósito de enfrentar a direita ideológica e política emergente. Por outra parte, a corrente do pós-modernismo tem um impacto na teoria feminista: a crítica às categorias tradicionais abre a possibilidade a novas teorizações e pesquisas (Beneria, 1995). Na economia, o poder analítico da categoria gênero junto à crítica do tratamento teórico sobre a mulher estabelece as bases para uma construção teórica feminista (Folbre e Hartmann, 1988; Nelson, 1992; Woolley, 1993).

Um fato importante para a economia feminista aconteceu em 1990. Nesta data, a Conferência Anual da *American Economic Association* inclui, pela primeira vez, um painel relacionado especificamente com as perspectivas



Entre as precursoras, encontra-se Bárbara Bodichon (1857). Ao final do século, se recuperam muitos dos aspectos discutidos por Bodichon no marco do debate sobre "igual salário para homens e mulheres" (Fawcett, 1918; Gilman, 1898). Apesar da força e a importância destes aportes, eles são pouco citados nos textos de historia do pensamento econômico.





(IAFFE) nos Estados Unidos, espaço de debate das distintas correntes de economistas feministas que publica a partir de 1995, a Feminist Economics, primeira revista desta natureza.

Também em 1993, acontece em Amsterdã, a primeira conferência Out of the Margin. Feminist Perspectives on Economic Theory. Os debates confirmam os limites das aproximações tradicionais e manifestam que a economia feminista não é só uma tentativa de ampliar os métodos e teorias existentes para incluir as mulheres, mas também uma

feminista não é só uma tentativa de ampliar os métodos e teorias existentes para incluir as mulheres, mas também uma coisa mais profunda: procurar uma mudança radical na análise econômica, que possa transformar a própria disciplina modificando alguns de seus pressupostos básicos – normalmente androcêntricos – e permita construir uma economia que integre e analise tanto a realidade das mulheres como aquela dos homens (Beneria, 1995).

Nas páginas seguintes vamos relatar algumas das problemáticas mais significativas e que são objeto de revisão e reelaboração. A temática e a bibliografia referenciada não pretendem ser exaustivas. A produção teórica das últimas décadas é tão ampla que estudá-la completamente seria quase impossível. O objetivo é oferecer uma pauta orientadora sobre o atual estágio do debate para as pessoas interessadas, não especialistas no tema.

Começamos com a crítica ao viés androcêntrico no pensamento econômico. Os próximos trechos deste artigo são dedicados à discussão de questões relacionadas como o trabalho das mulheres nas suas diversas vertentes: o debate sobre o trabalho doméstico, a discussão do patriarcado, o conceito de trabalho e a valoração do trabalho familiar e o mercado de trabalho e as relações de gênero. Logo depois discutiremos a falsa neutralidade dos modelos e políticas macroeconômicas e, finalmente, o debate sobre os aspectos metodológicos da disciplina e a proposta de novas perspectivas de análise.

## Ocultas sob a mão invisível: as mulheres no pensamento econômico

Só recentemente as economistas feministas se dedicaram ao estudo da história do pensamento econômico numa dupla vertente: a crítica à invisibilidade das mulheres no pensamento clássico (e neoclássico) e a recuperação das idéias de algumas economistas silenciadas pela história e a corrente dominante da disciplina. "Numa revisão dos textos de economia evidenciamos, no entanto, que as mulheres não têm sido totalmente esquecidas, mas, sim, que têm sido consideradas – explícita ou implicitamente – como excecões às regras, como alheias à esfera econômica e participando só de maneira marginal – quando se lhes permite – da atividade econômica nacional. Sempre se negou às mulheres o status de agente econômico e, em conseqüência, as decisões racionais normativas se realizam considerando o lugar que supostamente as mulheres têm na economia e na sociedade" (Pujol, 1992, p.1).

Com certeza Michèle Pujol é a autora mais destacada - mesmo não sendo a pioneira - na crítica feminista ao pensamento



Havia artigos publicados anteriomente, mas não existia uma publicação dedicada exclusivamente ao tema.



riopoolu ii ioo/ ioi bez/ mui

econômico.<sup>4</sup> Sua obra principal *Feminism and Anti-Feminism in Early Economic Thought* é uma referência obrigatória sobre o tema. Neste livro ela discute com profundidade de argumentação o tratamento tradicional das mulheres no pensamento clássico (primeiro) e neoclássico. Junto com outras pesquisadoras (Madden, 1972; Folbre e Abel, 1989; Folbre, 1991; Dimand *et al.*, 1995; Gardiner, 1997),<sup>5</sup> estudam as raízes da invisibilidade econômica das mulheres nos economistas clássicos: o "esquecimento" das atividades não mercantis, sua articulação com a produção capitalista e a participação das mulheres na criação de "capital humano".

Os pensadores clássicos – estudiosos do que mais tarde seria a chamada economia política – viviam num período de transição e reestruturação da realidade social, ligada naturalmente ao processo de industrialização. A produção orientada para o mercado foi sendo separada da produção doméstica destinada ao autoconsumo familiar, processo que se consolidará posteriormente com a implantação generalizada do capitalismo. Esta situação ajuda para que suas análises se centrem na produção capitalista e seu instrumental analítico e conceitual tome como referência exclusivamente este tipo de produção. Assim, comeca uma tradição que ignora a divisão sexual do trabalho e oculta o trabalho familiar doméstico e sua articulação com a reprodução do sistema capitalista. Iniciase uma perspectiva de análise que mantém uma rígida separação entre diversas dicotomias: o público e o privado, a razão e o sentimento, o trabalho mercantil e o trabalho doméstico, a empresa e a família.

Agora, diversas historiadoras mostram que durante todo este período – séculos XVIII e XIX – as contribuições econômicas das mulheres para reprodução familiar são decisivas: além de assumir o trabalho doméstico, fundamental entre outras coisas para a sobrevivência infantil, elas mantêm longas jornadas na agricultura ou trabalham fora de suas casas, seja no trabalho fabril, como pequenas comerciantes ou como trabalhadoras eventuais, babás, lavadeiras etc. atividades que as mulheres já realizavam, a exceção do emprego nas fábricas, no período prévio à industrialização.

Entretanto, o surpreendente é que toda esta atividade das mulheres, realizada tanto fora como dentro do lar – se faz de maneira invisível aos olhos da maioria dos pensadores clássicos.<sup>7</sup> Em geral se reconhece a importância da atividade das mulheres dentro de casa destinada ao cuidado familiar e, em particular, relacionada às crianças e à educação dos filhos, uma vez que se considera indispensável para que estes se convertam em "trabalhadores produtivos" e contribuam à "riqueza das nações", mas a toda esta atividade não é atribuído valor econômico. Enfatiza-se a divisão sexual do trabalho, insistindo na obrigação primeira das mulheres como mães e esposas, obrigação esta que para as mulheres casadas seria incompatível ou, no mínimo, desaconselharia terem um emprego.

Nas análises do trabalho assalariado não existe nenhuma discussão em torno das razões da segregação sexual nem sobre a razão dos salários femininos serem mais baixos. Tudo isto é aceito como "fato natural" conforme ao papel familiar das mulheres. O emprego feminino só seria circunstancial e complementar ao masculino, uma vez que sua verdadeira responsabilidade estaria no lar.

Desde uma outra perspectiva, a análise dos censos também elabora uma crítica conceitual: a terminologia e os métodos utilizados no terreno mais concreto são um reflexo do que a economia está teorizando.8

O conceito de dona de casa improdutiva era um subproduto de uma nova definição de trabalho produtivo que valorizava a participação no mercado e desvalorizava o trabalho não mercantil, atividade central na vida de muitas mulheres. A mudança na terminologia formalizou os pressupostos da economia política androcêntrica (Folbre, 1991).

Agora, apesar da incapacidade dos economistas clássicos situarem o trabalho familiar doméstico num marco analítico adequado, eles apresentam uma vantagem em relação à economia neoclássica posterior. O reconhecimento da importância da vida e do trabalho familiar no cuidado das crianças e na reprodução da população (tema relevante devido à elevada taxa de mortalidade infantil da época), fica refletido no salário, considerado como custo de reprodução histórica da classe trabalhadora (Picchio, 1992ª). De qualquer modo, os economistas clássicos manifestam uma tensão e uma contradição em reconhecer o trabalho das mulheres na família e não incorporá-lo num esquema analítico que representasse o sistema socioeconômico global. Esta tensão, salvo exceções, desapareceria com a economia neoclássica.



Michèle Pujol morreu em agosto de 1997, aos 46 anos. A economia e o movimento feminista perderam uma amiga, excelente companheira, incansável lutadora e aguda crítica do pensamento econômico dominante. Aqui faco uma singela homenagem neste merecido reconhecimento.



As idéias expressas a seguir se baseiam fundamentalmente na obra de Pujol, exceto quando uma outra autora for citada.



Para estes aspectos ver a excelente obra de Tilly e Scott (1987).



Com exceção de Stuart Mill, cujo conhecido relacionamento com Harriet Taylor – mulher feminista e socialista – influenciou notavelmente seu pensamento.



Folbre e Abel. 1989; Folbre. 1991. Também historiadoras feministas têm pesquisado os problemas metodológicos do estudo do trabalho das mulheres através das fontes estatísticas. Para o caso espanhol ver Perez-Fuentes (1995).



Com o surgimento da escola marginalista – posteriormente a neoclássica - o centro da atenção se desloca da produção capitalista ao mercado capitalista, ao intercâmbio, o que institucionalizará definitivamente a separação de ambas esferas, a produção mercantil e a produção doméstica, relegando esta última à marginalidade e à invisibilidade. Desta maneira, o problema central já não estará no âmbito da produção, como era o caso dos clássicos, senão no campo da eleicão racional.

A crítica à escola marginalista de uma perspectiva feminista se centra no seu recorte de gênero, que leva a caracterizar as mulheres como pessoas com filhas(os).

dependentes do marido ou do pai, donas de casa, improdutivas e irracionais (Pujol, 1995). Este recorte posteriormente explícito na Nova Economia da Família, embora implícito desde o início - tomou corpo basicamente em dois processos. Em primeiro lugar, no debate sobre igual salário para mulheres e homens e as condições de emprego feminino, que tem lugar no final do século XIX e início do XX, onde as feministas da época – com destaque para M.G. Fawcett - rebatem com forca a idéia defendida desde o marginalismo, de que os salários mais baixos das mulheres refletem sua menor produtividade. Além disto, a discussão se amplia sobre diversos conceitos: "... salário de subsistência (salário familiar) para trabalhadores masculinos, salário de mercado, salário mínimo para as mulheres

(e às vezes para homens), necessidades de subsistência, subsídios familiares e outras formas de transferências" (Pujol, 1992, p. 51) que permitem analisar o viés androcêntrico do pensamento econômico°. Em segundo lugar, no desenvolvimento originário da economia de bem-estar e o tratamento das mulheres. As críticas apontam a dois destacados economistas: Marshall e Pigou (Pujol, 1992).

Marshall aceita e justifica que a idéia burguesa vitoriana sobre a divisão sexual do trabalho se faça extensiva à classe trabalhadora: " ... as mulheres da classe trabalhadora são destinadas ao lar para criar capital humano masculino, enquanto os homens devem ganhar um "salário familiar" no mercado de trabalho... Sob o disfarce de proteção, as mulheres são destinadas ao lar dando-lhes maior responsabilidade no cuidado da família e na inversão do capital humano nas crianças, mas com um orçamento mínimo justificado pela

eficiência capitalista. E mesmo que isto requeira um exercício qualificado de racionalidade econômica, Marshall não considera as mulheres como seres econômicos (Pujol, 1992, p. 139).

A economia do bem-estar de Pigou tem sido interpretada como uma fonte de soluções humanas para a pobreza e os aspectos mais depredadores do livre mercado capitalista. No entanto, estabelece uma diferença importante entre homens e mulheres. Estas últimas são consideradas criaturas mais fracas, dependentes economicamente do marido ou do Estado, com o lar como lugar natural, justificando, portanto, para as que têm emprego, piores condições de trabalho e salários mais baixos que os masculinos.

Por outra parte, reconhece que o trabalho das mulheres na família é um requisito crucial para conseguir

o "bem-estar capitalista", mas o exclui da Contabilidade Nacional quando não ocorrem trocas monetárias, categorizando a atividade das mulheres em casa como não-trabalho. Daí que a análise do pensamento dos discípulos de Marshall sobre a economia do bem-estar e a Contabilidade Nacional na sua relação com as mulheres, leve às pesquisadoras feministas a concluir que: atrás de uma aparência humanitária se escondem propostas que reforcam os valores patriarcais, a autoridade do estado, o poder do capital e a falta de opcões da classe trabalhadora, os pobres e particularmente, as mulheres (Pujol, 1992, p. 194).

Definitivamente, esta linha de estudo coloca em evidência a maneira como vem sendo construído o pensamento econômico e como desde suas origens está atravessado por um recorte androcêntrico que marginaliza, oculta e torna invisível a atividade das mulheres.

## O chamado "debate sobre o trabalho doméstico"

Nos anos 60, economistas feministas provenientes da tradição marxista começam a questionar o esquecimento das



A segunda metade do século XIX é testemunha da primeira onda do feminismo. Mesmo que se atribua mais importância ao movimento sufragista, os debates e lutas contra a discriminação das mulheres no mercado do trabalho foram importantes.



mulheres nas análises da divisão do trabalho na família e na sociedade. Estimuladas pelo ressurgimento do interesse no marxismo e pelo desejo de identificar uma base material para a opressão das mulheres, abrem debates relacionados com a desigual participação dos sexos no trabalho assalariado, o trabalho doméstico e a família: questões que tradicionalmente tinham sido colocadas à margem da economia. No início a tentativa era integrar a análise da atividade das mulheres nas categorias conceituais do paradigma marxista - objetivo que depois se abandonará ao reconhecer as limitações epistemológicas de estruturas teóricas construídas com recorte de gênero, isto é, úteis para o estudo da atividade dos homens, mas não das mulheres. Uma parte importante desta primeira discussão foi recolhida no que se chamou "o debate sobre o trabalho doméstico", que se desenvolveu aproximadamente durante uma década.10

O "debate" está centrado fundamentalmente na natureza do trabalho doméstico e a função que este desempenha num sistema capitalista. O artigo pioneiro de Mitchell, "A liberação da mulher: a longa luta" publicado originalmente em 1966, na New Left Reviewque de fato aparece antes que o movimento feminista socialista se desenvolva como tal -. começa com uma crítica ao tratamento da guestão da mulher usado na literatura marxista clássica. Estabelece como alternativa que a condição da mulher deve ser analisada em quatro estruturas separadas: produção, reprodução, socialização e sexualidade. colocando as três últimas na esfera familiar.

A tese de Mitchell é questionada basicamente pela debilidade da análise das distintas estruturas, a relação entre elas, o nível de abstração usado e pela ausência de uma construção teórica da categoria "família". Apesar destes problemas, o artigo representou um papel determinante no movimento feminista da época ao legitimar uma perspectiva de análise que estabelece a razão última da situação da mulher na base econômica, ainda que reconheça a existência de outros aspectos também importantes.

Três anos mais tarde, é publicada na Monthly Review um artigo de Benston que faz uma análise do trabalho doméstico utilizando categorias marxistas. Ele o define como um resquício dos modos de produção pré-capitalistas e estuda a maneira como este tipo de trabalho atua como base material das contradições que experimentam as mulheres nas sociedades capitalistas. Assim, situa o problema da opressão das mulheres no terreno do

materialismo. Apesar de ser um artigo descritivo, que não realiza uma elaboração teórica sobre a função do trabalho doméstico, contém as bases das questões que formarão parte da polêmica. Não obstante, o núcleo do debate se encontra nas contribuições posteriores de Dalla Costa (1972), Seccombe (1974), Delphy (1970), Harrison (1973), Gardiner (1975): a caracterização do trabalho doméstico como modo de produção, a reprodução da força do trabalho, o trabalho doméstico como trabalho produtivo e/ou criador de valor e os benefícios que obtém o capital desta atividade realizada pelas mulheres.<sup>11</sup>

A discussão sobre a caracterização do trabalho doméstico como modo de produção girou em torno às teses de Delphy: o trabalho doméstico constitui um modo de produção específico, distinto e autônomo

do modo de produção industrial, em que os homens exploram a força de trabalho feminina. Neste modo de produção patriarcal, as mulheres constituem uma classe social. Desta maneira, Delphy, está opondo a "lógica do patriarcado" à "lógica do capital" 12, o que representou um forte desafio às posições marxistas, que inclusive responderam com virulência.

Um segundo aspecto

conflitivo surge da obra de Dalla

Costa. A autora aborda diretamente a questão da reprodução da força de trabalho e explica que o trabalho doméstico é produtivo enquanto reproduz a mercadoria força de trabalho. Daí se deriva o que será seu lema político, "o salário para a dona de casa", que produz uma forte polêmica no movimento feminista por considerar que mais que liberar a dona de casa, legitimava seu papel no lar.



Em Borderias e Carrasco (1994) se comenta o debate assim como outros aspectos relacionados com o trabalho das mulheres desde uma perspectiva histórica, econômica e sociológica.



Existem algumas publicações que realizam um bom balanço desta polêmica, o que nos permite não ter necessidade de reproduzi-la, mas citar só os aspectos mais relevantes. Entre outros consultar Molyneux (1979), Alonso (1982), Carrasco (1991).



A discussão patriarcado-capitalismo constituiu um centro importante do debate.



A polêmica que se formou em torno do trabalho doméstico como criador de valor foi caracterizada pelo seu alto teor academicista. O trabalho doméstico cria valor? Produz mais-valia? Cria trabalho excedente? Tentou-se dar respostas a estas perguntas. Smith (1978) terminou com esta discussão concluindo – depois de uma detalhada análise do trabalho doméstico utilizando categorias marxistas – que este tipo de trabalho não tem por que entrar em conflito com a teoria do valor já que, ao não tomar parte da produção e do intercâmbio de mercadorias, fica fora de seu campo de aplicação.

Outro tema fundamental no debate, mesmo que em termos distintos, tem a ver com a relação entre o trabalho doméstico, a reprodução da força de trabalho e o benefício que obtém o capital. De certa maneira, tentava-se forçar uma "teoria da reprodução da força de trabalho" marxista que permitisse desvendar o caráter do trabalho doméstico para o capitalismo. Seria ele estrutural ou conjuntural?

Esta discussão levou a colocar a questão da socialização do trabalho doméstico: sendo aceito ou não o caráter essencial do trabalho doméstico, é indiscutível que ao longo do tempo tem se desenvolvido um processo de transferência de certos valores de uso—produzidos originalmente sob relações domésticas—à produção socializada sob relações capitalistas. Então, por que o trabalho doméstico, mesmo sendo útil ao capitalismo, vem se socializando progressivamente? Por que somente tem se socializado alguns aspectos e não todos? O processo não terminou ainda; num futuro esta atividade será socializada totalmente? O tratamento destes temas esteve mais marcado que outros por um estilo dogmático e economicista que impede analisar a verdadeira importância social dos "trabalhos de cuidados domésticos". Em termos políticos se traduz no lema "abolição do trabalho doméstico" como forma de liberação das mulheres 13.

Se olharmos retrospectivamente, o "debate" aparece, em termos gerais, bastante estéril e muitas das questões discutidas foram abandonadas sem chegar a posições comuns. O alto nível de abstração e a abusiva utilização de intricados argumentos derivados da teoria econômica marxista tornaram o "debate" difícil de ser acompanhado e de fazer qualquer aplicação prática. O quadro em que foi desenvolvido limitou sua capacidade explicativa: centrando-se fundamentalmente no modo de produção capitalista, quase exclusivamente na atividade das mulheres em casa, teve um forte caráter economicista, definiu o trabalho doméstico de maneira muito limitada, e especialmente, não permitiu as análises e a identificação das relações de gênero presentes na produção doméstica. Apesar disso, foi útil no sentido de colocar na agenda o estudo da posição das mulheres como donas de casa e o papel do trabalho doméstico na reprodução do sistema social. Com certeza os legados mais importantes da polêmica foram as novas vias de análise abertas, permitindo abordar aspectos – que vão além de uma análise meramente econômica do trabalho doméstico - em que as categorias marxistas se mostrariam insuficientes.

### Patriarcado e capitalismo: um dualismo teórico

Não podemos falar do trabalho das mulheres sem comentar o dualismo metodológico que perpassa a discussão nos anos setenta e oitenta. Desde o início do "debate", a polêmica se polariza seguindo as duas correntes do feminismo: socialista e radical. As primeiras tentam explicar a situação da mulher pondo ênfase nas relações capitalistas, enquanto as segundas enfatizam as relações patriarcais.

Nos Estados Unidos, a nocão de patriarcado é elaborada originalmente pelo feminismo radical para definir um sistema universal e trans-histórico de estruturas políticas, econômicas, ideológicas e psicológicas através das quais os homens subordinam as mulheres (Millet, 1969; Firestone, 1973).14 Para esta corrente do feminismo, o patriarcado é o sistema contra o qual as mulheres devem lutar. 15 O feminismo socialista desenvolve um conceito de patriarcado passível de ser relacionado com o sistema capitalista, de tal maneira que os dois sistemas atuam na sociedade reforçandose mutuamente. De fato, esta tradição gera diferentes definições de patriarcado e oferece diferentes explicações sobre a relação entre este e o sistema capitalista. Afirmam que a subordinação das mulheres não pode ser analisada independentemente de outras formas de exploração capitalista, mas, mesmo assim, criticam o marxismo e as organizações socialistas por marginalizar as mulheres no marco teórico e por terem concebido sua opressão como um efeito secundário da exploração de classes.

Hartmann (1979), representante desta corrente, afirma que o patriarcado é anterior ao desenvolvimento do capitalismo e que os homens utilizaram as instituições e relações capitalistas para assegurar sua situação de privilégio: 16



Como veremos depois, hoje em geral os "trabalhos de cuidado" são reivindicados pelas mulheres como uma atividade provedora de bem-estar e qualidade de vida. A questão então não é exclui-lo, mas verificar como é assumido e distribuído entre as diferentes instituições e membros da sociedade.



O conceito de patriarcado foi amplamente discutido, participando do debate feminista de distintas correntes de pensamento. O tema é muito mais complicado do que expomos aqui, tendo em conta que inclusive autoras de uma mesma escola mantêm diferenças entre elas. Para maior informação consultar a bibliografia referida. Um bom resumo se encontra em Gardiner (1997).



Também Delphy (1970), feminista francesa, se identifica com a corrente radical americana que diz que o controle dos homens sobre a força de trabalho de suas mulheres é a base da exploração no "modo de produção familiar", uma forma de produção baseada no contrato familiar que pode coexistir – como observamos no "debate" – com modos de produção baseados nas classes sociais.



A autoria enfatiza a utilização do poder dos sindicatos para marginalizar as mulheres.



riopoola ii ioorioi bozrimai

"Podemos definir o patriarcado como um conjunto de relações sociais entre os homens que tem uma base material e que, sendo hierarquias, estabelecem ou criam uma interdependência e solidariedade entre os homens que lhes permite dominar as mulheres"<sup>17</sup>.

Esta visão, embora utilize um marco teórico marxista, é questionada por ser "cega para o sexo" (sexblind).

Tanto Hartmann como Delphy fazem suas as categorias da exploração de classes de Marx para analisar a situação das mulheres, embora com diferenças importantes: Delphy afirma que os homens controlam a força de trabalho de suas mulheres para explorá-las diretamente; ao contrário, para Hartmann o problema se situa no caráter de serviços pessoais que tem o trabalho das mulheres em casa, o que permite aos homens exercer um controle sobre estas.

No entanto, as autoras têm sido criticadas, por uma parte, por manterem uma definição muito limitada de patriarcado que não permite entender as causas da opressão das mulheres nem oferece explicação de porque os homens podem exercer o controle sobre estas (Himmelweit, 1984). E,

Em economia o problema do dualismo metodológico se concretiza na análise do trabalho das mulheres em suas duas vertentes: doméstico e assalariado. No primeiro caso, a existência do trabalho doméstico se explica a partir do feminismo socialista pelos benefícios que obtém o capital, ao contrário, o feminismo radical alude à existência de relações de poder patriarcal. Nos anos seguintes ao "debate", tenta-se o desenvolvimento de estruturas que permitam estudar algumas questões mais relacionadas com o trabalho assalariado das mulheres, aspectos que tinham sido relegados quando se concedeu, nos anos anteriores, importância ao trabalho doméstico. Assim, os problemas do dualismo metodológico se deslocam para o mercado de trabalho, procurando explicações sobre a forma específica como as mulheres se integram ao trabalho remunerado.

O feminismo radical explica o fenômeno como o resultado do controle direto que têm os homens na família, o que faz com que a atividade doméstica seja a primeira responsabilidade das mulheres e, portanto, condicione a sua participação no trabalho. Na tradição

por outra, por mostrarem uma estrutura dual separando a reprodução (patriarcado) de outros aspectos do capitalismo, com os quais a análise marxista da produção poderia manter-se sem ser criticada pelo pensamento feminista (Beechey, 1979).

Assim, o conceito do patriarcado se nos apresenta polissêmico, sendo utilizado com diferente significação. Às vezes se refere aos mecanismos através dos quais os homens controlam a sexualidade e fecundidade das mulheres e a organização da reprodução humana. Outras vezes se refere a relações sociais mais difusas entre homens, contribuindo para subordinação econômica das mulheres. E, também, sobrevive como uma aspiração cultural entre os homens, e inclusive entre as mulheres, as quais o racismo ou a classe trabalhadora tem negado um lugar no desenvolvimento econômico (Gardiner 1997, p. 125).

De qualquer modo, a construção e a utilização do conceito de patriarcado desde as distintas correntes do feminismo levou ao problema do dualismo teórico. A opressão das mulheres — objeto principal do estudo - estaria sendo analisada em uma estrutura de dois sistemas separados: capitalismo e patriarcado, modo de produção e modo de reprodução, sistema de classes e sistema de gêneros. A insuficiência desta análise estaria na dificuldade de integrar ambos os sistemas numa estrutura coerente não funcionalista, que dê conta de construir as relações de gênero na família e na produção (Beechey, 1979; Himmlweit, 1984).

marxista, a subordinação das mulheres é considerada funcional ao capital, tanto na esfera da produção capitalista como na esfera da produção doméstica: por um lado, a existência do trabalho doméstico reduz o valor da força de trabalho, o que repercute em maior benefício para o capital. E, por outro lado, as mulheres podem ser usadas como mão-de-obra flexível segundo as necessidades da produção. Assim, está sendo utilizada uma explicação da atividade das mulheres baseada nas necessidades do capitalismo contra o feminismo radical que o realiza em termos do patriarcado. Esta idéia desencadeou uma importante discussão sobre as características das mulheres como força de trabalho.

Até agora, não têm faltado esforços para realizar análises integradas por parte de autoras do feminismo socialista. A conceituação do patriarcado por um lado, e do capitalismo por outro, como sistemas semi-autônomos, dificulta a compreensão da realidade das mulheres: "... quando observamos a realidade concreta em relação à situação da mulher, como separar o que é patriarcado do que é (na nossa sociedade) capitalismo? Não é que uma concepção dualista seja errônea por definição, mas a especificidade da

17

Hartmann (1980:95). A citação corresponde à tradução castelhana de Hartmann (1979).

realidade social não se apresenta de modo dualista, senão como uma totalidade integrada" (Beneria, 1987). O feminismo socialista reconhece algumas vantagens e limitações que a utilização do conceito do patriarcado oferece. Entre as primeiras, realiza-se uma distinção entre relações de gênero e relações de classe, que evidencia a insuficiência das análises ortodoxas marxistas e que afirma que a eliminação da propriedade privada dos meios de produção não garante a aparição de uma sociedade sem desigualdades entre os sexos. E, entre as segundas, existe uma tendência a utilizar-se de maneira transhistórica análises da realidade concreta que têm potencializado uma inclinação à separação da teoria e prática feminista do resto dos problemas da sociedade. Partindo destas virtudes e inconvenientes, tenta integrá-lo numa análise dialética que supere as insuficiências do enfoque marxista e que permita compreender reprodução e produção como dois aspectos de um mesmo processo (Beneria, 1987).

#### O conceito de trabalho e a valorização do trabalho doméstico.

Em uma perspectiva de gênero, o conceito de trabalho tem sido objeto de uma longa e complexa discussão nas distintas disciplinas. Neste sentido, os aportes da história, da antropologia e da sociologia foram determinantes. 18 Embora no paradigma predominante em economia não se tenha feito eco destas novas elaborações teóricas, diversas pesquisadoras(es) - muitas vezes como resultado do "debate" - participam da crítica ao conceito. Começa com uma questão simples: a negação à referência exclusiva ao âmbito mercantil porque redesenha a realidade negando a existência de outros tipos de trabalhos, fundamentalmente o trabalho doméstico realizado majoritariamente pelas mulheres, o qual impossibilita o desenvolvimento de enfoques mais globais, que considerem a sociedade como um todo e analisem as estreitas inter-relações entre a atividade familiar e o trabalho de mercado no processo de reprodução social.

A discussão sobre o conceito de trabalho tem incidido em diferentes aspectos no campo da economia feminista. Um deles é a elaboração de novas perspectivas teóricas, que trataremos mais profundamente no capítulo dedicado aos aspectos metodológicos. Um outro – ao qual dedicamos as próximas linhas – tem a ver com o trabalho doméstico e a Contabilidade Nacional.

Embora com antecedentes mais distantes, <sup>19</sup> foi só nos anos 60 que um número importante de pesquisadoras(es) assume a problemática de medir e valorizar o trabalho doméstico. <sup>20</sup> A discussão se enfoca em três aspectos: as tarefas que devem ser consideradas trabalho doméstico, como medilas e como valorizá-las. <sup>21</sup>

Com referência ao primeiro tema, interessa uma definição que permita determinar o campo das atividades que devem ser incluídas como produção doméstica.

Depois de diversas discussões adota-se por consenso o chamado "critério da terceira pessoa": o trabalho doméstico é aquela atividade que pode ser realizada por uma pessoa diferente da que se beneficiará do seu servico. Isto é, que possa ser intercambiada. O segundo aspecto, o da medição, tem sido amplamente desenvolvido em sua vertente mais empírica pelos estudos sobre "os usos do tempo"<sup>22</sup>, que desagregam as diversas atividades que têm lugar na família, embora ainda hoje existam problemas com esta inadequada solução, particularmente o da "produção conjunta", característica muito própria do trabalho das mulheres.<sup>23</sup> Por último, uma vez medido o número de horas dedicadas ao trabalho doméstico como se valoriza este tempo que não é utilizado na produção mercantil? A este respeito, gueremos lembrar que os métodos de valorização do trabalho doméstico são relativos às receitas (*inputs related*), e sempre tomam como referência algum valor salarial.24

Na década de 60, esta problemática não foi uma área de interesse prioritário do feminismo, preocupado nestes anos com questões mais teórico-conceituais. No entanto, em épocas recentes a situação muda e esta tradição manifesta um interesse por determinados aspectos desta problemática. Os aportes de outras disciplinas – sociologia, historiografia, antropologia – não são indiferentes a este processo. Influenciadas e motivadas



Uma parte importante da discussão sobre o conceito de trabalho esta em Borderias e Carrasco (1994).



Em seu trabalho clássico, Margaret Reid (1934) retifica a noção tradicional de família considerada como unidade de consumo para também considerá-la unidade de produção.



A bibliografia existente é bastante amplia. É possível consultar as datadas até os anos 90 em Carrasco (1991) e Beneria (1992). Para referências posteriores, Bruyn-Hundt (1996), o número 19 da Revista Política e Sociedade (1995) e o volume 2(3) de Feminist Economics (1996).



Só faremos um breve comentário; ver a bibliografia referenciada anteriormente.



As referências obrigatórias são Szalai (1972) e Gershuny e Jones (1987). Internacionalmente, as publicações da rede 'The Changing Use of Time". Também foi importante a denúncia das desigualdades de sexo nas horas de trabalho realizada pelo PNUD (1995).



Floro (1995<sup>a</sup>) insiste neste tema se referindo especialmente às mulheres de países não industrializados.



Os diversos métodos estão detalhados em Carrasco (1991), Beneria (1992), Borderias e Carrasco (1994), Bruyn-Hundt (1996).



pelas mudanças que experimentam a vida das mulheres, desde meados dos anos 70, estão mais dispostas a abandonar o enfoque abstrato da economia e a pesquisar o trabalho doméstico a partir de uma perspectiva mais concreta, centrada nas práticas de um trabalho feminino dentro da família. Surgem assim novos conceitos e novas dimensões desta atividade: o "trabalho doméstico" se amplia para "trabalho familiar", que inclui o trabalho de mediação – realizado fora do espaço familiar – dentre as novas necessidades familiares e os serviços oferecidos pelo Estado de Bem-Estar; analisam-se as tarefas específicas de gestão dos espaços e tempos de trabalho no lar como atividade própria das mulheres, e se distingue entre produção doméstica de bens e tarefas de "cuidado" ou "apoio" a pessoas dependentes (Borderias e

Desta maneira, estas novas contribuições pesquisam e revelam dimensões do trabalho doméstico que transcendem o valor de mercado. O renovado interesse – e também a inquietude – das economistas feministas surge da constatação que todos os esforços realizados pelas distintas perspectivas econômicas – neoclássica, marxista ou especialistas da quantificação – tendendo a valorizar o trabalho doméstico, não consideram os novos aspectos desta atividade e mantêm como referência o trabalho assalariado.<sup>25</sup>

Carrasco, 1994).

Definitivamente, ao não se outorgar um valor de mercado às atividades do lar, o risco é ter estas atividades esquecidas e de que, junto com elas, continuem invisíveis as pessoas que as realizam: as mulheres. Mas também se coloca o problema de como reconhecer o trabalho das mulheres sem necessidade de outorgar um valor de troca a todas as atividades não monetarizadas, já que muitas delas não são compatíveis com a produção mercantil.

Desde que, em 1933, a Comissão Estatística das Nacões Unidas incorporou as "contas satélites", a discussão sobre a valorização do trabalho doméstico se institucionalizou.<sup>27</sup> O objetivo de uma conta satélite da produção doméstica é proporcionar informação sobre os trabalhos realizados no lar, a produção de bens e servicos para o autoconsumo dos membros do lar e estimar uma valorização de tal atividade. Isto motiva aprofundamento em dois aspectos. Por uma parte, no estudo dos "trabalhos de cuidados", que tradicionalmente a economia tinha relegado a uma espécie de limbo porque não sabia muito bem como categorizá-los. A discussão envolve assuntos como a conceituação, o reconhecimento, as políticas sociais e a possível remuneração. Por outra parte, se discute a nocão de bem-estar baseada unicamente em bens materiais e servicos, e se enfatiza o uso do tempo determinante de qualidade de vida.

A problemática anterior tem relação direta com a possível inclusão do trabalho doméstico no PIB.<sup>26</sup> Este é um assunto controvertido. Por uma parte, se argumenta que se o trabalho não remunerado das mulheres não for incluído no PIB permanecerá invisível e não será valorizado; outros mais extremistas afirmam que a identificação do trabalho doméstico como trabalho assalariado torna possível o reconhecimento de uma parte desta atividade, mas também contribui para que outro conjunto de tarefas que as mulheres realizam no lar permaneça invisível, em particular aquelas que não têm substituto de mercado (Himmelweit, 1995), além do que enfatizar tanto o valor do trabalho doméstico pode levar a enaltecer o papel da dona de casa e prejudicar a luta das mulheres pela igualdade (Bergman, 1996).

Em todo caso, se evidencia a incapacidade conceitual das estatísticas para tratar uma definição aceitável de trabalho e o interesse de uma sociedade patriarcal em manter oculta a atividade das mulheres (Waring, 1988; Beneria, 1988, 1993; Chinchetru, 1997).

Questiona-se que, se o objetivo é tentar medir o bem-estar social, deve-se ter uma visão muito mais realista e global da sociedade, incorporando nas análises, todas as formas de atividades humanas desenvolvidas para tal fim.

Para isto, é necessário transcender as categorias que refletem a forma como os homens entram na economia capitalista



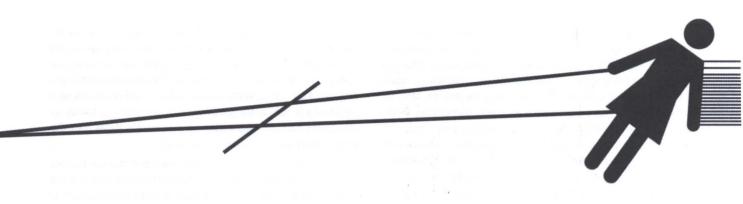
Carrasco (1998).



Bruyn-Hundt (1996), número 19 da revista Política e Sociedade 995).



Varjonen (1998) representa de alguma maneira a versão institucional do problema.



desenvolvendo terramentas mais adequadas para compreender melhor as atividades que implicam cuidados e afetos, que são realizadas especialmente por mulheres e que normalmente têm sido caracterizadas como "não trabalho".

#### Mercado de trabalho e relações de gênero

A análise da participação das mulheres no mercado de trabalho tem sido objeto de uma grande produção teórica e empírica. Também é importante a situação socioeconômica que as mulheres têm vivido nas últimas décadas: frente a uma crise econômica generalizada (ao menos durante alguns períodos), continua aumentando a participação feminina no mercado de trabalho. De fato, as mulheres são, em muitos países, o único setor da população que aumenta sua atividade durante a recessão.<sup>28</sup>

A discussão patriarcado/capitalismo já tinha originado as primeiras polêmicas em torno do trabalho assalariado feminino, confrontando-se a "lógica patriarcal" à "lógica capitalista". Há dois dos aspectos destacados neste debate: um é a caracterização das mulheres como exército industrial de reserva nos termos definidos por Marx e o outro, o chamado "salário familiar". Com respeito ao primeiro, a caracterização das mulheres estava baseada no reconhecimento de uma elevada elasticidade do trabalho doméstico, o que permitiria ao capital maior flexibilidade na contratação de mão-de-obra feminina. As mulheres seriam utilizadas como mão-de-obra de reserva, passível de incorporar-se ou retirar-se do mercado capitalista segundo as necessidades no seu processo de acumulação (Beechey, 1977). As críticas a estas hipóteses foram diversas e não demoraram a chegar.<sup>29</sup>

O segundo tema é o denominado "salário familiar" – um nível de salário suficiente que permite ao homem manter esposa e filhas(os) –, que significou uma luta de reivindicação dos sindicatos a partir de 1840. A argumentação a partir da lógica do patriarcado diz que a explicação do "salário familiar" tem de se ligar à posição das mulheres na família e não pode ser analisada só com categorias marxistas devido à ausência de uma teoria da família em Marx (Beechey, 1978; Hartmann, 1979). Os trabalhadores masculinos teriam formado uma frente

contra a proletarização universal – mulheres e crianças – não so porque estes outros setores poderiam constituir uma "concorrência barata" senão também, e mais importante, porque o trabalho assalariado das mulheres e crianças põe em perigo a autoridade patriarcal do homem no lar. Esta posição também está cheia de pontos controversos. 30

Os diferentes desenvolvimentos analíticos existentes desde a década de 80 se caracterizam - diferente dos anos anteriores - por um pluralismo teórico que tem como consegüência um avanco considerável na economia feminista. A problemática abordada é muito heterogênea, porém existem algumas reconceitualizações e construções teóricas que marcam os estudos das últimas décadas. Em primeiro lugar, a generalização entre as economistas feministas do uso da categoria "gênero". Formulados nos anos 70, tanto "gênero" como "patriarcado" foram dois conceitos de rupturas para o movimento. Porém, assim como o patriarcado - ao menos na perspectiva econômica – está presente nos discursos desta época, o gênero vive seus maiores êxitos de aplicação a partir dos anos oitenta. O gênero, diferente do sexo, que significa o biológico, representa tudo aquilo que nos homens e mulheres é produto de processos sociais e culturais. Em particular, em economia a introdução do conceito na análise do trabalho das mulheres tem tido consideráveis implicações nas teorias do mercado de trabalho e nos estudos sobre a organização do trabalho.31



Os efeitos da recessão sobre o trabalho das mulheres é um tema controvertido. Existem três hipóteses – visto como amortecedor, como segmentação e como substituição – dependendo de cada situação particular Rubery (1988).



O balanço da discussão está em Borderias e Carrrasco (1994).



Ibidem



Bergman (1986), Crompton e Mann (1986), Beneria e Rodan (1987), Beechey e Perkins (1987), Jenson, Hagen e Reddy (1988), Collins e Gimenez (1990).



Em segundo lugar, existe um verdadeiro interesse em recolocar categorias tais como produção ou trabalho para eliminar o recorte ideológico que leva a desvalorizar ou não considerar o trabalho das mulheres. Qualquer conceituação da atividade econômica deve incluir todos os processos de produção de bens e serviços orientados à subsistência e reprodução das pessoas, independentemente das relações sob as quais se produzam (Beneria, 1979, 1988).

Em terceiro lugar, como construção teórica relevante, está o conceito de reprodução. Embora a idéia de reprodução apareça já no "debate" ligada ao papel do trabalho doméstico e à reprodução da força de trabalho, será apenas posteriormente que ocupará um lugar central. A "reprodução social" pode ser entendida como um processo dinâmico que implica a reprodução biológica e da força de trabalho, a reprodução dos bens de consumo e de produção e a reprodução das relações de produção (Seccombe, 1974; Beneria e Sem, 1982; Beneria, 1979). Por esta perspectiva, a divisão sexual do trabalho adquire uma dimensão diferente: deve ser analisada nas suas inter-relações dentro de um sistema em movimento, em contínua transformação. Assim se rechaça o tratamento tradicional da economia que realiza uma separação artificial entre a esfera de produção - considerada como principal objeto de estudo - e a de reprodução subsidiária ou dependente da anterior. Este novo enfoque atribui o mesmo status conceitual àqueles dois sistemas e às atividades que se realizam em cada um deles (Beneria, 1979, 1988; Picchio 1984). A esfera de reprodução, além de ser entendida como parte integral da economia, mantém uma "autonomia relativa" em relação à esfera da produção, e a família deveria ser considerada como elemento central da análise (Humphries e Rubery, 1984).

Paralelo ao desenvolvimento das novas elaborações teóricas, coloca também a crítica às teorias de mercado de trabalho existentes: "... a pesquisa feminista colocou alguns problemas fundamentais que afetam as teorias do processo de trabalho e de mercado de trabalho, todos eles relacionados com sua conceitualização da produção e sua omissão sobre o gênero".32 Para as teorias da segmentação e do mercado dual, se reconhece um maior poder explicativo que para as teorias neoclássicas do mercado de trabalho, mas outras teorias também são fortemente criticadas pelo feminismo por sua suposta neutralidade sexual.33 Questiona-se a definição das mulheres como mão-de-obra secundária baseando-se em dados empíricos que contradizem esta afirmação<sup>34</sup> e se questionam as noções de qualificação e desqualificação, que ocupam um lugar central nas análises marxistas depois da obra de Braverman.35 A noção de qualificação não é exclusivamente técnica, está modelada socialmente e depende basicamente dos esforços masculinos - canalizados através dos sindicatos - para tentar reservar os critérios de maior qualificação para as tarefas que realizam os homens, excluindo as mulheres dos postos de trabalho mais bem remunerados (Beechey, 1988; Maruani, 1991). Isto tem relação com a diferença entre "trabalhos masculinos" e "trabalhos femininos", isto é, com a segregação dos empregos por sexo como conseqüência das relações de classe e de gênero.

A partir de uma perspectiva nitidamente econômica. o enfoque do mercado dual se mostra incapaz para dar resposta à problemática do trabalho das mulheres, por considerar apenas o "lado da demanda" nas análises da estruturação do trabalho. Uma alternativa com maior poder explicativo deveria considerar um processo dinâmico a interação entre a demanda de trabalho da esfera da produção e a oferta de trabalho da esfera da reprodução condicionada pelas características dos diferentes grupos sociais (Humphries e Rubery, 1984). Em resumo, a pesquisa feminista destaca problemas fundamentais conectados com as teorias do mercado dual, todos eles relacionados com a conceituação do trabalho e a omissão do gênero. Daí que muitas autoras concluam que são teorias que servem para analisar a experiência trabalhista masculina, mas não a feminina, já que representam um trabalhador industrial masculino.

Ao criticarem a inadequação de várias categorias sobre o trabalho, elaboradas pelas teorias do mercado dual e as teorias marxistas para captar a experiência feminina, os estudos feministas estão colocando em evidência que o mercado de trabalho não é uma entidade sexualmente neutra e que as relações de gênero estão na base da organização do trabalho e da produção. Diversas linhas de pesquisa sobre aspectos específicos se encarregam de corroborar esta hipótese. Dentre elas, se destacam os estudos sobre o trabalho em tempo parcial e a desigualdade de gênero, que mostram que este tipo de emprego se cria, preferencialmente, quando se contrata mulheres e que, por ter alguns aspectos positivos, pode converter-se em gueto feminino e precário (Ber, 1983; Beechy e Peerkins, 1987; Rubery, Horrell e Burchell, 1990; Horrell e

32

Beechey (1990). A citação é da versão castelhana em Borderias et al. (1994:432).

33

Este é um dos temas tratados de forma interdisciplinar. Na discussão participam economistas, sociólogas, historiadoras.

34

Por exemplo, muitos trabalhos realizados por mulheres – como enfermaria ou ensino – já contam com um plano de carreira escalonado análogo a outras profissões "masculinas" e não podem ser qualificados de "secundários".

35

Braverman (1974) afirma que a luta pelo controle do processo de trabalho entre capital e trabalho tem levado a um processo de desqualificação da mão-de-obra. Uma causa deste processo teria sido a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. Tanto esta afirmação como os termos em que define o conceito de desqualificação têm motivado uma forte crítica por parte das mulheres feministas.



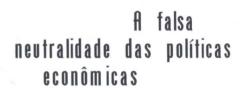
Rubery, 1991; Plantenga, 1995). O efeito das recessões sobre o trabalho feminino mostra como os diversos países as enfrentam recessões a partir de uma perspectiva diferente – relacionando de maneira específica os sistemas de produção mercantil, público e familiar quanto à posição das mulheres na estrutura social e econômica (Rubery e Wilkinson, 1981), aos problemas relacionados com gênero e tecnologia (Cockburn, 1983, 1986), à segregação ocupacional, ao subemprego, aos mercados internos de trabalho e às diferenças por gênero.<sup>36</sup>

Por outro lado, cada vez mais se desenvolve um quadro analítico integrado entre a chamada "esfera familiar", "esfera mercantil" e "esfera pública", entendendo que os três âmbitos constituem um único todo social e o estudo da situação socioeconômica —particularmente das mulheres — deve realizar-se necessariamente a partir desta perspectiva, não

sendo possível captar a problemática no mercado de trabalho se não forem levadas em consideração restrições e condições familiares e a atuação das políticas sociais<sup>37</sup>.

Também existem tentativas para explicar os salários mais baixos das mulheres. Depois de longos debates - iniciados com a discussão sobre o "salário familiar" - e uma quantidade de estudos empíricos, uma das hipóteses afirma que o salário das mulheres depende tanto da posição destas no lar como no mercado de trabalho. Diferente das teorias do patriarcado, que estabelecem que os salários das mulheres podem ser explicados com referência unicamente a seu papel familiar, uma perspectiva socialista-feminista afirma que a explicação deve levar em conta a hipótese de segregação no mercado de trabalho. Assim, os baixos salários serviriam não só para reproduzir os valores patriarcais, mas também teriam um objetivo competitivo. Definitivamente, os níveis salariais femininos estão influenciados tanto pelas características sociais das mulheres, como responsáveis pelo trabalho doméstico, como pelo sistema geral de determinação salarial e de proteção do emprego que prevalece no mercado de trabalho e que em parte depende do poder de negociação dos diversos grupos de trabalhadoras(es) (Rubery, 1978, 1991). 38

Finalmente, é preciso assinalar os importantes estudos comparativos sobre distintos aspectos da participação feminina no mercado de trabalho, realizados entre os diversos países europeus pela Comissão Européia para a Igualdade de Oportunidades.<sup>39</sup> Mesmo com um enfoque globalizador,<sup>40</sup> muito têm se aprofundado os estudos sobre as qualificações e o acesso ao emprego das mulheres; os problemas e vantagens das políticas de igualdade de oportunidades; as relações de gênero e os mercados internos de trabalho; as diferenças salariais entre sexos; o trabalho em tempo parcial na Europa e os efeitos das políticas sociais na sua relação com o trabalho e as condições de vida das mulheres.



Embora existam pesquisas anteriores, é nos anos oitenta – como resultado dos efeitos das políticas de ajuste nos países pobres e as políticas sociais restritivas de Reagan e Thatcher - que se conhece um forte desenvolvimento da tentativa de integrar a dimensão de gênero nos modelos e políticas macroeconômicas.

Desde então, tem havido um crescente reconhecimento sobre a existência de efeitos diferenciados, sobre mulheres e homens, das políticas de ajuste. No entanto, nos modelos macroeconômicos a ausência de relações de gênero continua sendo a norma. Em todo caso, sob a proteção do discurso econômico dominante, continua a implementação de políticas sem considerar a distinta experiência e relações de poder entre mulheres e homens.

Muitas medidas de mudança estrutural escondem um "silêncio conceitual": a incapacidade de reconhecer explícita ou implicitamente que a reestruturação global está tendo lugar num terreno com diferença de gênero (Bakker, 1994, p.1).

36

Sobre estas temáticas existe uma ampla bibliografia. Vide Crompton e Mann. (1986); Brown e Pechman. (1987); Jenson et al. (1988).

37

Beneria e Rodan (1987), Beneria (1992), Siltraen (1994) Gardiner(1997).

38

Sobre estes aspectos, ver em particular os estudos realizados pelo "Grupo de Cambridge".

39

Uma boa referência deste trabalho é Humphries e Rubery (1995).

40

A idéia básica está em Rubery (1988).

A economia feminista tem desenvolvido diversas linhas de pesquisa.<sup>41</sup> A primeira está relacionada com os efeitos específicos sobre a vida e o trabalho das mulheres derivados da aplicação de políticas econômicas de corte neoliberal. As políticas de ajuste levam a uma precarização do mercado de trabalho e a uma drástica redução dos benefícios sociais, o que repercute num incremento do trabalho familiar realizado pelas mulheres. Esta situação se traduz, nos países industrializados, em um endurecimento das condições de vida, particularmente das mulheres, jovens e dos grupos de baixa renda. Nos Estados Unidos cada vez mais se pesquisa sobre a "feminização da pobreza" que afeta basicamente, porém nem sempre, mulheres de raça negra. Nos países menos industrializados estas pesquisas se generalizam sob a forma de estudos sobre "gênero e desenvolvimento". Estes estudos, com ampla bibliografia, 42 colocam manifesto o falso pressuposto de neutralidade que têm os modelos macroeconômicos. O enorme custo dos ajustes estruturais, que afeta uma ampla camada da população, tem viés de classe, gênero e raça. Ouanto à dimensão de gênero, as políticas de ajuste modificam as relações entre produtiva e reprodutiva, deslocando-se a esta última uma maior responsabilidade pela sobrevivência familiar, situação agravada pela redefinição do setor público em favor do "privado". A invisibilidade da transferência de custos da economia monetarizada à não monetarizada é um elemento significativo da reestruturação e do ajuste (Bakker. 1994). Em geral, o problema é que os programas de estabilização não levam em conta a transferência de custos do mercado à família e que o "fator de equilíbrio" é a habilidade das mulheres para desenvolver estratégias que permitam a sobrevivência da família com menos rendimentos e mais trabalho (Beneria, 1995).

Um segundo campo de pesquisa guarda relação com os modelos macroeconômicos basicamente de corte keynesiano. São criticados por ser "cegos ao sexo" ignorando totalmente o trabalho doméstico e de manutenção realizado no lar e sua relação com o desenvolvimento humano, a qualidade da forca de trabalho, a atividade econômica e o produto nacional. Oferecem uma visão parcial e distorcida da realidade que não colabora na elaboração e implementação de políticas mais neutras e redistributivas. Isto se relaciona com as discussões em torno do bem-estar e qualidade de vida. Acontece, por exemplo, que em situações econômicas difíceis - aumento do desemprego, diminuição dos serviços públicos - aumenta a produção doméstica e as mulheres tendem a desenvolver várias atividades simultaneamente (sejam ou não mercantis) e a intensificar seu tempo de trabalho. Isto contribui para o bem-estar familiar, embora diminua seriamente o bemestar das mulheres. A análise destas situações deveria ser levada em conta quando da adocão das políticas macroeconômicas (Beneria, 1992; Floro, 1995b).

Uma terceira linha de pesquisa tem a ver, como afirma Bakker (1994), com a conceituação dos mercados na economia convencional. A crítica argumenta que os mercados, numa relação de gênero, são instituições com relações de poder assimétricas.

Portanto, qualquer mecanismo que exclua uma parte da população ou diminua seus benefícios por efeito destas relações, deveria implementar estratégias específicas destinadas a compensar seus efeitos. A este respeito é paradigmática a situação reiteradamente denunciada nos países europeus industrializados em relação ao viés de gênero que manifesta o funcionamento dos estados de bem-estar. O efeito resultante da relação mais débil das mulheres com o mercado de trabalho e o acesso fundamentalmente por via contributiva às prestações sociais, em particular as transferências monetárias, são uma cidadania social de menor categoria para as mulheres. A articulação de políticas mais adequadas poderia colaborar na construção de uma sociedade e um estado de bem-estar mais igualitário. (McLaughlin, 1995).

Tudo exposto até aqui é conseqüência de não se considerar, por um lado, o fato de que os mercados operam sem reconhecer que o trabalho não monetarizado de reprodução e de manutenção da vida contribui para a realização das relações de mercado, mas ainda, que na ausência deste trabalho, o mercado de trabalho não poderia funcionar (Élson, 1994), e, por outro lado, que as mulheres não participam do mercado com os mesmos recursos, condições e mobilidade que os homens, devido à distinta valorização por sexo no trabalho familiar.

Definitivamente, o que se pretende desde a economia feminista, em sua crítica à macroeconomia e à concepção das políticas econômicas, é desenvolver perspectivas que considerem as relações de gênero tanto na elaboração de estruturas conceituais e modelos formais como na pesquisa empírica estatística de países específicos, estudos comparativos entre eles ou em diagnósticos de problemas macroeconômicos e a formulação das correspondentes políticas para tentar darlhes solução (Catagay et al., 1995).

#### Crítica metodológica e novas perspectivas de análise: a falácia do "homo economicus"

Finalmente, uma área de estudo que tem estado presente na economia feminista nas últimas décadas e que se articula com a releitura do pensamento econômico tem a ver



Bakker (1994).



Joekes (1987). Beneria e Roldan (1987). Tinker (1990). Pearson (1992) e Élson (1995). Em particular, vol 23, n°11, 1995, do Word Development. É um número monográfico dedicado a "gênero e macroeconomia".



com aspectos metodológicos da disciplina.<sup>43</sup> Questiona-se a lógica e a consistência dos pressupostos, se discute a neutralidade das categorias e enfoques utilizados acusando-os de parciais e com forte componente ideológico de gênero, avançando assim no desenvolvimento de novas aproximações teóricas mais globais e integradoras.<sup>44</sup>

A crítica se dirige tanto à escola neoclássica como à marxista, embora a primeira - por ser a escola dominante tanto na academia como entre os que ditam as políticas econômicas – tem concentrado maior interesse. Em relação ao comportamento das pessoas, em ambas as tradições assume-se que o interesse individual motiva as decisões dos homens no mercado capitalista, entretanto, não é o que motiva a homens e mulheres na esfera privada do lar. Dois pressupostos teóricos confirmam esta afirmação: na tradição neoclássica, a existência de uma função de utilidade conjunta no lar oculta as possibilidades de conflito entre os membros da família; na tradição marxista, o pressuposto de que o interesse de classe é prioritário e determinante oculta as possibilidades de conflito entre pessoas de uma mesma classe social (Folbre e Hartmann, 1988). Desta maneira, em ambos os casos, a família é idealizada como a instituição sem conflitos e, portanto, o comportamento egoísta e individualista teria estritos limites mercantis.

Na base dos modelos econômicos da escola neoclássica está o indivíduo racional, autônomo e egoísta que se maximiza individualmente face às restricões externas. Este personagem, identificado como "homo economicus", assemelha-se "a um fungo", 45 cresce totalmente formado e com suas preferências desenvolvidas. Como nas histórias de Robinson Crusoe, não tem infância, nem velhice, não depende de ninguém, nem é responsável de ninguém, só de si mesmo. O meio não o afeta, participa na sociedade sem que esta o influencie: atua num mercado ideal onde os precos são sua única maneira de comunicação, sem manifestar relações emocionais com outras pessoas (England, 1993; Nelson, 1993, 1995). No entanto, a Nova Economia da Família pressupõe um comportamento distinto na família. O egoísmo está reservado a alguns membros jovens, já que os adultos com poder (chefe de família) supostamente são altruístas. Assim a "família altruísta" não só serve para legitimar as desigualdades entre mulheres e homens, mas também para justificar que este pressuposto não pode ser usado no mercado. Desta maneira, se reforça o dualismo conceitual entre o mercado - onde se pressupõe que todos atuam procurando seu próprio interesse – e a família ideal – onde reinam a harmonia e as regras altruístas. O resultado é que os conflitos e a desigualdade entre os distintos membros familiares permanecem ocultos (Folbe e Hartmann, 1988; England, 1993; Nelson, 1995; Hopkins, 1995).

A alternativa ao "homo economicus" é pensar de maneira mais realista: não somos "fungos" que saímos da terra. Nascemos de mulheres, somos cuidadas(os) e alimentadas(os) na infância, socializadas(os) na família e grupos comunitários e a norma é que somos interdependentes

ao longo da vida. Assim, os modelos, sob os pressupostos do "homo economicus", são incapazes de incorporar as idéias de responsabilidade ou dependência, necessárias para compreender muitos comportamentos e, para isso, é necessário desenvolver novos esquemas conceituais que integrem pressupostos tanto de individualidade como de inter-relação influenciados ambos pelo meio social.

Por sua parte, a tradição marxista se mostra insuficiente na análise dos comportamentos das pessoas: o estudo dos fenômenos em termos de grupos em conflitos sem referência às intenções ou percepções dos indivíduos particulares conduz a que os comportamentos aparecam rigidamente determinados pela estrutura social, com pouca capacidade de opção pessoal (Seiz, 1991). Assim, o pensamento marxista, diferente da escola neoclássica, não se baseia no pressuposto do agente racional egoísta, no entanto, utiliza a retórica da solidariedade de classe com o qual ressalta a exploração no lar. Os "interesses de classe" trabalhados pelos marxistas têm estado tradicionalmente definidos como os interesses dos homens da classe trabalhadora presumindo que o resto dos membros da família compartilhe os mesmos interesses do "homem chefe de família" (provedor monetário). Isto tende a minimizar qualquer conflito potencial entre mulheres e homens, seja na casa ou no trabalho assalariado. Desta maneira, a retórica dos interesses de classe elimina a possibilidade de que existam interesses de gênero. De fato, as discussões de anos anteriores – "debate", as críticas às teorias da segmentação, a discussão do salário familiar, o conceito de qualificação etc. - já tinham manifestado esta limitação das teses marxistas.

Definitivamente, a partir do feminismo ambos os paradigmas são criticados por idealizar a família e por não permitir as análises das diferenças de gênero. Coloca-se a necessidade de eliminar o viés androcêntrico em economia para poder desenvolver teorias mais globais que integrem comportamentos mais próximos à realidade e evitar as concepções duais para análises das atividades de mulheres e homens. A insatisfação com os paradigmas incentiva a preocupação com a elaboração de novas propostas teóricas e



Embora de fato em toda a temática tratada surjam críticas metodológicas, neste capítulo se tratam especificamente questões mais relacionadas com marcos analíticos.



A este respeito tem sido importante a presença da revista Feminist Economics. Outras compilações Ferber e Nelson (1993), Humphries (1995) e Kuiper e Sap (1995).



Nelson (1993:292). Esta "comparação", utilizada por Nelson e outras autoras, esta baseada na sugestão de Thomas Hobbes de considerar os homens como fungos surgidos da terra, que de repente chegam à maturidade sem nenhum tipo de inter-relações entre eles.





metodológicas que permitam uma análise mais realista do funcionamento social e econômico. Assinalamos duas que, ao nosso ver, são relevantes: uma dentro do campo da microeconomia e outra relacionada com um enfoque global, mais macroeconômico. Nos dois casos, se trata de desenvolvimentos incipientes e não de teorias acabadas.

A primeira proposta utiliza os modelos de negociação para analisar a situação das pessoas na família e no trabalho assalariado (Sen, 1990). Aqui a família se define como uma instituição de "conflito cooperativo". Por um lado, os cônjuges cooperam para aumentar as possibilidades de consumo do qual ambos são favorecidos, mas, por outro, se estabelece um conflito ao ter que se decidir entre as diversas possibilidades de distribuição de tarefas e de consumo. A negociação – que pode ser implícita ou explícita – tem a ver com a forma pela qual cada um dos cônjuges utiliza o tempo e com os ganhos de consumo em que se traduz, para cada um deles, a cooperação. A idéia básica consiste em que durante o relacionamento, o cônjuge, que levaria menos prejuízo com

uma possível separação, tenha mais condições de obter uma negociação favorável em termos de consumo e distribuição dos trabalhos. Desta maneira, os modelos de negociação abrangem ambos os aspectos: os cooperativos, próprios da teoria neoclássica e os conflitivos, enfatizados pelas(os) marxistas. Mesmo que a formulação de Sen não discuta as relações de gênero, estas foram posteriormente incorporadas na análise por mulheres economistas que utilizam a mesma estrutura a partir de uma perspectiva feminista. 46

A segunda linha de estudo tem a ver com o desenvolvimento de um enfoque global integrador que elimine os dualismos tradicionais em economia. Responde à ausência de um quadro analítico capaz de especificar a relação produção-reprodução que caracteriza o sistema capitalista, em que "a verdadeira missão do trabalho doméstico, ao contrário da produção de mercadorias, é o bem-estar das pessoas e este deveria ser o interesse fundamental a ser conseguido, porém deve ser tratado como problema social e não como uma "questão privada das mulheres" (Picchio, 1992b e 1996; Folbre, 1994). Trata-se, portanto, não somente de analisar conjuntamente a relação família/mercado de trabalho/políticas públicas, como também – e especialmente - considerar como centro da análise o processo de reprodução social. Significa abandonar "o mercado" como eixo do sistema socioeconômico e colocar no seu lugar o âmbito familiar desde onde se organiza o processo de reprodução em torno do qual se articulam os demais processos (Picchio, 1992a, 1992b, 1996). Este enfoque é totalmente oposto à tradição neoclássica que subordina a organização familiar à eficiência do mercado e aceita como ótima solução, para o problema de conciliação entre produção e reprodução, que as mulheres assumam o trabalho que supõe a responsabilidade da privatização do processo de reprodução social.

Definitivamente, estes enfoques não só tentam dar a mesma importância teórica a ambas as esferas, mas também afirmam uma ruptura com as aproximações tradicionais: abandonam o mercado como eixo central de toda a atividade econômico-social e o substituem pela esfera de reprodução (Borderia e Carrasco, 1994) p.82).

O conjunto de idéias e discussões que acabamos de resumir mostra o estágio do debate de um processo que está em curso. O objetivo é claro: pretende-se reconceitualizar aquelas categorias nada neutras com as quais se tem definido, medido e estudado a economia e desenvolver novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico

46

Folbre (1984) utiliza um modelo de negociação para analisar a relação entre as oportunidades salariais das mulheres nos países industrializados e as taxas de fecundidade. Hartmann (1981) usa a idéia de negociação para mostrar que o maior nível educativo das mulheres e suas melhores oportunidades de trabalho podem explicar o incremento dos divórcios nos Estados Unidos.

que permitam tornar visível o que tradicionalmente a disciplina mantém como oculto – o trabalho familiar doméstico e suas relações com o que se constitui seu objeto de estudo, a produção e a troca mercantil. Falta ainda um longo caminho a ser percorrido. E é nele que estamos.

#### Referências Bibliográficas

ALONSO, L. E., "Sobre el estatuto teórico del trajo doméstico en la economía política marxista", *Nuevas perspectivas sobre la mujer*, Universidad Autónoma de Madrid, 1982.

ANDERSON, M., F. BECHHOFER y J. GERSHUNY, *The Social and Political Economy of the Household*, Oxford University Press, 1994.

AMOTT, T., *Caught in the Crisis*, Monthly Review Press, New York, 1993.

BAKKER, I., *The Strategic Silence. Gender and Economic Policy*, Zed Books, London, 1994.

BECKER. G. S., *A Treatise on the Family*. Harvard University Press, 1981.

BEECHEY, V., "Some notes on female wage labour in capitalist production", *Capital and Class*, 3, 1977.

. "Women and Production: a critical analysis of some sociological theories of women's work", Kuhn y Wolpe (ed.) *Feminism and Materialism*, Routledge and Kegan, 1978.

. "On patriarchy", Feminism Review, 3, 1979.
. Unequal Work, Verso, London, 1987.
. "Rethinking the Definition of Work" en Jenson, Hagen y Reddy (ed.), 1988.

BEECHEY, V. y T. PERKINS. *A Matter of Hours*, Polity Press, Cambridge, 1987.

BENERÍA, L. "Reproduction, Production and the Sexual Division of Labor", Cambridge Journal of Economics, vol. 3 (3), 1979.

. "¿Patriarcado o sistema económico? Una discusión sobre dualismos metodológicos", *Mujeres:* ciencia y práctica política. Seminario de la Universidad Complutense. Madrid, 1987.

. "Conceptualizing the Labour Force: the Underestimtion of Women's Economic Actives", Pahl (ed.) *On Work*. Basil Blackwell, 1988.

\_\_\_\_\_. " Accounting for Women's Work: The Progresss of Two Decades", *World Development*, vol. 20 (11), 1992.
\_\_\_\_\_\_. Toward a Greater Integration of Gender in Economics", *World Development*, vol. 23 (11), 1995.

BENERÍA, L. y G. SEN. "Desigualdades de clase y de género y el rol de la mujer en el desarrollo económico:

implicaciones teóricas y prácticas", *Mientras Tanto*, 15, 1983.

BENERÍA, L. y M. ROLDÁN. The Crossroads of Class and Gender, The University of Chicago Press, Chicago, 1987.

BENSTON, M. "The Political Economy of Women's Liberation", *Month Review*, 21, 4, 1969.

BERG, A. "Part-Time Employment: A Response to Economic Crisis?" 5<sup>th</sup> Conference of the International Working Party on Labor Market Segmentation, Francia, 1983.

BERGMANN, B. The Economic Emergence of Women, Basic Books, EE UU, 1986.

. "Housework", Presented in Femecon, 1994.

BETTIO, F. "Segregazione e debolezza. Ipotesi alternative nell'analisi Del mercato Del lavoro", *Quaderni di Reti*, 1, enero-febrero, 1988.

BODICHON, B. *Woman and Work*, C. S. Francis, New York, 1859.

BORDERÍAS, C. y C. CARRASCO. "Las mujeres y el trabajo: aproximaciones históricas, sociológicas y económicas", Borderías *et. al.*, 1994.

BORDERÍAS, C., C. CARRASCO C. Y C. ALEMANY. Las mujeres yel trabajo, Fuhem-Icaria, Madrid, 1994.

BRAVERMAN, H., Labor and Monopoly Capital, Monthly Review Press, New York, 1974.

BRIAR, C. Working for Women? Gendered Work and Welfare Policies in Twentieth-Century Britain, UCL Press, London, 1997.

BROWN, C. Y J. PECHMAN, *Gender in the Workplace*, The Brookings Institution, Washington D. C., 1987.

BRUYN-HUNDT, M. *The Economics of Unpaind Work*, Thesis Publishers, Amsterdam, 1996.

BRYCESON, D. y U. VUORELA, "Outside the Domestic Labor Debate: Towards a Theory of Modes of Human Reproduction", *The Review of Radical Political Economics*, vol. 16, 1984.

CAGATAY, N. Y S. OZLER, S. "Feminization of the Labor Force: The Effects of Long-Term Development and Structural Adjustment", *World Development*, vol. 23, 11, 1995.

CARRASCO, C. *El trabajo doméstico. Un análisis económico*, Ministerio del Trabajo y Seguridad Social, Madrid, 1991.

." Un mundo también para nosostras", *Mientras Tanto*, 60, 1995.

\_\_\_\_\_. "Género y valoración social: la discusión sobre la cuantificación del trabajo de las mujeres", *Mientras Tanto*, 71, 1998.

CES, La situación de la mujer en la realidad socio laboral española, Consejo Económico y Social, Informe 3,1994.

\_\_\_\_\_. *El trabajo a tiempo parcial*, Consejo Económico y Social, Informe 4, 1996.

CONCHBURN, C. Brothers: Male Dominance and Technological Chance, Pluto Press, London, 1983.



. "The Relations of Technology, What Implications for Theories of Sex and Class?", en Crompton y Mann, 1986.

COLLINS, J. Y M. GIMÉNEZ. Work Without Wages, State University of New York Press, New York, 1990.

CROMPTON, R. Y M. MANN (ed.). Gender and Stratification, Polity Press, Cambridge, 1986.

CHINCHETRU, F. "El trabajo doméstico no monetarizado: por una nueva metodología de la ciencia económica sobre el trabajo", *Economiaz*, 39, 1997.

DALLA COSTA, M. R. (1972). Las mujeres y la subversión de la comunidad, Madrid, Siglo XXI, 1975.

DEL RE, A. "Tiempo del trabajo asalariado y tiempo del trabajo de reproducción", *Política y sociedad*, 19, 1995.

DELPHY, C. (1970). "El enemigo principal", Delphy, *Por un feminismo materialista*, Barcelona, La Sal, 1982.

DIMAND, M., R. DIMAND y E. FORGET. Women of Value: Feminist Essays on the History of Women in Economics, Edward Elgar, Londres, 1995.

DURÁN, M. A. *De puertas adentro*, Instituto de la Mujer, Madrid, 1988.

. "La investigación sobre uso del tiempo en España: algunas reflexiones metodológicas", *Revista Internacional de Sociología*, CSIC, 18, 1997.

ELSON, D. "Gender Awareness in Modeling Structural Adjustment", World Development, vol. 23, 11, 1995.

ENGLAND, P. "The Separative self: Androcentric Bias in Neoclassical Assumptions", Feber y Nelson (ed.) 1993.

FAWCETT, M. " Equal Pay for Equal Work", *Economic Journal*, 28, marzo, 1918.

FEBER, M. y J. NELSON. *Beyond Economic Man*, The University of Chicago Press, Chicago, 1993.

FIRESTONE, S. (1973). *La dialéctica del sexo*, Kairos, Barcelona, 1976.

FLORO, M. S. "Women's Well-Being, Poverty, and Work Intensity", *Feminism Economics*, 1(3), 1995 a.

\_\_\_\_\_. "Economic Restructing, Gender and the Allocation of Time", *World Development*, vol. 23, 11, 1995 b.

FOLBRE, N. "Household Production in the Philippinas: A Neoclassical Approach", *Economic development and Cultural Change*, vol. 32, 1984.

\_\_\_\_\_. "The Unproductive Housewife: Her Evolution in Nineteenth-Century Economic Thought", *Sings: Journal of Women in Culture and Society*, 16(3), 1991.

. Who Pays for the Kids? Roudledge. London and New York, 1994.

FOLBRE, N. y M. ABEL. "Women's Workand Women's Household: Gender Bias in the U.S. Census", Social Research, vol. 56, 3, 1989.

FOLBRE, N. y H. HARTMANN. "The rethoric of self-interest: Ideology and gender in economic theory", Kalmer, McCloskey, Solow (ed.) *The Consequences of Economic Rhetoric*. Cambridge University Press. Cambrige, 1988.

GARDINER, J. "Women's Domestic Domestic Labour". *New Left Review*, 89, 1975.

\_\_\_\_\_\_. Gender, Care and Economics, MacMillan, London, 1997.

GERSHUNY, J. y S. JONES. *Time Use in Seven Countries*, Dublín, European Foundation, 1987.

GILMAN, Ch. P. (1898). Women and Economics, Harper and Row, New York (1962).

GOLDSCHMIDT-CLERMONT, L. "La valoración monetaria del trabajo no remunerado", *Política y sociedad*, 19, 1995.

HAKIM, C. *Key Issues in Women's Work*, Athlone Press Ltd., London, 1996.

HARRISON, J. "The Political Economy of Housework", Bulletin of the Conference of Socialist Economics, London, 1973.

HARTMANN, H. "The unhappy marriage of Marxism and Feminism: towards a more progressive union", *Capital and Class*, 8, 1979.

. "The Family as the Locus of Gender, Class and Political Struggle: The Example of Housework", *Signs: journal of Women in Culture and Society*, 6(3), 1981.

HIMMELWEIT, S., "The Real Dualism of sex and Class", Review of Radical Political Economics, vol. 16(1), 1984.

\_\_\_\_\_. "The Discovery of 'Unpaid Work'": The Social Consequences of the Expansion of "Work", Feminist Economics, 1(2), 1995.

HOPKINS, B. "Women and Children Last", Kuiper y Sap, 1995.

HORRELL, S. y G. RUBERY. "Gender and Working Time: an Analysis of Employers Working-Time Policies", *Cambridge Journal of Economics*, vol. 15,1991.

HUMPHRIES, J. *Gender and Economics*, Edward Elgar, London, 1995.

HUMPHRIES, J y J. RUBERY. "The Reconstitution of the Suply Side of the Labour Market: the Relative Autonomy of Social Reproduction", *Cambridge Journal of Economics*, vol. 8, 1984.

. The Economics of Equal Opportunities, Equal Opportunities Commission, Manchester, 1995.

JENSON, J., E. HAGEN, y C. REDDY, *Feminization of the Labour Force*, Polity press, Cambridge, 1988.

JOEKES, S. Women in the World Economy, Oxford University Press, New York, 1987.

KUIPER, E y J. SAP. "Introduction" a Kuiper y Sap (ed.), Out of the Margin, Feminist Perspectives on Economics, Routledge, London and New York, 1996.



MADDEN, J. "The development of economic thought on the "Women Problem", *The Review of Radical Political Economics*, vol. 4, 3, 1972.

MARUANI, M. "La construcción social de las diferencias de sexo en el mercado de trabajo", Revista de Economía y Sociología del Trabajo, 13-14, 1991.

McLAUGHLIN, E. "Gender and Egalitarianism in the British Welfare State" en Humphries y Rubery, 1995.

MILKMAN, R. "Women's work and the Economic Crisis: Some Lessons of the Great Depression", *Review of Radical Political Economy*, vol. 8 (1), 1976.

MILLET, K. (1969). *Política sexual*, Madrid, Aguilar, 1975.
MITCHELL, J. "Women: The Longest Revolution", *New Left Review*, 40, 1966.

MOLTÓ, M. L. "Las mujeres en el proceso de modernización de la economía española" en Rubery, 1993.

MOLYNEUX, M. "Beyond the Domestic Labour Debate", New Left Review, 116, 1979.

NELSON, J. "Gender, Metaphor and the Definition of Economics", *Economics and Philosophy*, 8(1), 1992.

\_\_\_\_\_. "Gender and Economic Ideologies", Review of Social Economy, 34, 1993.

. "Feminism and Economics", *Journal of Economic Perspectives*, vol. 9(2), 1995.

PEARSON, R. "Gender matters in development" en Allan y Thomas (eds.) *Poverty and Development in the 1990's*, Oxford University Press, 1992.

PÉREZ-FUENTES, P. "El trabajo de las mujeres en la España de los siglos XIX y XX. Consideraciones metodológicas", *Arenal*, vol. 2, 2, 1995.

PICCHIO DEL MERCATO, A. "Social Reproduction and the Basic Structure of the Labour Market" en Wilkinson (ed.), *The Dynamics of Labor Market Segmentation*, Academic Press, New York, 1981.

\_\_\_\_\_. Social Reproduction: the Political Economy of the Labour Market, Cambridge, 1992 a.

\_\_\_\_\_. El trabajo de reproducción, tema central en el análisis del mercado laboral" Borderías *et. al,* 1992 b.

\_\_\_\_\_." The Analytical and Political Visibility of the Work of Social Reproduction", *Bachground Papers, Human Development Report 1995*, UNDP, EE UU, 1996.

PLANTENGA, J. "Part-time Work and Equal Opportunities: the Case of The Netherlands" en Humphries y Rubery, 1995.

PNUD, *Informe sobre desarollo humano 1995*, Harla S. A. De C. V., México, 1995.

PUJOL, M. Feminism and Anti-Feminism in Early Economic Thought, Edward Elgar, London, 1992.

\_\_\_\_\_. "Into the Margin!", Kuiper y Sap, 1995.

REID, M. *Economics of Household Production*, John Wiley, New York, 1934.

RUBERY, J. "Structured Labour Markets, Worker Organisation and Low Pay", *Cambridge Journal of Economics*, vol. 2, 1978.

. (1988) (comp.) *Las mujeres y la recesión*, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Madrid, 1993.

"Pay, Gender and European Harmonisation: Some "Societal Effects", *The Determination of the Gender Pay Differential*, Manchester School of Managament Unist, junio, 1991.

RUBERY, J., S. HORRELL y B. BURCHELL, "Part-time Work and the Gender Inequality in the Labour Market", X// Annual Conference of the International Working Party on Labour Market Segmentation, Univ. Trento, 1990.

RUBERY, J. y R. TARLING. "Women in the Recession", *Socialist Economic Review*, Merlin, London, 1982.

RUBERY, J. y F. WILKINSON. "Outwork and Segmented Labour Markets", F. Wilkinson, *The Dynamics of Labour Market Segmentation*, Academic Press, London, 1981.

SECCOMBE, W., "The Housewife and her Labour under Capitalism", New Left Review, 83, 1974.

SEIZ, J. "The Bargaining Approach and Feminist Methodology". *Review of Radical Political Economics*, vol. 23 (1 y 2), 1991.

SEN, A. "Gender and Cooperative Conflicts", Tinker (ed.), 1990.

SILTANEN, J. Locating gender. Occupational segregation, wages and domestic responsibilities, UCL Press, London, 1994.

SMITH, P. "Domestic Labour and Marx's Theory of Value" en *Feminism and Materialism*, Kuhny Wolpe, Routledge and Kegan Paul, London, 1978.

SZALAI, A. *The Use of Time*, Mouton, The Hauge-Paris, 1972.

TILLY, L. y J. SCOTT. Women, Work and Family, Roudledge, London, 1987.

TINKER, I. *Persistent Inequalities: Women and World Development*. Oxford University Press, New York, 1990.

VARJONEN, J. *Metodología para una cuenta satélite de producción doméstica*, EUSTAT, 38, 1998.

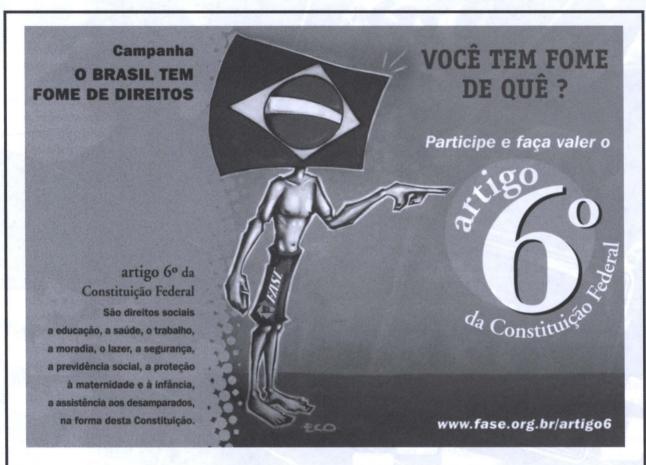
VOGEL, L. Woman questions. Essays for a Materialist Feminism, Pluto Press, London, 1966.

WARING, M. *If Women Counted*. Harper and Row, Publishers, New York, 1998.

WOOLEY, F. "The Feminist Challenge to Neoclassical Economics", *Cambridge Journal of Economics*, 17(4), diciembre, 1993.

YANZ, L. y D. SMITH, "Women as a Reserve Army of Labour: A Critique", *The Review of Radical Political Economics*, vol. 15, primavera 1983.





#### Campanha O BRASIL TEM FOME DE DIREITOS

A FASE é uma ONG com mais de 43 anos, que contribui na construção de uma sociedade democrática, com base no desenvolvimento sustentável, na inclusão social, no acesso à justiça e na universalização dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A FASE realiza a campanha O BRASIL TEM FOME DE DIREITOS para divulgar o artigo 6º da Constituição Federal que define os nossos direitos sociais, por acreditar que sua difusão e cumprimento são fundamentais para a superação das desigualdades e para o exercício de uma cidadania ativa e consciente. No entanto, para que isso ocorra, é preciso que a sociedade passe a ter uma cultura cidadã de mobilização.

Ao longo da campanha a FASE irá:

- Divulgar o artigo 6º para todo o Brasil
- Fornecer informações de como e aonde ir para exigir os seus direitos
- Auxiliar na formação de redes em defesa do cumprimento dos direitos sociais
- Produzir e difundir materiais para capacitação

O artigo 6º da Constituição é um elemento-chave exatamente porque ele responde a uma lista de reivindicações: queremos água, moradia, educação, saúde, trabalho, segurança, lazer, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados.

Artigo 6º! Faça Valer!

#### **VOCÊ TEM FOME DE QUÊ?**

Informe-se! Participe!

www.fase.org.br/artigo6 tel (21) 2563-7350



Faça Parte





## Gênero e Poder: a importância da dimensão de gênero nas ONGs<sup>1</sup>

Leila Linhares Barsted<sup>2</sup>



É extremamente positivo o aprofundamento do debate sobre a dimensão de gênero nas ONGs que, inclusive, vem sendo estimulado por diversas agências que apóiam tais instituições e projetos por elas desenvolvidos.

O exame sob a ótica de gênero de dimensões da vida cotidiana como moradia, trabalho, renda, comunicação, saúde, violência, educação, participação política, dentre outros, bem como de questões relacionadas aos temas do poder e da cidadania, tem permitido visualizar uma sociedade mais real e lançar novos desafios para instituições comprometidas com os ideais da democracia e da cidadania.

Este texto não pretende ampliar mais do que já foi dito pelos diversos estudos que examinaram a dimensão de gênero nesses aspectos. Pretende, tão somente, com base nessas contribuições, pontuar alguns efeitos que a dimensão de gênero coloca para as ONGs.

Um primeiro efeito desde logo se destaca. Ao assumir aprofundar o debate e a reflexão sobre gênero, inclusive formando grupos de trabalhos específicos para tanto<sup>3</sup>, muitas ONGs vêm contribuindo para o aprofundamento do debate teórico. Um segundo efeito surge quando assumem, também, o desafio de ampliarem sua visão e compreensão, com essa perspectiva teórica, sobre os contextos onde atuam, contribuindo para uma nova sociologia das relações sociais.

Tais efeitos são muito importantes particularmente porque a tradição das ciências sociais sobre o fenômeno do poder, da qual grande parte das ONGs brasileiras no campo dos direitos humanos é tributária, se dedicou somente na análise das relações sociais constituídas com base na dominação de classe.

No Brasil, com tal perspectiva, muitos militantes de esquerda foram refratários, e mesmo opositores, quando do surgimento do movimento feminista na década de 1970. A esquerda, seguindo a tradição cultural hierarquizante da sociedade brasileira, estabelecia uma prioridade no rol contradições sociais não podendo compreender a luta simultânea e complementar contra todas as formas de opressão.

Nesse contexto, o movimento feminista, também inserido no campo da luta contra a ditadura, chamava atenção que, historicamente, em contextos revolucionários de países que tinham buscado superar as contradições de classe, a opressão contra as mulheres não fora superada. De fato, em regiões que lutavam contra o colonialismo, na década de 1960, com intensa participação das mulheres, a vitória não representou para essas mudanças significativas, havendo, inclusive retrocesso em relação a sua participação na vida pública e no acesso aos bens gerados pela sociedade. Tais retrocessos, em muitos casos, foram fortemente influenciados por setores religiosos fundamentalistas que excluíram as mulheres do campo político e de um conjunto de direitos de cidadania.

Exemplos clássicos dessa exclusão e ou discriminação contra as mulheres se dá no campo da violência e da sexualidade. Ambas as questões remetem para o controle e a utilização dos corpos femininos, em grande medida no espaço

da família. Esse tem sido o l*ocus* onde o poder se exerce e onde suas conseqüências, muitas das vezes, não ganham visibilidade social, porque consideradas como assunto de natureza privada.

Nesse sentido, há um desafio importante para as ONGs ao trabalhar com a perspectiva de gênero. Faz-se necessário superar uma importante limitação em relação ao silêncio sobre a violência e sobre o controle dos corpos femininos submetidos ao poder doméstico, particularmente ao poder masculino. Persiste, ainda, um constrangimento relacionado ao fato de que muitas ONGs têm relações estreitas com o campo religioso. Esse campo que , ao longo, dos séculos influenciou de forma constante e forte o Estado e a sociedade.

O entendimento da atuação das instituições, incluindo a família, como espaços de poder e como produtores de dominação foi possível através da produção teórica sobre os micro-poderes. Tal produção buscava dar conta de um campo político que não se adequava, necessariamente, à dominação de classe ou, mais especificamente, à dominação econômica, e ampliou de forma significativa o terreno teórico e conceitual dos estudos sobre o poder.

A partir da década de 1970, os estudos sobre o poder necessariamente têm que considerar a participação das mulheres como sujeitos coletivos no cenário político/social e a vasta produção teórica que introduziu a dimensão de gênero,.

Essa produção teórica vem se constituindo não apenas em uma nova sociologia das relações sociais, mas, particularmente, em um forte instrumento político na luta pela transformação dessas relações, tendo como objeto de estudo a identificação das assimetrias e hierarquias nas relações entre homens e mulheres, com a introdução do recurso analítico da comparabilidade. Nesse sentido, os estudos de gênero deram um novo alento à produção teórica das ciências sociais. Procuraram dar conta da construção do poder a partir dos significados culturais da masculinidade e da feminilidade para além das diferenças biológicas inscritas nos corpos de homens e mulheres. Feminilidade e masculinidade passam a ser tratados no campo das assimetrias que produzem consequências políticas; consequências na organização do poder e na utilização que os detentores desse poder têm sobre o acesso e o controle dos indivíduos e dos bens socialmente construídos.

Diversas autoras<sup>4</sup> chamam atenção que gênero é um conceito que possibilita compreender as relações de poder que se apóiam nas valorações e significados culturais atribuídos



Veja o exemplo do Grupo de Trabalho Gênero/ Contrapartes NOVIB - FASE/FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO/ NOVA PESQUISA.



Ver a respeito do conceito de gênero RUBIN, Gayle (1975), BUTLER, Judith (1990), HARAWAY, Donna (1991) HEILBORN, Maria Luiza (1992), PISCITELLI, Adriana (1998), NICHOLSON, Linda (2000), dentre outras contribuições.



assimetricamente a homens e mulheres, tanto nas relações de parentesco como nas relações sociais de um modo geral.

Reinterpretando a tradição sociológica, essa nova produção demonstra como a divisão sexual do trabalho está no centro do poder/dominação que os homens exercem sobre as mulheres, em contextos sociais históricos e concretos, intensificados pela posição social que as mulheres ocupam na sociedade. Feminilidade e masculinidade são compreendidas nessa perspectiva como construções históricas e culturais que orientam as relações entre homens e mulheres, definindo a forma como a sociedade os trata e legitimando assimetrias no reconhecimento de direitos e no acesso a benefícios sociais. Por não serem rígidas, essas construções atualizam-se em contextos histórico-sociais-culturais concretos e redefinem-se em processos dinâmicos.

Em grande medida os estudos de gênero deram ênfase às relações de parentesco, buscando compreender o significado e a dinâmica dos papéis sociais de homens e mulheres no contexto da família. Posteriormente, tais estudos passaram a lançar luz sobre outras esferas sociais articulando o gênero classe e raça/etnia<sup>5</sup>.

A produção de dados estatísticos desagregados por sexo e raça vem permitindo uma maior compreensão da dinâmica de gênero/classe/raça/etnia, ao mostrar, por exemplo, de um lado, como os diferenciais de renda entre homens e mulheres se apresentam nos setores populares e nas camadas ricas da população e, de outro, como os

diferenciais de renda entre mulheres brancas e mulheres negras podem ser, muitas vezes, mais dramáticos que entre homens brancos e mulheres brancas.

Nesse sentido, Rowbotham<sup>6</sup>, ao reconhecer que o conceito de gênero evidencia a maneira pela qual o poder é definido, estruturado e exercido, aponta para a necessidade de relativizar o potencial analítico de tal conceito de forma a não congelar o olhar para outros aspectos da subordinação das mulheres. Essa autora destaca, ainda, a necessidade de não considerar gênero como um conceito fixo, mas como sendo constantemente redefinido e moldado pelos indivíduos em situações históricas particulares nos quais eles se encontram<sup>7</sup>.

Tal análise deve ter um outro efeito sobre as ONGS do campo democrático, qual seja destacar a importância da articulação de gênero, raça/etnia e classe social. Esse é um desafio que tem sido vivenciado fortemente pelos movimentos de mulheres no Brasil.

Além de ferramenta conceitual, o conceito de gênero tem sido usado politicamente pelo movimento de feminista tanto para refutar a representação social de uma essência feminina, que, por si só, explicaria a subordinação das mulheres, como para fundamentar a luta pela igualdade de direitos e de benefícios sociais entre homens e mulheres. Nesse esforço, os conceitos e as noções de igualdade, equidade, cidadania, democracia, dentre outros, foram submetidos também a uma revisão crítica. Tais conceitos e noções foram construídos e pensados, no século XVIII, em um padrão de relações sociais que não incluíam as mulheres como sujeitos políticos. A concepção de que o lugar da mulher é a casa – presente nas mentes dos lluministas da Revolução Francesa – significou o impedimento das mulheres no espaço público, reforçando uma cultura que discrimina a mulher a partir de papéis rígidos de gênero.

A compreensão dessas questões deve ter um efeito político-social sobre as ONGs, levando-as a rever suas práticas internas, suas formas de organização, suas estruturas de poder no passado e sua proposta para o presente e para o futuro. Nesse sentido, ao trabalhar com a dimensão de gênero, as ONGs poderão atuar interna e externamente por uma cidadania emancipatória. Certamente que esse desafio voltado para dentro das organizações trará conflitos e tensões pois desnudará as relações de poder dentro das próprias ONGs, revisará as agendas, as prioridades e os meios de atuação.



A esse respeito ver a entrevista com a escritora inglesa Sheila Rowbotham (1998), realizada por Bila Sorj e Mirian Goldenberg.



ROWBOTHAN, Sheila (1998)



ROWBOTHAN, Sheila (1998), pág. 366.



Ao incorporar a dimensão de gênero, as ONGs estarão revendo muito mais que a dimensão relacional entre homens e mulheres, muito mais que desenvolver projetos voltados para diminuir a pobreza das mulheres ou seu ingresso no mercado de trabalho. Estarão revendo criticamente as relações de poder que elas mesmas têm instituído ao longo de sua história.

Nesse sentido, conforme apontou Pacheco<sup>8</sup>, gênero não pode ser considerado como algo complementar, residual do trabalho das ONGS, mas implica em trabalhar diretamente a questão de relação de poder e incorporar e rever categorias de análise, práticas políticas, estratégias a partir do reconhecimento das mulheres como sujeito político.

Finalmente, destaco um outro efeito (desafio) para as ONGS quando estão trabalhando com a dimensão de gênero. A necessidade de uma maior articulação com o movimento de mulheres, rompendo com os estereótipos, com as discriminações que o termo feminismo tem sofrido ao longo desses anos, reconhecendo o feminismo como um movimento social legítimo que busca alargar ou mesmo reconstruir os conceitos de democracia e de cidadania.



#### Bibliografia

BARSTED, Leila Linhares - Família, Sexualidade e Reprodução no Direito Brasileiro, in Giffin, Karen e Costa, Sarah Hawker (org) *Questões de Saúde Reprodutiva*, Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 1999.

- La Lucha por la Democracia Calificada, in *Transiciones. Mujeres en los Procesos Democráticos.* ISIS Internacional,
Santiago, Chile, 1990

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1999.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble. Feminism and Subversion of Identity.* Routledge. N. Y., 1990.

HARAWAY, Donna. "Gender for a Marxist Dictionary", in *Simians Cyborgs and Women. The Reinventation of Nature*. Rutledge, N.Y., 1991.

HEILBORN, Maria Luiza. "Gênero e Hierarquia:a Costela de Adão Revisitada", in *Revista Estudos Feministas*, vol. 1, n.1, RJ, 1992

LAVINAS, Lena e CAPPELLIN, Paola. "Gênero e Classe: Mulheres Trabalhoras Rurais" in *Mulheres Trabalhadoras Rurais*. CUT. 1991.

NICHOLSON, Linda. "Interpretando o Gênero" in *Revista Estudos Feministas*, volume 8, número2, CFH/CCE/UFSC, Florianópolis,2000.

PACHECO, Maria Emília Lisboa, BUARQUE, Cristina, Simião Daniel, Camurça, Silvia, Novaes, Regina, et alii, Perspectivas de Gênero. Debates e questões para as ONGs, GT Gênero/Plataforma de Contrapartes NOVIB/SOS Corpo Gênero e Cidadania, Rio de Janeiro, 2002.

PISCITELLI, Adriana. "Nas Fronteiras do Natural: Gênero e Parenteso", in *Revista Estudos Feministas*, vol.6, n.2, UFRI, 1998.

ROWBOTHAN, Sheila. Entrevista concedida à Bila Sorj e Miriam Goldenberg, in *Revista Estudos Feministas*, vol.6, n.2, 1998, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro.

RUBIN, Gayle. "The Trafic in Women. Notes on the 'Political Enonomy' of Sex", in REITER, Rayna (ed.) *Toward an Anthroplogy of Women*. Monthly Review Press, N.Y. 1975.

SCOTT, Joan Wallach. *Gender and the Politics of History*, Columbia University Press, N.Y, 1988.



Pacheco, Maria Emília Lisboa – Transcrição de sua apresentação quando do lançamento do livro *Perspectivas de Gênero: Debates e Questões para as Ongs*, elaborado pelo Grupo de Trabalho Gênero/ Contrapartes NOVIB - FASE/FUNDACÃO BENTO RUBIÃO/ NOVA PESQUISA, em 2002.



## Direitos Humanos das Mulheres no Brasil: desafios e perspectivas

Flavia Piovesan\*



\*Professora Doutora da PUC/SP nas disciplinas de Direitos Humanos e Direito Constitucional; Professora de Direitos Humanos dos Programas de Pós-Graduação da PUC/SP, da PUC/PR e da Universidade Pablo de Olavide (Espanha); membro do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulher (CLADEM) e membro do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

#### Introdução

A reflexão a respeito da mulher e o debate sobre direitos humanos no Brasil suscita duas questões centrais: a) Como compreender a gramática contemporânea dos direitos humanos das mulheres?¹ e b) Quais os principais desafios e perspectivas para a proteção destes direitos no cenário brasileiro?

Em face do processo de internacionalização dos direitos humanos, foi a Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993 que, de forma explícita, afirmou, em seu parágrafo 18, que os direitos humanos das mulheres e das meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. Esta concepção foi reiterada pela Plataforma de Ação de Pequim, de 1995. O legado de Viena é duplo: não apenas endossa a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos invocada pela Declaração Universal de 1948², mas também confere visibilidade aos direitos humanos das mulheres e das meninas, em expressa alusão ao processo de especificação do sujeito de direito e à justiça enquanto reconhecimento de identidades.

Importa ressaltar que a primeira fase de proteção dos direitos humanos foi marcada pela ótica da proteção geral, que expressava o temor da diferença (que no nazismo havia sido orientado para o extermínio), com base na igualdade formal. A título de exemplo, basta avaliar quem é o destinatário da Declaração Universal de 1948, bem como basta atentar para a Convenção para a Prevenção e Repressão ao Crime de Genocídio, também de 1948, que pune a lógica da intolerância pautada na destruição do "outro", em razão de sua nacionalidade, etnia, raça ou religião. Torna-se, contudo, insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica, geral e abstrata. Faz-se necessária a especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto em suas peculiaridades e particularidades. Neste sentido, determinados sujeitos de direitos, ou determinadas violações de direitos, exigem uma resposta específica e diferenciada. Transita-se do paradigma do homem, ocidental, adulto, heterossexual e dono de um patrimônio para a visibilidade de novos sujeitos de direitos.

Neste cenário as mulheres devem ser vistas nas especificidades e peculiaridades de sua condição social. Ao lado do direito à igualdade, surge, como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial. O direito à diferença implica o direito ao reconhecimento de identidades próprias, o que propicia a incorporação da perspectiva de gênero<sup>3</sup>, isto é, repensar, revisitar e reconceptualizar os direitos humanos a partir da relação entre os gêneros, como um tema transversal.

O balanço das últimas três décadas permite arriscar que o movimento internacional de proteção dos direitos humanos das mulheres centrou seu foco em três questões centrais: a) a discriminação contra a mulher; b) a violência contra a mulher e c) os direitos sexuais e reprodutivos.

O próximo tópico será dedicado ao exame destas três bandeiras, que orientaram a luta pela emancipação feminina na ordem contemporânea.

#### A Proteção Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres

Quanto à discriminação contra a mulher, cabe destacar a aprovação, em 1979, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. A Convenção conta com 170 Estados-partes<sup>4</sup>, o que inclui o Brasil, que a ratificou em 1984. Foi resultado de reivindicação



No dizer de Hannah Arendt, os direitos humanos não são um dado. mas um construído, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução (Celso Lafer, A Reconstrução dos Direitos Humanos: Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt, Cia das Letras, São Paulo, 1988, p.134). No mesmo sentido, afirma Ignacy Sachs: "Não se insistirá nunca o bastante sobre o fato de que a ascensão dos direitos é fruto de lutas, que os direitos são conquistados, às vezes, com barricadas, em um processo histórico cheio de vicissitudes, por meio do qual as necessidades e as aspirações se articulam em reivindicações e em estandartes de luta antes de serem reconhecidos como direitos". (Ignacy Sachs, Desenvolvimento, Direitos Humanos e Cidadania, In: Direitos Humanos no Século XXI, 1998, p.156). Para Allan Rosas: "O conceito de direitos humanos é sempre progressivo. (...) O debate a respeito do que são os direitos humanos e como devem ser definidos é parte e parcela de nossa história, de nosso passado e de nosso presente." (Allan Rosas, So-Called Rights of the Third Generation, In: Asbjorn Eide, Catarina Krause e Allan Rosas, Economic, Social and Cultural Rights, Martinus Nijhoff Publishers, Dordrecht, Boston e Londres, 1995, p. 243).



Universalidade porque clama pela extensão universal dos direitos humanos, sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a dignidade e titularidade de direitos. Indivisibilidade porque a garantia dos direitos civis e políticos é condição para a observância dos direitos sociais, econômicos e culturais e vice-versa. Quando um deles é violado, os demais também o são. Os direitos humanos compõem assim uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, capaz de conjugar o catálogo de direitos civis e políticos ao catálogo de direitos sociais, econômicos e culturais.



Afirma Alda Facio: "(...) Gender ou gênero sexual corresponde a uma dicotomia sexual que é imposta socialmente através de papéis e estereótipos". (Cuando el genero suena cambios trae. San José da Costa Rica: ILANUD - Proyecto Mujer y Justicia Penal, 1992, p. 54). Gênero é, assim, concebido como uma relação entre sujeitos socialmente construídos em determinados contextos históricos, atravessando e construindo a identidade de homens e mulheres. Sobre a matéria, ver ainda BUNCH, Charlotte. Transforming human rights from a feminist perspective. In: Women's rights human rights. Routledge: 1995, p. 11-17; BARTLETT, Katharine T. Gender and law. Boston: Litle, Brown, 1993. p. 633-636; SCALES, Ann. The emergence of feminist jurisprudence: an essay. In: SMITH, Patricia (Editor). Feminist jurisprudence. New York: Oxford University Press, 1993, p. 94-109; WEST, Robin, Jurisprudence and gender. In: SMITH, Patricia (Editor). Feminist jurisprudence. New York: Oxford University Press, 1993, p. 493-530; MACKINNON, Catharine. Toward feminist jurisprudence. In: SMITH, Patricia (Editor). Feminist jurisprudence. New York: Oxford University Press, 1993, p. 610-619.



A respeito, consultar Human Development Report 2003, UNDP, New York/Oxford, Oxford University Press, 2003.





do movimento de mulheres, a partir da primeira Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada no México, em 1975. Frisese, contudo, que, no plano dos direitos humanos, esta foi a Convenção que mais recebeu reservas por parte dos Estados signatários, especialmente no que tange à igualdade entre homens e mulheres na família. Trata-se do instrumento internacional que mais fortemente recebeu reservas, dentre as Convenções Internacionais de Direitos Humanos, considerando que ao menos 23 dos mais de 100 Estadospartes fizeram, no total, 88 reservas substanciais. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher pode enfrentar o paradoxo de ter maximizado sua aplicação universal ao custo de ter comprometido sua integridade. Por vezes, a questão legal acerca das reservas feitas à Convenção atinge a essência dos valores da universalidade e integridade. A título de exemplo, quando da ratificação da Convenção, em 1984, o Estado brasileiro apresentou reservas ao artigo 15, parágrafo 4º e ao artigo 16, parágrafo 1º (a), (c), (g), e (h), da Convenção. O artigo 15 assegura a homens e mulheres o direito de, livremente, escolher seu domicílio e residência. Já o artigo 16 estabelece a igualdade de direitos entre homens e mulheres, no âmbito do casamento e das relações familiares. Em 20 de dezembro de 1994, o Governo brasileiro notificou o Secretário Geral das Nacões Unidas acerca da eliminação das aludidas reservas. Tais reservas foram justificadas com base em argumentos de ordem religiosa, cultural ou mesmo legal, havendo países (como Bangladesh e Egito) que acusaram o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher de praticar "imperialismo cultural e intolerância religiosa", ao impor-lhes a visão de igualdade entre homens e mulheres, inclusive na família<sup>5</sup>. Isto reforça o quanto a implementação dos direitos humanos das mulheres está condicionada à dicotomia entre os espaços público e privado, que, em muitas sociedades, confina a mulher ao espaco exclusivamente doméstico da casa e da família. Vale dizer, ainda que se constate, crescentemente, a democratização do espaço público, com a participação ativa de mulheres nas mais diversas arenas sociais, resta o desafio de democratização do espaço privado – cabendo ponderar que tal democratização é fundamental para a própria democratização do espaço público.

A Convenção se fundamenta na dupla obrigação de eliminar a discriminação e de assegurar a igualdade. Logo, a Convenção consagra duas vertentes diversas: a) a vertente repressiva-punitiva, voltada à proibição da discriminação e b) a vertente positiva-promocional, voltada à promoção da igualdade. A Convenção objetiva não só erradicar a discriminação contra a mulher e suas causas, como também estimular estratégias de promoção da igualdade. Combina a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem a igualdade enquanto processo, mediante a adoção de medidas afirmativas especiais e temporárias, voltadas a aliviar e remediar o padrão discriminatório que alcança as mulheres. Alia-se à vertente repressiva-punitiva a vertente positiva-promocional.

No que se refere à violência contra a mulher, cabe menção à Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, aprovada pela ONU, em 1993, bem como à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), de 1994. Ambas reconhecem que a violência contra a mulher, no âmbito público ou privado, constitui grave violação aos direitos humanos e limita total ou parcialmente o exercício dos demais direitos fundamentais. Definem a violência contra a mulher como "qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública, como na privada" (artigo 1°). Vale dizer, a violência baseada no gênero ocorre quando um ato é dirigido contra uma mulher, porque é mulher, ou quando atos afetam as mulheres de forma desproporcional. Adicionam que a violência baseada no



Henkin, Louis e outros. *Human Rights*. New York, New York Foundation Press, 1999. p.364.



gênero reflete relações de poder historicamente desiguais e assimétricas entre homens e mulheres. A Convenção de Belém do Pará elenca um importante catálogo de direitos a serem assegurados às mulheres, para que tenham uma vida livre de violência, tanto na esfera pública, como na esfera privada. Consagra ainda, a Convenção, deveres aos Estados-partes, para que adotem políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

O terceiro grande tema introduzido pelo movimento de mulheres reporta-se aos direitos sexuais e reprodutivos6. Em 1994, na Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento, ineditamente, 184 Estados reconheceram os direitos reprodutivos como direitos humanos. Como explica Leila Linhares: "No Cairo, em 1994, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento introduziu um novo paradigma à temática do desenvolvimento populacional, deslocando a questão demográfica para o âmbito das questões relativas aos direitos reprodutivos e ao desenvolvimento. (...) A ativa participação do movimento internacional de mulheres nas fases preparatórias e durante a própria Conferência permitiram a legitimação da noção de direitos reprodutivos.(...) Ainda em 1995, em Beijing, foi realizada a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz, que incorporou as agendas das Conferências de Direitos Humanos (1993), de População e Desenvolvimento (1994) e da Cúpula de Desenvolvimento Social (1995), avancando e firmando, de modo definitivo, a noção de que os direitos das mulheres são direitos humanos; a nocão de saúde e direitos reprodutivos, bem como o reconhecimento de direitos sexuais, com a recomendação de que sejam revistas as legislações punitivas em relação ao aborto, considerado, tal como na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (1994), um problema de saúde pública". Em 1995, as Conferências internacionais de Copenhague e Pequim reafirmaram esta concepção. Com efeito, a Conferência do Cairo estabeleceu relevantes princípios éticos concernentes aos direitos reprodutivos<sup>8</sup>, afirmando o direito a ter controle sobre as questões relativas à sexualidade e à saúde sexual e reprodutiva, assim como a decisão livre de coercão, discriminação e violência, como um direito fundamental. A Conferência do Cairo realça ainda que as mulheres têm o direito individual e a responsabilidade social de decidir sobre o exercício da maternidade, assim como o direito à informação e acesso aos serviços para exercer seus direitos e responsabilidades reprodutivas, enquanto que os homens têm uma responsabilidade pessoal e social, a partir de seu próprio comportamento sexual e fertilidade, pelos efeitos desse comportamento na saúde e bem-estar de suas companheiras e filhos.

Importa enfatizar que o conceito de direitos sexuais e reprodutivos aponta para duas vertentes diversas e complementares. De um lado, aponta um campo da liberdade e da autodeterminação individual, o que compreende o livre exercício da sexualidade e da reprodução humana, sem discriminação, coerção e violência. Eis um terreno em que é

fundamental o poder de decisão no controle da fecundidade. Consagra-se o direito de mulheres e homens de tomar decisões no campo da reprodução (o que compreende o direito de decidir livre e responsavelmente acerca da reprodução, do número de filhos e do intervalo entre seus nascimentos). Tratase de direito de autodeterminação, privacidade, intimidade, liberdade e autonomia individual. Por outro lado, o efetivo exercício dos direitos reprodutivos demanda políticas públicas que assegurem a saúde sexual e reprodutiva. Nesta ótica, fundamental é o direito ao acesso a informações, meios e recursos seguros, disponíveis e acessíveis. Fundamental também é o direito ao mais elevado padrão de saúde reprodutiva e sexual, tendo em vista a saúde não como mera ausência de enfermidades e doencas, mas como a capacidade de desfrutar de uma vida sexual segura e satisfatória e reproduzir-se com a liberdade de fazê-lo ou não, quando e com que fregüência.

Considerando a gramática contemporânea de direitos humanos das mulheres, transita-se ao contexto brasileiro a fim de que se avalie os desafios e perspectivas para a efetivação destes direitos, à luz da dinâmica interação entre as ordens internacional e local.

#### Os Direitos Humanos das Mulheres no Brasil: Desafios e Perspectivas

Na experiência brasileira, a Constituição Federal de 1988, como marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no país, incorporou a maioria significativa das reivindicações formuladas pelas mulheres. O êxito do movimento de mulheres, no tocante aos avanços constitucionais, pode ser claramente evidenciado



Os direitos reprodutivos envolvem a concepção, o parto, a contracepção e o aborto, como elementos interligados "onde a impossibilidade de acesso a qualquer um deles remete a mulher para um lugar de submissão" (Maria Betânia de Melo Ávila, Modernidade e cidadania reprodutiva, In: Ávila, Maria Betânia de Melo, Berquó, Elza. Direitos reprodutivos: uma questão de cidadania. Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA, 1994. p. 9).



Leila Linhares. As Conferências das Nações Unidas influenciando a mudança legislativa e as decisões do Poder Judiciário. In: Seminário "Direitos Humanos: rumo a uma jurisprudência da igualdade", Belo Horizonte, de 14 a 17 de maio de 1998.



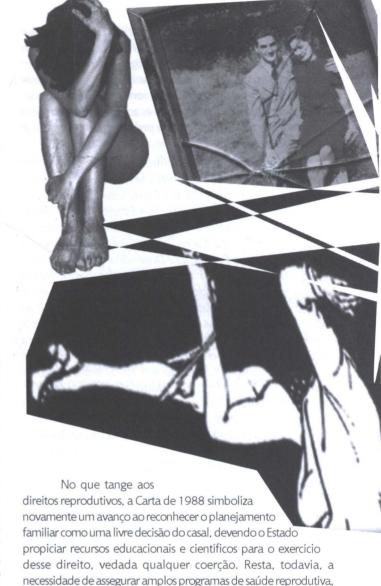
Note-se que o Plano de Ação do Cairo recomenda à comunidade internacional uma série de objetivos e metas, tais como: a) o crescimento econômico sustentado como marco do desenvolvimento sustentável; b) a educação, em particular das meninas; c) a igualdade entre os sexos; d) a redução da mortalidade neo-natal, infantil e materna e e) o acesso universal aos serviços de saúde reprodutiva, em particular de planificação familiar e de saúde sexual.

pelos dispositivos constitucionais que, dentre outros, asseguram: a) a igualdade entre homens e mulheres em geral (artigo 5°. I) e especificamente no âmbito da família (artigo 226, parágrafo 5°); b) a proibição da discriminação no mercado de trabalho, por motivo de sexo ou estado civil (artigo 7º, XXX, regulamentado pela Lei 9.029, de 13 de abril de 1995, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho); c) a proteção especial da mulher no mercado de trabalho, mediante incentivos específicos (artigo 7º, XX, regulamentado pela Lei 9.799, de 26 de maio de 1999, que insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho); d) o planejamento familiar como uma livre decisão do casal, devendo o Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito (artigo 226, parágrafo 7º, regulamentado pela Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, no âmbito do atendimento global e integral à saúde); e e) o dever do Estado de coibir a violência no âmbito das relações familiares (artigo 226, parágrafo 8°). Além destes avancos, merece ainda destague a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, dispondo que cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo. Adicione-se também a Lei 10.224, de 15 de maio de 2001, que ineditamente dispõe sobre o crime de assédio sexual.

Há que se observar que os avanços obtidos no plano internacional têm sido capazes de impulsionar transformações internas. Neste sentido, cabe destaque ao impacto de documentos como a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher de 1979, a Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993, a Conferência sobre População e Desenvolvimento do Cairo de 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1994, e a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim de 1995, na plataforma de construção dos direitos humanos das mulheres no contexto brasileiro. Estes instrumentos internacionais têm possibilitado ao movimento de mulheres exigir, no plano local, a implementação de avanços obtidos na esfera internacional.

No que se refere à discriminação contra a mulher, a experiência brasileira está em absoluta consonância com os parâmetros protetivos internacionais, refletindo tanto a vertente repressivo-punitiva (pautada pela proibição da discriminação contra a mulher), como a vertente promocional (pautada pela promoção da igualdade, mediante políticas compensatórias).

Quanto à violência contra a mulher, embora a Constituição de 1988 seja a primeira a explicitar a temática, merecendo destaque também a lei que tipifica a violência do assédio sexual, não há ainda legislação específica a tratar, por exemplo, da violência doméstica. Faz-se emergencial a adoção de políticas públicas voltadas à prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher em todas as suas manifestações, pois este padrão de violência constitui grave violação aos direitos humanos das mulheresº.



convertê-lo efetivamente em problema de saúde pública. A taxa de mortalidade materna no Brasil é cerca de 110 mortes por 100.000, contra 3,6 no Canadá. Conforme

reavaliando a legislação punitiva referente ao aborto, de modo a



A respeito, destacam-se os seguintes estudos acerca da violência doméstica: a) pesquisa feita pela Human Rights Watch ("Injustiça Criminal x Violência contra a Mulher no Brasil", 1993), que aponta que, a cada 100 mulheres brasileiras assassinadas, 70 o são no âmbito de suas relações domésticas; b) pesquisa realizada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos ("Primavera já Partiu", 1998), que demonstra que 66,3% dos acusados em homicídios contra mulheres brasileiras são seus parceiros; e c) dados da ONU que demonstram que a violência doméstica é a principal causa de lesões em mulheres entre 15 e 44 anos no mundo. Adicione-se que, em conformidade com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), uma em cada cinco mulheres que faltam ao trabalho o faz por ter sofrido agressões física. A violência doméstica agrava o processo de feminização da probreza, na medida em que empobrece as mulheres e, por sua vez, a mulher com dependência econômica toma-se mais vulnerável à violência doméstica, o que, por seu turno, ainda agrava o empobrecimento das mulheres. Deflagra-se, assim, um perverso ciclo vicioso, em que a violação de direitos civis leva à violação de direitos sociais e vice-versa.



conclusões da CPI da Mortalidade Materna, o Brasil apresenta um índice de mortalidade materna de cerca de 10 a 20 vezes da considerada aceitável. Observe-se que a distribuição do óbito materno não é homogênea no país, sendo mais alta na região Norte e mais baixa na região Sudeste. O aborto é a terceira causa de óbito materno no país como um todo. Estudo realizado em 15 municípios do país aponta a eclampsia, as síndromes hemorrágicas e a cardiopatia como as principais causas de óbitos maternos nos municípios considerados.

#### Conclusão

Não obstante os significativos avanços obtidos na esfera constitucional e internacional, reforçados, por vezes, mediante legislação infra-constitucional esparsa, que refletem, cada qual ao seu modo, as reivindicações e anseios contemporâneos das mulheres, ainda persiste na cultura brasileira uma ótica sexista e discriminatória com relação às mulheres, que as impede de exercer, com plena autonomia e dignidade, seus direitos mais fundamentais.

Os avanços constitucionais e internacionais, que consagram a ótica da igualdade entre os gêneros, têm, por vezes, a sua força normativa gradativamente pulverizada e reduzida, mediante uma cultura que praticamente despreza o alcance destas inovações, sob uma perspectiva discriminatória fundada em uma dupla moral, que ainda atribui pesos diversos e avaliações morais distintas a atitudes praticadas por homens e mulheres. Vale dizer, os extraordinários ganhos internacionais, constitucionais e legais não implicaram automaticamente a sensível mudança cultural que, muitas vezes, adota como referência os valores da normatividade pré-1988 e não os valores da normatividade introduzida a partir da Carta democrática de 1988, reforçados e revigorados pelos parâmetros protetivos internacionais.

Daí a urgência em se fomentar uma cultura fundada na observância dos parâmetros internacionais e constitucionais de proteção aos direitos humanos das mulheres, visando à implementação dos avanços constitucionais e internacionais já alcançados, que consagram uma ótica democrática e igualitária em relação aos gêneros. Há que se criar uma doutrina jurídica, sob a perspectiva de gênero, que seja capaz de visualizar a mulher e fazer visíveis as relações de poder entre os gêneros. Essa doutrina há de ter como pressuposto o padrão de discriminação e as experiências de exclusão e violência sofridas por mulheres. Deve ter como objetivo central a tarefa de transformar essa realidade. Como meio, essa doutrina deve se valer dos instrumentos internacionais de proteção dos direitos da mulher e das Constituições democráticas. 11

Incorporar a perspectiva de gênero na doutrina jurídica impõe, sobretudo, o desafio de mudança de paradigmas. Esse desafio aponta à necessidade de introjetar novos valores e uma nova visão de Direito, de sociedade e de mundo. Traduz também a necessidade de inclusão de grande parcela da população mundial e da inclusão de seu modo de perceber e compreender a realidade. Afirma Boutros Boutros Ghali, ex-

Secretário Geral da ONU: "Sem progresso na situação das mulheres não pode haver nenhum desenvolvimento social verdadeiro. Os direitos humanos não merecem esse nome se excluem a metade da humanidade. A luta pela igualdade da mulher faz parte da luta por um mundo melhor para todos os seres humanos e todas as sociedades". No mesmo sentido, pondera Deborah L. Rhode: "Embora nós não possamos saber a priori o que caracteriza uma boa sociedade, nós seguramente sabemos o que não a caracteriza. Trata-se da sociedade baseada na disparidade entre os gêneros, no que tange ao status, ao poder e à segurança. Trata-se da sociedade que nega à maioria de seus membros o controle efetivo sobre aspectos de sua existência diária".

Observe-se que, no amplo horizonte histórico de construção dos direitos das mulheres, jamais se caminhou tanto quanto nas últimas três décadas. Elas compõem o marco divisório em que se concentram as maiores reivindicações, desejos e anseios das mulheres, invocando, sobretudo, a reinvenção da gramática de seus direitos.

Para encerrar, reitere-se o legado de Viena: os direitos humanos das mulheres são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. Não há direitos humanos sem a plena observância dos direitos das mulheres, ou seja, não há direitos humanos sem que metade da população mundial exerça, em igualdade de condições, os direitos mais fundamentais. Afinal, como lembra Amartya Sen, "nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto o reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é um aspecto crucial do desenvolvimento como liberdade". 12



Observa Alda Facio: "(...) se é certo que os homens têm sofrido discriminações por sua pertença a uma classe, etnia, e/ou preferência sexual, etc., NENHUM homem sofre discriminação por pertencer ao sexo masculino, ao passo que TODAS as mulheres a sofrem por pertencer ao sexo feminino (além da discriminação por classe, etnia, e/ou preferência sexual, etc.)". (op. cit., p. 13). A respeito, afirma Katharine T. Bartlett e Rosanne Kennedy: "(...) há um amplo consenso de que, embora seja pedagógico à teoria feminista expor as implícitas hierarquias e exclusões e o modo pelo qual são construídas, as feministas também devem adotar atitudes positivas no sentido de transformar as práticas institucionais e sociais". (Feminist legal theory. reading in law and gender. Boulder. Westview Press, 1991. p. 10). Consultar ainda RHODE, Deborah L. Feminist critical theories. In: BARTLETT, Katharine T., Kennedy, Rosanne, op. cit. supra, p. 333-350.



"Não obstante as dificuldades e o desafio em buscar transformações através do Direito, este apresenta oportunidades ao feminismo. Direito é poder. (...) As reformas legais podem não apenas criar, como também resolver problemas relativos ao feminismo. Ainda que essas reformas não impliquem instantaneamente em avanços na vida das mulheres, constituem, todavia, um requisito necessário a uma significativa mudança social".(BARTLETT, Katharine T., KENNEDY, Rosanne, op. cit., p. 4). No mesmo sentido, afirma Alda Facio: "O Direito, apesar de ser um obstáculo para o desenvolvimento da personalidade feminina, pode ser um instrumento de transformações estruturais, culturais ou pessoais, que necessariamente levará mulheres a melhores condições de vida". (op. cit., p. 22).



Amartya Sen, *O Desenvolvimento como Liberdade*, Companhia das Letras, São Paulo, 2000, pág. 220.



## Direito previdenciário para donas de casa *versus* universalidade da proteção social no Brasil\*

Lena Lavinas\*\*

Com a colaboração de Marcelo Nicoll\*\*\*



<sup>\*\*</sup> Doutora em Economia, professora-adjunta do Instituto de Economia da UFRJ.

<sup>\*\*\*</sup> Economista, formado pelo Instituto de Economia da UFRJ.



Aguarda inclusão na pauta da Câmara dos Deputados o projeto de emenda constitucional da deputada federal Luci Choinaski (PT-SC), que propõe a criação de uma aposentadoria para donas de casa a partir dos 60 anos, no valor de um salário mínimo mensal, independente de contribuição prévia. Não se trata, no entanto, de contemplar todas as mulheres. sem exceção, reconhecendo assim e definitivamente a labuta cotidiana do trabalho doméstico como fardo imposto às mulheres em decorrência da divisão social e sexual do trabalho, historicamente responsável pela nada aprazível condição feminina e pelas assimetrias de gênero. De fato, tal proposta visa beneficiar exclusivamente as mulheres mais pobres. capazes de comprovar grau agudo de destituição, aquelas vivendo em famílias cuia renda mensal, ao ser totalizada, fosse inferior a dois salários mínimos.

A PEC 385 tem registrado avancos significativos no campo político desde 20011, mas nem por isso venceu a polêmica que sói acompanhar o resgate de direitos sociais e econômicos estruturantes da matriz dos sistemas de proteção social, campo esse, vale lembrar, asfixiado há alguns anos pelo garrote da estabilização monetária. Apesar de ter suscitado uma intensa mobilização nos setores organizados da sociedade brasileira nos últimos dois anos, tal proposta não é consensual entre feministas ou mesmo no movimento de mulheres. Majoritária, é, sem dúvida. Obteve, de fato, adesões importantes e em grande escala, como atesta a lista de ONGs que a subscreveram desde seu lancamento<sup>2</sup>. Até mesmo o então ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, manifestou-se em público favoravelmente ao projeto, muito embora a reforma da vez siga deixando sem cobertura previdenciária um contingente de dezenas de milhões de trabalhadores informais de ambos os sexos.

A lebre que levanta a declaração do ex-ministro é a de que pequenas concessões, de grande impacto junto à opinião pública, teriam possivelmente incidência relativamente marginal nas contas públicas, face ao passivo que bate à porta. Vejamos.

Cresce, sabemos, a turma da Terceira Idade, estimada, segundo os dados da PNAD 2003, em 16,7 milhões³, equivalente a quase 10% da população brasileira. Na verdade, não se trata de um contingente tão grande assim no presente, que coloque em xeque a viabilidade financeira do sistema de repartição previdenciário, fundado na solidariedade intergeracional. O gargalo da previdência no Brasil é a informalidade.

Destes 16,7 milhões, 56% são mulheres (ou 9,3 milhões), contra 4 milhões em 1981. Dentre estas, um pouco mais da metade recebe aposentadorias (logo, contribuíram de alguma forma e por algum tempo ao longo da sua vida produtiva) e 76,2% são contempladas com aposentadorias ou pensões, conforme indica a tabela 1.

muito da feminina, sendo da ordem de 20% (o que representa em números absolutos 1,4 milhão de indivíduos). Isso se deve muito provavelmente a uma longa trajetória de informalidade na fase ativa do ciclo de vida, ao passo que, no caso das mulheres, mesclam-se duas condições de atividade distintas – informalidade e inatividade no lar.

Resumidamente, temos um quadro de vulnerabilidade econômica em que homens e mulheres idosos sem direito a benefício previdenciário somam perto de 3,7 milhões, volume esse que só tende a aumentar, por razões demográficas e também pelas características estruturais do mercado de trabalho nas últimas décadas, em que a informalidade não dá sinais de ceder. A título de ilustração, vale lembrar que segundo a PNAD 2003, a taxa de

Tabela 1 Perfil dos Idosos

	1981	2001	2003
Total de Idosos	7.713.900	14.838.820	16.732.547
% de Idosos na População	6,4%	9,0%	9,6%
Idos os Ativos	26,6%	30,5%	31 0%
Idos os Ocupados	26,4%	29,6%	30,3%
Idos os Inativos	73,4%	69,5%	62,6%
Idosos com Aposentadoria	52,3%	65,5%	66,1%
Idosos com Aposentadoria ou Pensão	59,8%	77,5%	78,0%
Total de Mulheres idosas	4.057.035	8.283.485	9.361.460
% de Mulheres Idosas na População Feminina	6,7%	9,8%	10,5%
Idosas Ativas	9,9%	18,8%	21,7%
Idosas Ocupadas	9,9%	18,4%	21,1%
Idosas Inativas	90,1%	81,2%	78,3%
Idosas com Aposentadoria	39,9%	54,9%	55,7%
Idosas com Aposentadoria ou Pensão	53,3%	75,7%	76.2%

Fonte: PNAD/IBGE, 1981, 2001 e 2003.

Nota: Excluídos aqueles sem declaração de condição de atividade.

A tabela 1 revela ainda que 1/5 das mulheres com mais de 60 anos mantêm-se ocupadas em 2003, e que a taxa de inatividade nesse grupo é decrescente nos últimos 25 anos (tendência, aliás, também verificada no agregado que contempla ambos os sexos, parte superior da tabela).

Portanto, restam, antes do corte de renda e da condição de atividade, algo como 24% do universo de idosas, ou 2,4 milhões de mulheres, sem cobertura previdenciária, conforme consta da tabela 2. Essa mesma tabela demonstra que, em se tratando dos homens, a proporção de idosos sem cobertura previdenciária (aposentadoria ou pensão) não destoa

informalidade⁴ alcança 46% em média, sendo de 48% para os homens e 42% para as mulheres.

T

Em maio de 2003, a relatoria da Comissão de Constituição e Justiça de Redação (CCJR) reconheceu a admissibilidade da PEC 385.

relati

Consultar a este respeito os documentos relativos à circulação da PEC.

3

População com sessenta anos ou mais.



Aqui calculada para os ocupados na faixa etária 16 < 65 anos, somando assalariados sem carteira e autônomos ou conta-própria.

Tabela 2
População Idosa
Segundo recebimento de aposentadoria ou pensão

	and the same of the same		2003				
Fredhy of Mark Africa	The state of the s		Masculino	Feminino	Total		
Total de Idosos			7.371.087	9.361.460	16.732.547		
Com Aposentadoria			79%	56%	66%		
Com Pensão		i gentin	2%	31%	18%		
Com Aposentadoria e Pensão			2%	10%	6%		
Com Aposentadoria ou Pensão		San State	80%	76%	78%		
Sem Aposentadoria ou Pensão		and Ass	20%	24%	22%		

Fonte: PNAD/IBGE, 2003

Se fôssemos computar agora quantas mulheres com idade igual ou superior a 60 anos vivem em famílias com menos de dois salários mínimos mensais e se declaram inativas (do lar), portanto sem direito à aposentadoria, o número cairia para 1,15 milhões. Pode-se concluir que esse seria, em tese, o universo de mulheres a serem imediatamente beneficiadas pela proposta de Aposentadoria para Donas de Casa.

Se aplicássemos a esse mesmo perfil de mulheres a linha de indigência<sup>5</sup>, que habilita pessoas com mais de 65 anos e portadores de deficiência a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC), direito constitucional a amparar com uma renda mínima mensal de um salário mínimo cerca de 2,1 milhões de cidadãos carentes<sup>6</sup>, o número potencial de beneficiárias seria reduzido para 116,6 mil apenas. É difícil imaginar que se possam instituir novas linhas de pobreza e indigência, quando a prática alerta para a sua derivação automática do que é praxe, de modo a evitar mais desigualdade, afetando em especial os mais desiguais.

A tabela 3 abaixo dá uma boa idéia de como é elástica a eleição dos mais pobres dentre os pobres, tornando qualquer escolha antes de mais nada um jogo político. Até porque, quando o contingente a ser beneficiado não é relativamente

pequeno, de rápida e fácil identificação e acesso, aumentam os *trade-offs* e a ineficiência para sua seleção.

Para realizar tal exercício, estimamos quatro linhas de pobreza: a L1 mede o percentual de pessoas cuja renda familiar per capita mensal é igual ou menor que 1/4 do salário mínimo (essa seria uma linha de indigência); a L2 toma como linha demarcatória 1/2 salário mínimo per capita, a L3 procede como faz a União Européia, tomando uma linha de pobreza relativa e não absoluta (como nos dois exercícios anteriores) – considera, assim, como pobres aqueles cuja renda familiar per capita mensal é igual ou inferior a 40% do valor da renda mediana do conjunto da população. Finalmente, a L4 aplica os preceitos da PEC 385 e calcula quantas seriam as pessoas vivendo em famílias cuja renda familiar total é igual ou menor que dois salários mínimos.

Da mesma forma, resolvemos desagregar por faixas etárias e por sexo tais percentuais, para trazer mais nitidez acerca dos grupos mais vulneráveis em termos de déficits de renda. No anexo I, encontram-se os valores absolutos de cada faixa etária, relativos ao conjunto da população.

Por fim, registre-se que ignoramos nessa estimativa preliminar a condição de inatividade ou atividade, por considerar que todas as mulheres, independentemente da sua faixa de renda, são donas de casa, já que nenhuma escapa à subalternidade das relações de gênero e à condição feminina, com todas as suas implicações — e não são poucas, nem boas. Contemplar com uma aposentadoria as donas de casa da jornada única, quando há mulheres — notadamente as chefes de família — que acumulam duas ou três jornadas, equivaleria a discriminar negativamente e punir aquelas que buscam romper e transformar, com coragem e sucesso, o destino histórico do ser mulher.



Essa linha de pobreza institui por lei que só podem habilitar-se a receber o BPC o público-alvo potencial que vive em famílias cuja renda familiar *per capita* mensal é inferior a 1/4 do salário mínimo.



Dados do INSS, home page www.inss.gov.br/docs/11.pdf.



Tabela 3

#### Percentual de Pessoas Abaixo da Linha de Pobreza Segundo sexo e faixa etária - 2003

	Linha 1			Linha 2			Lin ha 2			Linha 4		
	onllue sM	Feminina	Total	Ma coulino	Feminina	Total	Ma cou Inc	Feminina	Total	Marcoulino	Feminino	Total
menos de 16 anos	54%	47 %	50%	47%	42%	44%	52%	46%	49%	4.1%	35%	38%
de 16 a menos de 60 anos	45%	52%	49%	50%	54%	52%	46%	52%	49%	51%	55%	53%
de 16 anos a menos de 65	45%	53%	49%	51%	56%	54%	47%	53%	50%	54%	58%	56%
60 anos e mais	2%	1%	2%	4%	4%	4%	2%	2%	2%	8%	10%	9%
G5 anos e mais	1%	1%	1%	2%	2%	2%	1%	1%	1%	5%	7%	6%
Toda a a i idade a	12.757.892	13.882.097	26,639,989	28, 374, 281	30.080 213	58.454.494	16,586,535	17.793.036	34, 359, 571	29,489,950	32,906,623	62,396,673

Form: Philipping, 2661.

Como se pode observar, em função da linha de pobreza selecionada, pode variar e muito o número de pessoas a ser contemplado. Os pobres podem ser 62,3 milhões (L4) ou 26,6 milhões (L1).

Tal variação é particularmente verdadeira com relação à Terceira Idade. No caso dos *seniors* com idade acima dos 60 anos, por exemplo, a proporção aumenta bastante com a escolha da linha dos dois salários mínimos de renda familiar. Passa, assim, em se tratando das mulheres, de 1% (L1) para 10% (L4), ainda que não considerado o filtro da inatividade. Interessante constatar que, se tomarmos o parâmetro relativo (L3), vemos que homens e mulheres com mais de 60 anos encontram-se exatamente na mesma situação, totalizando 2% da população-alvo potencial (desconsiderada a inatividade).

No outro extremo, vemos que, com o uso da L4, diminui sensivelmente o percentual de crianças pobres vis a vis as demais linhas, em razão de o cálculo não ser *per capita*, o que acaba por ocultar a distribuição interna às famílias. Ora, sabemos que na cauda da distribuição de renda os menores de 16 anos são maioria. Metade dos 10% ou 20% mais pobres são crianças<sup>7</sup>, bem mais desprotegidas do que adultos de um ou outro sexo.

Se a aritmética é simples, nem por isso simplifica-se a escolha do que deve ser feito. Com facilidade, multiplica-se ou divide-se por 10 o público-alvo da aposentadoria para mulheres donas de casa com mais de sessenta anos. Ou ignora-se que o sexo oposto é igualmente desprotegido e vulnerável na fase de inatividade. A magnitude das possibilidades é exatamente essa, e só faz revelar o desafio em pauta. Onde deve passar a linha divisória que separa as donas de casa que merecem reconhecimento "explícito da sociedade à função que desempenhamos durante toda a vida como trabalhadoras" daquelas que realizam diariamente as mesmas tarefas, repetitivas e muitas vezes penosas, com a mesma dedicação e eficácia, mas detentoras de condições de vida quiçá um pouco melhores ou, ao contrário, ainda mais exigentes e desgastantes (dupla e tripla jornadas)?

#### A focalização nas mulheres pobres ou o não-direito

Ao tema do envelhecimento da população e do nãoreconhecimento do trabalho doméstico, absolutamente legítimos, soma-se outro que, desde meados da década passada, é-nos repisado como dos mais prementes e pertinentes, o fenômeno da feminização da pobreza - as mulheres sendo as mais pobres dentre os pobres, as mais vulneráveis e as mais desprotegidas deveriam ser aquelas prioritárias no âmbito dos sistemas de proteção social que se tornam a cada dia mais deficitários, debilitados e deficientes. Algumas instituições multilaterais, lideradas pelo Banco Mundial, tomaram a linha de frente nesse debate, que acabou por banalizar uma idéia absolutamente equivocada: a de que o acúmulo de desvantagens sócio-econômicas, somadas às de sexo e de raca, jogaria na base da estrutura social as mulheres, hierarquizando-as a partir da cor e da condição social. Estudos<sup>9</sup> existem comprovando que não é bem assim que as coisas acontecem, apesar da popularidade do refrão que cunhou uma categoria imbatível em matéria de desvantagens acumuladas, a da "mulher, negra, pobre e favelada".

Constata-se, assim, que a PEC 385 engrossa o cordão do que é tradição de longa data no país e alimento das nossas desigualdades: ela pressupõe estender mecanismos de proteção social jamais universalizados a grupos de pressão, que montam estratégias exitosas (!) para fazer valer direitos específicos, quase privilégios, reforçando, em conseqüência, o perfil corporativo da seguridade social. Reza a Constituição que o direito à aposentadoria é de cunho contributivo, ao contrário da saúde, que seria em teoria de acesso universal e livre de condicionalidades. Isso poderia sugerir ser a PEC 385 quase revolucionária, pois ao alterar a Constituição, remodelando convenções e regras já



Ver a este respeito Lavinas Lena (2004), Universalizando Direitos, in Observatório da Cidadania, Relatório 2004, Medos e Privatizações. Obstáculos à Segurança Humana, Rio de Janeiro: IBASE.



Citado no abaixo-assinado dirigido ao Presidente da República, que circula na Internet para coleta de assinaturas em prol da Campanha Nacional pelo Direito à Aposentadoria das Donas de Casa.



Ver, por exemplo, Lavinas L. (1996). As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. In *Revista Estudos Feministas* n. 2, 1996, p. 464-479



estabelecidas, estaria criando uma jurisprudência capaz de promover mudanças ainda mais profundas e radicalmente democráticas na institucionalidade do nosso sistema de proteção social.

Aí reside nossa dúvida. Em um país incapaz de universalizar direitos, em particular direitos econômicos e sociais, a melhor estratégia para estender a cidadania continuaria sendo a de garantir a setores específicos, circunscritos a grupos desfavorecidos, como o das mulheres – ou dos negros, ou dos índios, ou dos portadores de deficiência – compensações residuais negadas a tantos outros em igualdade de (más) condições, em nome da dominação patriarcal

Após 30 anos de lutas feministas, cujo début se deu na denúncia de uma universalidade enganosa, pois excluía "a metade do céu", não fomos ainda capazes, nós mulheres, de reconstruir uma totalidade que dê conta não apenas de uma pequena parte de nós mesmas, mas de todas as relações que forjam nossa condição de mulher, e que são inerentes à universalização dos direitos. Começamos a desbravar caminhos destacando a especificidade da nossa condição forjada nas interseções do público-privado, enunciando nosso não-lugar no âmbito das relações de classe. Mas a direção tomada apontava inicialmente para a reconstrução do todo social, o que parecia possível no plano conceitual e metodológico, político e intelectual, a partir da categoria gênero, categoria incontornavelmente relacional e holística.

O curto-circuito interfere na virada dos 80 para os 90. Nessa ocasião, ganha terreno o argumento da focalização das políticas públicas em nome da luta contra o desperdício e da austeridade fiscal, em prol de maior eficiência, levando a cortes e maior controle dos recursos crescentemente escassos. Não se fala mais em proteção social, senão em gestão social do risco<sup>10</sup>, restrita evidentemente àqueles em situação de altíssima vulnerabilidade. Os programas de transferência de safety nets ou renda mínima de subsistência tornam-se a quase moeda única da política social. E beneficiam apenas os que podem comprovar sua extrema pobreza. Isso provoca uma forte retração do Estado na esfera da reprodução, reduz o campo dos direitos e fortalece contratendências de privatização dos servicos públicos e de terceirização de boa parte deles via parcerias com ONGs, inclusive as voltadas para questões como a violência doméstica, a feminização da pobreza e os direitos reprodutivos. A categoria gênero perde centralidade e passa a ser sinônimo de "mulher" ou "feminino". retirando-se o foco da complexidade das relacões sociais para dar destaque a demandas corporativadas porque restritas a grupos ou clientelas específicas.

Embora tal dinâmica tenha se alastrado para além das frentes de luta das mulheres, defronta-se com formulações novas e comprometidas com o resgate da universalização dos direitos e da cidadania, tal como a defesa de garantia de uma renda de cidadania.

Assim, na contramão da PEC 385, marcadamente seletiva, inclusive entre mulheres, é aprovada em 2004 a lei 10.835, que garante uma renda básica incondicional. Somos, nessa matéria, excepcionalidade mundial. Tal lei estabelece que todo cidadão brasileiro ou não (mas morando legalmente há pelo menos 5 anos no país) terá direito a uma renda universal de igual valor, independentemente da sua condição social, sexo, crença, raça ou qualquer outra distinção que possa atuar em bases discriminatórias. Deveria ter começado a ser implementada em janeiro de 2005, todavia não há previsão oficial de quando isso possa vir a ocorrer.

Ora, surpreendentemente, a Campanha Nacional pelo Direito à Aposentadoria das Donas de Casa não dialoga com a lei que já assegura o direito a uma renda básica, de modo a somar forças para promover sua imediata implementação. Segue em raia própria, alheia ao novo quadro institucional, propondo ainda por cima a criação de uma fonte adicional de recursos para o financiamento da PEC 385, a partir de contribuição suplementar sobre a folha de pagamento das empresas, o que supõe penalizar o setor produtivo por algo que se reproduz na



Notadamente no caso dos países de renda média e baixa, do mundo em desenvolvimento.



Lei 10.835, de 2004, de autoria do Senador E. Suplicy. Ela deveria ter entrado em vigor a partir de 1 de janeiro de 2005 (sic).



esfera privada das relações sociais. Talvez esta seja uma compreensão algo anacrônica da teoria do patriarcado e da sua permissividade com o grande capital.

Essa miopia parece herdada do *mainstream* da feminização da pobreza e acaba por isolar as reivindicações das mulheres da agenda nacional.

Reivindicar a criação de mais um benefício assistencial12, posto que de base não-contributiva (à imagem da LOAS e da renda vitalícia), quando aumenta a pressão para eliminação da aposentadoria rural como direito previdenciário, dada sua reduzida base contributiva própria<sup>13</sup>, parece outro desacerto. A PEC 385 aponta para a criação de um benefício previdenciário, mas não havendo base contributiva própria será assimilado a um benefício assistencialista. Logo, existe o risco de que tal emenda constitucional, se aprovada, venha a ser colocada em xegue por modificações futuras do que é previdenciário ou assistencial.

Em pesquisa já publicada14, estimamos, através de simulações, o impacto na redução da pobreza e da desigualdade de distintos perfis de políticas de transferência de renda. fazendo variar tanto o valor do benefício, quanto o tipo da clientela. Observamos, nesse exercício, que se fosse necessário eleger um grupo para dar início à implementação da política universal de renda básica, sem a menor sombra de dúvida deveríamos começar pelas criancas (menores de 16 anos), todas elas. Isso porque o efeito redistributivo seria dos mais efetivos, com ganhos significativos em matéria de justica social, gracas a uma reducão expressiva do hiato econômico entre os mais ricos e os mais pobres. Custa. evidentemente, muito mais caro em razão da grande escala.

Ampliar o volume das transferências de renda para pessoas com mais de 60 anos tem quase sempre impacto nulo, podendo mesmo revelar perfil regressivo. O que não significa, como querem fazer crer a Fazenda e o Banco Mundial, que um sistema de



aposentadorias público é forçosamente injusto porque regressivo.

Se a maternidade nos faz socialmente mulheres, não é possível abstrair e empurrar para a Terceira Idade o direito a uma renda básica incondicional, quando a lei já existe para todos e tem que ser aplicada. Sobretudo, sabendo-se que ser universal é ser redistributivo e progressivo, e sabendose que a pobreza se concentra nas fases mais jovens do ciclo de vida. São pobres as famílias com crianças, não por causa de elevadas razões de dependências15, mas porque educar dignamente um filho custa caro e o Estado brasileiro não financia senão marginalmente tais despesas. Ou nós mulheres somos capazes de fazer valer a dimensão relacional do gênero na formulação das políticas públicas universais, ou 30 anos de feminismo e de tantos avanços terão sido em vão.

No site do INSS (www.inss.gov.br;docs;11.pdf), tomando como fonte a DATAPREV estão computados 2,640 milhões de beneficios assistenciais pagos em janeiro de 2005, assim distribuídos: LOAS para idosos pobres: 943 mil, para portadores de deficiência: 1,133 milhão, e rendas mensais vitalícias: 546 mil.

Estimada em cerca de 9% apenas, isso porque há uma enorme sonegação da base tributária agrícola. Como sempre aponta Sulamis Dain, a base contributiva da previdência rural é indireta, o que se costuma esquecer. Os recursos necessários ao pagamento dos benefícios rurais são hoje em número de 4.960 milhões (dados da DATAPREV de janeiro de 2005), sendo financiados, como prevê a Constituição, a partir da Seguridade Social. As contribuições sociais foram nessa última década as que mais cresceram sendo a base de maior produtividade fiscal.

Relatório Anual do Observatória da Cidadania. Brasil 2004, Lavinas L. Universalizando Direitos, op. Cit. Ou no site www.ie.ufrj.br/aparte. clicando em Lena Lavinas.

Em 2003, segundo a PNAD, cada família tem em média 1,3 crianças.

#### ANEXO I Total de Pessoas Segundo Sexo e Faixa Etária, 2003

cão da Listica sociál é o	Masculino	Feminino	Total
menos de 16 anos	25.901.693	24.901.096	50.802.789
de 16 a menos de 60 anos	51.570.056	54.830.890	106.400.946
de 16 anos a menos de 65 anos	53.965.131	57.640.952	111.606.083
60 anos e mais	7.371.087	9.361.460	16.732.547
65 anos e mais	4.976.012	6.551.398	11.527.410
Todas as Idades	84.842.836	89.093.446	173.936.282

PNAD/IBGE 2003.



# Publicas e Gidadania: um olhar de genero para pensar a cidade

Tatiana Dahmer Pereira\*

Este artigo apresenta o conceito de gênero como um instrumento de análise para compreender as desigualdades sociais e para formular políticas públicas, visando à promoção da justiça social e da igualdade entre homens e mulheres na nossa sociedade e, em particular, nas nossas cidades.



Temos por foco deste debate o espaço dos Conselhos Municipais e a atuação dos conselheiros e das conselheiras, reconhecendo-os (as) como agentes de interlocução entre o poder público e a sociedade civil organizada. Os Conselhos Municipais são, desde 1988, esferas de disputa local por políticas públicas para a sociedade. Dessa forma, classe, gênero, etnia e recorte etário são conceitos imprescindíveis para entender os diferentes matizes das desigualdades com forte determinação sobre as relações sociais.

Sem desconsiderar a importância dos recortes de classe, de etnia e etário – visceralmente articulados com esse debate –, aprofundaremos o conceito de gênero, abordando-o como um instrumento de superação das desigualdades sociais entre homens e mulheres na nossa sociedade.

#### Gênero como instrumento de transformação da realidade

Gênero, antes de tudo, é relação social. Gênero não se refere estritamente às questões das mulheres ou do sexo feminino, mas às relações sociais de poder e às representações sobre os papéis e comportamentos dos gêneros masculino e feminino na nossa sociedade. Conceitualmente, gênero diferencia-se de sexo.

Sexo refere-se às características morfológicas e biológicas, a elementos da natureza que diferenciam machos e fêmeas em todas as espécies. Gênero refere-se aos *padrões de comportamento e papéis sociais* esperados de e por homens e mulheres em cada sociedade. Nesse sentido, sexo é inerente à natureza e não pode ser alterado na sua estrutura. Gênero é produto das relações sociais e pode mudar conforme mudem os costumes e a cultura de cada sociedade.

Partimos do reconhecimento das desigualdades e da opressão nos padrões de comportamento, nos papéis sociais e no acesso a direitos impostos aos homens e às mulheres, em que as mulheres se situam no pólo mais desfavorável dessa relação. Por exemplo, na socialização das crianças, meninos e meninas, em geral, são estimulados a ter comportamentos diferentes que, se analisados cuidadosamente, explicitam o lugar (naturalizado) de homens e mulheres na nossa sociedade. Enquanto meninos são incentivados a serem livres, a brincar e a brigar na rua, no espaço público, e a namorar, as meninas aprendem a se comportar de forma mais submissa, a ocupar o espaco doméstico, a cuidar dos afazeres do lar e das pessoas da família e a viver sua sexualidade e agressividade de modo mais reprimido. Em consegüência, meninos e homens também pagam um preço por essa (de) formação.

Embora alguns aspectos já venham mudando substancialmente, homens que choram e expõem fragilidades emocionais sofrem discriminação e têm, muitas vezes, sua sexualidade questionada. Além disso, historicamente coube aos homens desempenhar o papel

de provedor econômico da família. Apesar de o número de mulheres chefes de família vir aumentando, na sociedade brasileira essa demanda ainda é geradora de cobranças e conflitos. O sucesso financeiro e profissional masculino é culturalmente associado à virilidade e à masculinidade, e conquanto as mulheres ocupem e disputem competentemente o mercado de trabalho, ainda cobra-se delas a boa capacidade de gestão do espaço doméstico, de cuidado com a família e de realização da vida amorosa a partir do casamento. Além disso, as condições sociais objetivas continuam bastante desfavoráveis às mulheres, contribuindo para a sobrecarga de tarefas que culturalmente lhes são atribuídas.

Dar visibilidade à maior vulnerabilidade social das mulheres e às desigualdades sociais de gênero permite desnaturalizar relações de dominação e de exclusão social às quais homens e mulheres encontram-se submetidos e denunciar que as mulheres são as que pagam o preço mais alto por essa submissão.

#### Políticas públicas com recorte de gênero - seu lugar nos Conselhos Municipais setoriais e nos Conselhos de direitos da mulher

O processo de urbanização iniciado a partir da década de 30 no Brasil caracterizou-se como tardio. acelerado e definido por um modelo capitalista excludente em relação às chamadas "classes perigosas" - a classe operária em formação. A construção do espaço urbano, ainda que desordenada e fortemente marcada pelo descaso do poder público para com o bem-estar universal, é notória pela disputa de diversos segmentos sociais em torno do acesso a bens, equipamentos e serviços urbanos. A formação das cidades e das regiões metropolitanas no Brasil segue uma lógica de segregação das classes sociais, e, no bojo dessa segregação, há o reforço da exclusão de segmentos sociais em situação de maior vulnerabilidade. Podemos afirmar que fazem parte desses segmentos marginalizados as mulheres, a população negra, os idosos e os jovens habitantes das periferias.

Ao olhar as desigualdades sociais historicamente construídas na sociedade brasileira com os recortes de gênero e de etnia, percebemos que essas contradições são vivenciadas de forma diferente pelos diversos segmentos sociais. Dentre os mais atingidos negativamente pelo modelo de desenvolvimento capitalista estão as mulheres negras e pobres.

É nesse sentido que as políticas públicas, como ações empreendidas pelo Estado, têm grande importância como mecanismo de regulação das injustiças sociais e de proteção aos socialmente mais vulneráveis. Assim, a formulação de políticas públicas – com recorte afirmativo de gênero e etnia –



objetiva, por princípio, empoderar (assegurar poder, fortalecer) tais grupos. Compreender as políticas públicas como um mecanismo de correção das discriminações, enfrentamento da violência e fortalecimento da cidadania das mulheres significa institucionalizar, publicizar e universalizar uma problemática ainda muito tratada e reservada à esfera privada e a soluções de caráter moral e, por que não dizer, muitas vezes moralistas.

Nas últimas décadas, no Brasil, as desigualdades de gênero tornaram-se patentes e vêm sendo enfrentadas a partir da luta das mulheres e das transformações culturais e conquistas dos movimentos sociais. Mas convém lembrar que há ainda um longo caminho a ser percorrido, o qual deve ser conquistado também no campo institucional, através de políticas públicas afirmativas de direitos nas cidades.

Desde a década de 70, a crescente articulação dos movimentos de mulheres e a inserção delas no mercado de trabalho propiciaram maior visibilidade às desigualdades a que estão expostas e aos bloqueios existentes para a concretização de sua cidadania. Correspondendo a essas demandas, ocorreram ações públicas, como conquistas dos movimentos sociais, no campo jurídico-institucional das três esferas de governo – federal, estadual e municipal – e nas instâncias do executivo, legislativo e judiciário.

Desde 1985, passam a ser implantadas, paulatina e principalmente nas capitais e regiões metropolitanas, as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher – DEAMs. Em 1988, com a Constituinte, é criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM/MJ, vinculado ao Ministério da Justiça, cujo papel é assessorar e dinamizar a promoção da igualdade entre mulheres e homens, a partir das políticas públicas em cada Ministério e da interlocução com os estados.

Com a descentralização promovida a partir da Constituição de 1988, proliferam nas cidades brasileiras os Conselhos Estaduais e Municipais de direitos da mulher ou da condição feminina. No âmbito municipal, a partir da década de 90, passam a ser criados os centros de referência



e orientação à mulher e, posteriormente, articuladas com esses espaços de triagem, as casas-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e em situação de risco de vida. Além disso, pipocam pelo país, a partir de 1995 – ano da IV Conferência Mundial da Mulher, em Pequim –, iniciativas privadas e públicas voltadas à cidadania das mulheres, como serviços de orientação jurídica, psicológica e no formato de disque-denúncias. Muitas das ações públicas são respostas, ainda que parciais, às demandas por políticas públicas estruturadoras de um sistema permanente de proteção e segurança para as mulheres.

Portanto, gostaríamos de sugerir elementos constitutivos da intervenção orientada por uma leitura de gênero e etnia a partir dos Conselhos Municipais.

A temática "mulher" costuma ser sempre lembrada nos momentos festivos, que, a título de homenagem, acabam por reproduzir estereótipos do papel da mulher na sociedade. Negligencia-se a dimensão de sujeito social autônomo e capaz, e, muitas vezes, a própria ação do Estado estimula a vitimização e a relação de tutela sobre as mulheres - o que em nada contribui para a construção de sua cidadania. No cotidiano, as desigualdades a que as mulheres encontram-se submetidas reforçam o lugar subalterno que ocupam na sociedade. São elas que recebem menor renda em relação aos homens - embora tenham, na média nacional, mais tempo de estudo do que estes. Também são as mulheres negras que ocupam o último lugar no acesso ao mercado formal de trabalho, encabeçando a chefia das famílias mais pobres do país. No acesso à moradia, é proporcionalmente pequeno, se comparado ao de homens, o número de mulheres com posse da casa, ainda mais se consideradas as que dividem o lar com um cônjuge. Embora a presenca institucional das mulheres no Congresso Nacional e nos executivos municipais e estaduais tenha aumentado nos ' últimos dez anos, essa participação em cargos eletivos não ultrapassa 9% apesar de, segundo dados censitários, elas constituírem a maioria da população no Brasil.

A proliferação de Conselhos Municipais da condição feminina ou de direitos da mulher deve, na sua origem, fazer parte de uma estratégia de implantação de políticas públicas com recorte de gênero em todas as políticas setoriais. Mesmo sendo inegável a importância de sua criação enquanto ação afirmativa e de visibilidade das injusticas sociais às quais as mulheres estão expostas, é preciso uma reflexão crítica sobre o papel dos Conselhos específicos voltados à defesa dos direitos das mulheres. Tanto esses conselhos como os Conselhos Municipais de políticas setoriais são instrumentos que não se encerram em si mesmos. Para isso, é fundamental a utilização de meios como coordenadorias de políticas públicas, centros de referência e de assistência às mulheres, fundos públicos para financiamento de políticas dirigidas à cidadania e promoção da autonomia das mulheres em todas as áreas (saúde, habitação, assistência social, lazer e cultura, geração de emprego e renda, assessoria jurídica e segurança pública, por exemplo). Mas, antes de tudo, é preciso um exercício de sensibilização da sociedade para a superação de preconceitos de gênero e etnia realizado em conjunto com os atores sociais que constróem a cidade. É necessário agucar olhares para desnaturalizar injusticas e fazer com que realmente aparecam as desigualdades de gênero.

No entanto, se algumas temáticas são mais caras às mulheres, figurando primordialmente como debate na agenda de lutas dos movimentos feministas e de mulheres – como violência doméstica e sexual e acesso à saúde –, o conceito de igualdade de gênero remete à seguinte reflexão: políticas públicas com recorte de gênero têm, por princípio, de promover a superação das desigualdades entre homens e mulheres, criando ações afirmativas para o pólo mais vulnerável. Entretanto, embora exista uma agenda de prioridades construída pelos movimentos sociais feministas cujas temáticas históricas relevantes são saúde, violência doméstica e creche, canais de gestão e de elaboração de políticas públicas como conselhos devem ser capazes de elaborar

políticas setoriais com recorte de gênero em todas as temáticas. Isso porque, como vimos, gênero não se refere apenas às mulheres, nem às temáticas que culturalmente lhes são atribuídas, tais como saúde e educação. Toda política pública implementada por um governo tem impacto de classe, de etnia e etário. O mesmo ocorre com gênero - embora o impacto de gênero reforce estereótipos sobre o papel da mulher na sociedade ou a omissão diante das desigualdades no acesso a bens, equipamentos e servicos.

Propomos que a formulação de políticas públicas com recorte de gênero deve ser, antes de tudo, uma ação transversal – mas não com menor visibilidade - e orientar-se a partir dos seguintes elementos:

(i) formulação de um diagnóstico sobre a cidade, com visibilidade efetiva do lugar das mulheres e dos homens e das





diferenças no acesso a serviços e equipamentos urbanos. O diagnóstico deve traduzir as desigualdades numa perspectiva não apenas de gênero, mas etária, étnica e de classe;

(ii) organização de um sistema municipal, regional ou estadual de informação, proteção e cidadania da mulher. Esse sistema deve potencializar ações a partir da integração de suas propostas com os poderes legislativo e judiciário. Em relação a este último, deve-se efetivamente acabar com a impunidade de responsáveis por violações e salvaguardar direitos das mulheres:

(iii) construção de interfaces e articulação intersetorial nas ações do poder executivo e das diferentes secretarias – incluindo aí os Conselhos setoriais e os conselhos da condição feminina. Dessa forma, é estimulada a efetiva implementação de políticas públicas com recorte de gênero – e não a proliferação de ações que estigmatizam e reafirmam lugares subalternos das mulheres na sociedade.

O desafio de conselheiros(as) municipais consiste, portanto, em apropriar-se do instrumento de análise da realidade como gênero e dar um salto de qualidade que supere uma visão estreita focada em cada área setorial. Por exemplo, fortalecer a abordagem de gênero não significa subalternizar outros recortes relevantes como classe, etnia ou faixa etária. Estes precisam estar articulados e integrados nas temáticas

dentro das quais ações públicas venham a ser implantadas.

Ainda que consideremos fundamental a abordagem de gênero como transversal a todas as políticas públicas setoriais, a criação dos conselhos de direitos da mulher como ação afirmativa é válida, mas é necessário refletir sobre a articulação desses órgãos, em relação a interlocução e assessoria, com os demais conselhos setoriais. Ainda assim, em relação à importância de conselhos de direitos das mulheres, vale a reflexão de que não devemos incorrer no risco de criar esferas esvaziadas na sua origem, sem recursos. sem operacionalidade ou poder decisório que muitas vezes resultam de iniciativas demagógicas e voluntaristas. presas à burocracia estatal ou tuteladas pelo poder público municipal ou estadual. Exemplo disso são os Conselhos Municipais de direito da mulher vinculados a secretarias

ou órgãos públicos sem grande poder decisório, com baixo ou nenhum orçamento, sem plano de trabalho e com baixa ou nenhuma articulação com programas dessas instâncias ou de outras esferas do executivo.

Quanto a este último aspecto, consideramos fundamental para a existência de políticas públicas com recorte de gênero que os programas, políticas e espaços de controle social, criados nas três esferas da administração pública, tenham vínculos estratégicos com órgãos mais operativos e de centros de poder.

Se os programas e as políticas não incorporarem esses recortes e não permitirem a superação das desigualdades de gênero, continuaremos lembrando a existência das mulheres em nossas cidades apenas nos momentos de comemoração do Dia Internacional da Mulher, no Dia das Mães, na presença pouco dignificante em comerciais de televisão e em revistas de bancas de jornal ou, em momentos mais trágicos, de denúncia de espancamentos, assassinatos ou estupros. Nesses momentos, as mulheres têm visibilidade, mas não como sujeitos da sua história. Em geral, apenas por meio de estereótipos e das funções a elas relegadas na sociedade – as de mãe, de esposa, de santa ou prostituta, de objeto de desejo e consumo da sociedade.



#### **Entrevista**



No meio rural brasileiro, as relações sociais, historicamente complexas, ainda aguardam por transformações fundamentais para a garantia da democracia, da cidadania e da sustentabilidade ambiental. Uma delas é a construção da igualdade entre homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras. Uma via de acesso à eqüidade de gênero no campo parecem ser os modelos alternativos de produção agrícola inspirados na agroecologia. Comprometidos com a sustentabilidade sócio-ambiental, são modelos de desenvolvimento rural capazes de gerar renda desconcentrada. Nesta entrevista concedida ao jornalista Fausto Oliveira, da FASE, a diretora Maria Emília Pacheco comenta a aproximação do debate sobre a agroecologia e as questões do feminismo. Como conectar discussões que sempre se travaram em eixos diferentes, mas que, na realidade cotidiana, apresentam uma proximidade desconcertante, que se pode sentir pela necessidade de mudar as relações entre homens e mulheres no campo? Não há respostas definitivas ainda, mas há um intenso debate e muita ação política se espalhando pelo interior do país.

## Proposta - Como movimentos e organizações vêm juntando estes dois campos de debate e ação política - agroecologia e feminismo?

Maria Emília – Esta interação continua sendo um desafio. Durante o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em 2002, um grupo de mulheres questionou a falta de equidade de gênero na composição da representação das entidades participantes e o isolamento do debate sobre as relações sociais de gênero em um grupo de trabalho - A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico. A crítica foi sintetizada na carta apresentada à plenária que dizia: "(...) A agroecologia, ao considerar todos os componentes dos sistemas de produção contribui para dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres, que é fundamental para a sustentabilidade do sistema e para a reprodução familiar. Porém, se não colocarmos as questões apontadas pelo feminismo, poderemos visibilizar o trabalho das mulheres, sem, contudo, problematizar a naturalização da divisão sexual do trabalho, baseada na idéia da complementariedade entre o trabalho desenvolvido pelos membros da família. Ao valorizar o trabalho da mulher na agroecologia podemos correr o risco de ter uma visão instrumental da questão, considerando apenas que o trabalho das mulheres pontencializa a agroecologia, sem refletir sobre o que a agroecologia pode contribuir para a luta das mulheres por sua autonomia e conquista de direitos. Consideramos importante reconhecer o papel histórico do feminismo e do processo de auto-organização das mulheres, que tem como um de seus resultados, a incorporação de gênero na pauta dos diversos movimentos e organizações".

Esta perspectiva ecoou no ENA e foi incluída dentre as diretrizes políticas afirmadas na Carta Política na defesa de um modelo agrícola de novo tipo: o desenvolvimento rural sustentável só será possível se baseado na justiça social, na distribuição dos recursos produtivos e no uso de tecnologias que, ao mesmo tempo conservem o meio ambiente e garantam níveis de produção adequados; a agroecologia é a abordagem da gestão produtiva dos recursos naturais mais apropriada para o alcance da sustentabilidade da produção familiar; a igualdade das relações sociais entre homens e mulheres é condição essencial para a sustentabilidade da produção agroecológica.¹

Em sua construção histórica, a agroecologia vem fornecendo os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas produtivos e de preservação de recursos naturais, com uma abordagem que articula vários aspectos: (i) incentiva técnicos/as e pesquisadores/as a dialogar com o saber dos agricultores/as e identificar suas respostas técnicas; (ii) propõe o desenvolvimento de agroecossistemas baseado nas interações ecológicas, com a utilização de recursos renováveis, acessíveis localmente e com baixa dependência de insumos comerciais; (iii) valoriza a preservação e uso social da biodiversidade sustentada pela diversidade cultural; (iv) estimula o estabelecimento de circuitos curtos para o consumo de mercadorias.

A aplicação desses princípios visa assegurar, nos programas de desenvolvimento rural objetivos como: a) melhorar a produção de alimentos básicos nas unidades



Cf. Anais do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), Rio de Janeiro, julho de 2002.



produtivas, fortalecendo e enriquecendo a dieta alimentar, através da valorização de produtos locais/tradicionais e conservação de germoplasma de variedades cultivadas locais; b) aumentar a diversidade vegetal e animal e promover o uso eficiente de recursos locais para diminuir os riscos; c) melhorar a base dos recursos naturais através da conservação e regeneração do solo, água, enfatizando o controle de erosão e formas de captação de água; d) garantir que sistemas alternativos resultem em fortalecimento da organização social.

As influências sobre o pensamento agroecológico, conforme nos diz Altieri<sup>2</sup>, estão ancoradas nas ciências agrícolas, no movimento ambientalista, na ecologia, nos estudos antropológicos e etnografias sobre sistemas agrícolas de populações tradicionais. Estes estudos colocaram como foco o uso de recursos e manejo de toda a base de subsistência e não só das parcelas agrícolas, analisando as categorias de pensamento das populações indígenas e camponesas sobre as condições ambientais, práticas agrícolas e agroextrativistas. Enfatizaram que a organização social e as relações sociais deveriam ser consideradas com a mesma intensidade que o ambiente e os cultivares.

A partir de uma certa época, os principais formuladores da abordagem agroecológica, a exemplo de Altieri, identificaram a importância dos estudos das feministas sobre o lugar das mulheres nesses sistemas agrícolas. Essas análises têm demonstrado que as relações entre homens e mulheres no âmbito familiar e a forma como a família é constituída e reproduzida são tão importantes quanto as relações de classe, quando se trata de explicar as diferenças sociais do campesinato, assim como a sua reprodução social. Mas o debate sobre a incorporação da construção da igualdade de gênero como um princípio integrado à estratégia da promoção da agroecologia está iniciando no Brasil.

### Proposta – De que maneira a característica familiar do sistema de produção agroecológico pode representar uma maior inserção produtiva e cidadã para as mulheres do campo?

Maria Emilia – Esta questão remete-nos a um debate mais amplo para ganhar coerência o sentido de sustentabilidade ambiental e social que defendemos na contracorrente do paradigma da produção dominante baseada na homogeneidade, nas monoculturas e na centralidade do mercado. Falo de um debate necessário que articule as críticas da economia ecológica à crítica feminista à economia.

A economia convencional desconhece conceitos de limites naturais, de capacidade de suporte dos ecossistemas e de equilíbrio ecológico. Desconsidera também o contexto ecológicosocial e dimensões não quantitativas dos processos produtivos. Sabemos dos efeitos ambientais da chamada agricultura convencional – contaminação dos alimentos e da água; erosão genética; uso de energias esgotáveis dos combustíveis fósseis. A estes efeitos que não são medidos pelo mercado, os economistas lhes dão o nome de "externalidades".

As diversas escolas de pensamento têm utilizado diferentes categorias para a análise socioeconômica das sociedades: sistemas

econômicos, modo de produção, graus de desenvolvimento do capitalismo, etc. Mas a reprodução humana como processo social nunca foi considerada. Como nos diz a economista feminista Cristina Carrasco<sup>3</sup>, para a economia dominante a sustentabilidade da vida humana não tem sido uma preocupação analítica central. Ao contrário, usualmente é considerada uma "externalidade" do sistema econômico.

No pensamento econômico dominante tanto a natureza é vista como um bem ilimitado como o trabalho da mulher é visto como algo ilimitado, algo elástico. A centralidade da produção mercantil como objetivo econômico básico, a dependência do salário para uma parte da população e a cultura masculina do trabalho têm contribuído para obscurecer a relevância dos processos de sustentabilidade social e humana, em grande parte realizados pelas mulheres, e compreender suas conexões com a produção capitalista. Os diferentes espaços, trabalhos e atividades são hierarquizados socialmente e não têm o mesmo reconhecimento.

Este debate que implica em nova construção teórica marca os estudos feministas sob três ângulos: (i) a introdução do conceito de *gênero* na análise do trabalho das mulheres tem tido implicações nas teorias de mercado de trabalho e nos estudos sobre organização do trabalho; (ii) paralelamente tem sido também recolocado o debate sobre as categorias *trabalho e produção* para eliminar o viés ideológico que leva a subvalorizar ou não considerar o trabalho das mulheres; toda conceituação de atividade econômica deve incluir todos os processos de produção de bens e serviços orientados para a subsistência e reprodução das pessoas independentemente das relações sob as quais se produzam; (iii) a construção teórica do conceito de *reprodução social* como processo que implica na reprodução biológica e da força de trabalho, a reprodução dos bens de consumo e de produção, e a reprodução das relações de produção.

A dicotomia entre produção e reprodução e a questão da subordinação das mulheres, questionada como produção histórica do sistema patriarcal e do sistema capitalista, continua presente nas estatísticas, nas práticas sociais e nas políticas públicas.

As feministas mostraram também que as análises de gênero têm impacto em conceitos de análise do campesinato: a) a distribuição do produto do trabalho é mais igualitária nos sistemas de produção nos quais a mulher participa das decisões do planejamento e da forma de dispor os produtos; b) não há necessariamente correspondência entre a geração de receita e consumo; a preferência dada aos homens para o consumo de proteína é recorrente em várias situações; c) quando se expande



Cf. Altieri, M. – Agroecologia – As bases científicas da agricultura alternativa, PTA/FASE, Rio de Janeiro, 1989.



Cf. Carrasco, Cristina – *A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?* in Faria N. e Nobre, M. (orgs.) A Produção do Viver, SOF, São Paulo, 2003.



o leque de atividades geradoras de renda nas quais as mulheres se envolvem, aumentam suas opções estratégicas; d) a família como lugar de cooperação e conflito, onde se expressam interesses distintos. Estes são alguns pontos que merecem um tratamento quando estamos engajados em dinâmicas sociais e experiências de promoção da agroecologia.

A dimensão da invisibilidade que cerca o trabalho das mulheres na área rural é bem demonstrada no estudo de Hildete Melo<sup>4</sup>, que analisa as duas formas possíveis de se agrupar as informações da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, do IBGE). Adotando-se o critério *restrito*, isto é, excluindo os dados dos/as trabalhadores/as ocupados/as no autoconsumo e em jornadas inferiores a 15 horas semanais, temos 22,53% de mulheres ocupadas no chamado setor agropecuário. Com a aplicação do critério "amplo", que incorpora essas variáveis, este percentual sobre para 32%.

Novas práticas, novos valores e também novas propostas de políticas acontecem nos locais onde as mulheres se organizam de forma autônoma e participam das dinâmicas sociais, criando condições para sua participação ativa nas decisões sobre o planejamento agrícola. Vi projetos de implantação de sistemas agroflorestais, por exemplo, tornarem-se mais diversificados na medida em que as mulheres sugerem a inclusão de novos produtos, cuja importância é avaliada tanto do ponto de vista da segurança alimentar como das possibilidades de geração de renda. A participação das mulheres nesses projetos não está dada, é resultado de uma conquista, e está associada a sua capacidade organizativa.

No campo das políticas governamentais tomemos também um exemplo. Há alguns anos a assistência técnica oficial fazia uma diferença clara: a capacitação produtiva era para os homens, e a "do lar" para as mulheres. Foram as mulheres que, contestando historicamente essa identidade "do lar" e, reivindicando o direito de serem consideradas como trabalhadoras, começam a exigir também capacitação no campo produtivo. Ainda assim não se tornou uma prática recorrente as mulheres serem convidadas para participar de atividades de capacitação sobre gestão e manejo sustentável de recursos naturais. São chamadas muito mais para as atividades que têm caráter de trabalho doméstico.

Muitos estudos vêm sendo feitos sobre o cotidiano das mulheres nos quais estão presentes questões sobre sua jornada de trabalho, sua participação nas várias operações agrícolas. Seria importante reorientá-los, analisando, nos vários biomas, os processos pelos quais as mulheres vão se afirmando como sujeito político na gestão da produção e manejo dos recursos naturais, sob a ótica da segurança alimentar e da preservação da biodiversidade. As experiências dos movimentos de mulheres, bem como as experiências de organizações que promovem a agroecologia poderiam se constituir em objeto de debate.

Proposta - O que o associativismo rural tem a ganhar com a inclusão da discussão de gênero nos projetos alternativos de produção agrícola?

Maria Emília - Em cidadania e democracia, com certeza. O

número de mulheres em organizações associativas e cooperativas ainda é muito pequeno no Brasil. Devemos lembrar que foi apenas na década de 80, que as mulheres comecaram a reivindicar o direito de se associar em sindicatos. Isso já foi uma grande batalha. Havia uma resistência muito grande dos sindicatos. Nos últimos tempos há um processo de mudança da agenda política das mulheres. Na Amazônia, por exemplo, há uma Rede de Empreendedoras rurais, da qual participam associações de beneficiamento de produtos da alimentação, do artesanato, etc. Mas este ainda é um lugar dos homens, porque a diferença entre trabalho e não-trabalho está associado com a idéia de quem detém o controle financeiro. É um lugar considerado masculino por excelência. Há um dado importante: em muitos casos as mulheres não querem se organizar em cooperativas, preferem associações menores para depois dar outro passo. A luta das mulheres para participar nessas organizações significa, antes de tudo, um reconhecimento de sua cidadania e uma possibilidade de autonomia. Onde as mulheres têm autonomia financeira elas têm mais chance de se realizarem como trabalhadoras e cidadãs. Um bom exemplo é o movimento das quebradeiras de coco. Nas regiões onde predominam associações de transformação e beneficiamento do coco babacu estão fundamentalmente as mulheres. São elas que estão à frente da economia do babacu. Sempre que falamos da situação da mulher no campo temos que conjugar análises de classe e de gênero. O lugar da agricultura familiar e do agro-extrativismo é um lugar subordinado, um lugar secundarizado. Mas tem sido exatamente a organização das mulheres que combina a luta pela afirmação de sua identidade, pela defesa de um sistema agroextrativista e preservação ambiental, que permitiu deslocar um pouco este lugar. Lutam por instituir um novo direito, expresso na consigna do babaçu livre e questionam a economia, exigindo medidas de valorização e proteção para o seu trabalho e desse bem da natureza. Quando elas se organizam, conseguem dialogar com a sociedade e os poderes públicos a partir de uma outra condição.

Entretanto, ainda falta no Brasil um levantamento sobre a participação das mulheres nas associações, grupos produtivos e cooperativas. A CUT realizou um estudo há alguns anos com relação aos sindicatos, mas sobre associações, pequenas e médias cooperativas, ainda está para ser feito.

Proposta - Qual o peso político das mulheres agricultoras nas lutas por um modelo de produção agrícola sustentável?

**Maria Emília -** Na análise de reconhecidas autoras feministas como Carmem Deere e Magdalena León<sup>5</sup>, o movimento de mulheres na América Latina, nos últimos anos, tem dado pouca

Cf. Melo, Hildete P. – "O mercado de trabalho nos anos 90: revisitando a invisibilidade do trabalho feminino" (n Costa, Ana Alice et alli (org.s) – Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero, CUT, São Paulo. 2002:75

Cf. Deere, C. e Leon, Magdalena – O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina, UFRGS Editora, 2002

prioridade à defesa dos direitos de propriedade, em comparação com outras questões como direitos reprodutivos ou o fim da violência contra a mulher. Constatam que os principais focos de atenção são a identidade de gênero da mulher e a luta pelo reconhecimento das diferenças entre homem e mulher, associados à compreensão de que a categoria "mulher" está marcada por diferenças fundamentais de classe, raça e etnia. O surgimento da política de identidade de um modo mais amplo na era neoliberal teria afastado tanto do norte como do sul o "imaginário político da justiça", das questões de classe, economia política e redistribuição, preponderando o domínio da cultura. Em resumo, há uma maior concentração em questões de reconhecimento do que em questões de redistribuição. Falando da realidade brasileira, algumas autoras têm compartilhado esta visão. 6

Uma interessante pesquisa da ONG Sos Corpo<sup>7</sup>, sobre Trabalho e Agricultura Familiar, em várias regiões do nordeste, também nos dá elementos para este debate. Ao falar da pouca relevância atribuída à discussão sobre desenvolvimento rural no âmbito de alguns movimentos de mulheres no campo, as autoras fazem uma leitura de gênero, mostrando como temas considerados áridos por serem estruturais ou macroeconômicos pareciam encontrar limites para chegarem até as organizações de mulheres, concentrando-se nas diretorias de sindicatos ocupadas majoritariamente por homens. Quanto aos temas trazidos pelas organizações de mulheres, muitas vezes, ficaram "guetificados" em secretarias ou comissões específicas. De um outro ângulo, as autoras também avaliam que "os projetos de agricultura alternativa, por sua vez, que poderiam ser um excelente espaco de experimentação de igualdade de gênero, com poucas exceções, pouco se articulam com os movimentos de mulheres rurais. No caso específico do MMTR/NE, não há envolvimento dos grupos de mulheres que o compõem com projetos dessa natureza".

Penso que o cenário é de mudanças tanto no plano regional como nacional. É como se tivéssemos agendas políticas co-extensivas. O movimento de mulheres no campo continua lutando pelo reconhecimento da mulher como trabalhadora, mas nos últimos anos esse movimento vem progressivamente dando significados concretos para as grandes bandeiras de luta por reforma agrária e novo modelo agrícola. Há sinais clarosde construção de proposta de agricultura sustentável que incorpora a contestação às formas de subordinação das mulheres.

Uma recente pesquisa na região do Apodi, no R.G. do Norte, mostra que 78% das mulheres declararam sua condição de trabalhadora rural. Outras, no total de 15% ainda afirmaram que sua ocupação era *"o lar". Esta é* realidade muito distinta, de anos passados, indicando seguramente a ação das organizações e movimentos de mulheres. As campanhas pelos direitos sociais das mulheres realizadas pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, ou pela antiga Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, ou ainda pelas mulheres da Comissão Nacional de Trabalhadoras Rurais da CONTAG, apoiadas por ONGs que atuam na defesa dos direitos das mulheres, têm eco em muitos lugares desse país. Nesse mesmo contexto, observamos

um sinal de permanência e outro de mudança. A comercialização continua quase exclusivamente sob o controle dos homens (92%), porém, no que se refere à qualificação profissional, cerca de 53% das mulheres tiveram a participação em cursos, destacando-se agroecologia (28%), hortas orgânicas (18%) e crédito (11%)8.

O Movimento de Mulheres Camponesas, por exemplo, defende um projeto popular para a agricultura, através da agroecologia, da preservação da biodiversidade, do uso das plantas medicinais, da recuperação das sementes como patrimônio dos povos a servico da humanidade, da alimentação saudável como soberania das nacões, da diversificação da produção e da valorizacão do trabalho das mulheres camponesas. Sublinham a necessidade de fortalecer experiências de resistência para a construção desse projeto. Relacionam esta pauta com o desafio de enfrentar a cultura patriarcal machista, com suas formas de opressão, discriminação, subordinação e culpa impostas às mulheres e pobres<sup>9</sup>. Recentemente, por ocasião da forte estiagem no sul, esse movimento, através de suas representações regionais, encaminhou ao CONSEA um apelo por uma aplicação de recursos específicos para plantios de mulheres. Interessante que elas estavam insistindo no apoio e na suplementação de recursos para aqueles produtos nos quais se baseia a diversidade da alimentação.

Se tomarmos o exemplo da Marcha das Margaridas, vamos observar a ampliação da pauta política das mulheres. Permanecem colocando a centralidade das lutas pelos direitos reprodutivos e a luta contra a violência. Mas também estão assinalando propostas que apontam para um novo modelo de agricultura, com sustentabilidade, justiça social e ambiental. Em 2003, elas não só debateram alternativas para o sistema agrícola, mas também questionaram o padrão energético no Brasil. Na Amazônia, o GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), em sua assembléia, no mês de março, decidiu incorporar a construção de igualdade de gênero em suas pautas e afirmou "a necessidade de fazer o levantamento do perfil do movimento de mulheres na Amazônia, incluindo a questão étnica, e das experiências produtivas de manejo sustentável, para que sejam potencializadas e disseminadas com aporte necessário de assistência técnica e linhas de crédito". 10



Cf. Paulilo, M.Ignez – "Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise" in Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC, vol.12 N.1/2004



Cf. Portella, Ana Paula; Silva, Carmem e Ferreira, Simone - Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar, Sos Corpo, Recife, 2004, pág.19



Cf. Centro Feminista 8 de Março – Relações de Gênero no Semi-Árido – diagnóstico do território de Apodi, Mossoró, R.G. do Norte, 2003.



Cf. Deliberações do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, Brasília, 5 a 8 de marco de 2004



Cf. "Assembléia da Rede GTA divulga a sua carta" in justicaambiental@listas.rits.org.br, 22 de março de 2005



A abertura de espaco no Ministério do Desenvol-vimento Agrário, através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raca e Etnia, para o debate sobre a construção de uma política de acesso das mulheres ao crédito rural, está contribuindo. a meu ver para o aprofundamento da agenda dos movimentos de mulheres. A Comissão Nacional das Mulheres da CONTAG tem problematizado os limites do PRONAF MULHER, apresentando propostas para sua ampliação. Por outro lado, o Movimento de Mulheres Camponesas tem colocado em questão a modalidade de sobreteto do PRONAF MULHERES e, em última análise, o próprio PRONAF, colocando em outras bases uma proposta de financiamento que "contemple a reestruturação das pequenas propriedades, potencializando todos os recursos existentes, canalizando para suprir a necessidade da produção de produtos de subsistência, bem como na demanda da industrialização e comercialização". 11 É um importante debate que traz sinais de contestação da dicotomia produção/reprodução, ao mesmo tempo em que tem como base a perspectiva agroecológica.

Concluindo, há um ambiente sócio-político cultural propício para o debate e novas práticas. Há uma diversificação nas pautas e também um crescimento da ação e da prática em associações. Várias experiências e dinâmicas locais e regionais têm estimulado o debate sobre alternativas para o campo. O crescimento das organizações e movimentos de mulheres no campo pode contribuir para frutificar o diálogo com o movimento agroecológico. É na gestão estratégica da sustentabilidade, em suas várias dimensões – social, econômica, ecológica – como condição para a promoção da agroecologia e o desenvolvimento de projetos sócio-ambientais que a igualdade de gênero precisa afirmar-se. Isto requer a análise que relaciona a crítica feminista ao paradigma dominante da economia na defesa de uma economia do bem estar e da sustentabilidade da vida humana, com a crítica da ecologia e

da agroecologia à apropriação privada dos recursos naturais, mercantilização e artificialização crescente do meio ambiente.

Retomo aqui alguns passos sugeridos por Magdalena León<sup>12</sup> na perspectiva da construção da igualdade de gênero, e acrescento outros para interagir com a abordagem agroecológica: a) aprofundar análises e experiências das mulheres, organizadas em grupos, associações e movimentos, sobre a gestão da produção e recursos naturais na ótica da segurança alimentar e preservação da biodiversidade; b) visibilizar o trabalho das mulheres como agentes econômicas e a produção de informação e análise, mostrando a dinâmica de gênero no trabalho; c) incorporar o tema da igualdade no trabalho produtivo e reprodutivo nas agendas das organizações e dos movimentos e não somente no movimento de mulheres; d) visualizar as iniciativas econômicas das mulheres de gestão e acesso a recursos; e) continuar aprofundando a pauta de reivindicação sobre as políticas de assistência técnica e formas de financiamento que garantam igualdade de gênero e a afirmação da agroecologia f) demandar políticas e servicos públicos de caráter universal para o cuidado humano. A efetivação das políticas públicas no campo da saúde, saneamento, educação, programas sociais, direitos da criança e adolescente podem contribuir para melhorar a qualidade de vida no campo e criar condições mais favoráveis ao trabalho da mulher, com redução da carga de trabalho e construindo sua cidadania.

Cf. Proposta de Linha Especial de Crédito para as Mulheres Camponesas, Movimento das Mulheres Camponesas, (mimeo), s/d

Cf. Leon, Magdalena — "Pleno empleo y el trabajo de las mujeres" in Nalu Faria, Construir la Igualdad, Sof, REMTE e Rede Economia e Feminismo, agosto de 2003

#### A INFORMAÇÃO QUE FALTAVA!

Assine o boletim eletrônico Fase Notícias. Ele é um informativo semanal sobre a atuação da FASE, suas opiniões, parcerias e as grandes questões do nosso tempo. Lendo o Fase Notícias regularmente, você receberá informação alternativa: temas, fatos e visões que não freqüentam as páginas e telas dos meios de comunicação de massa. Além disso, conhecerá as posições de uma das maiores ONGs do país sobre os grandes acontecimentos do Brasil e do mundo. Forme opinião alternativa, assine o Fase Notícias.

É grátis. Para assinar, comunique-se com o editor: **fausto@fase.org.br** 



#### Onde estão as mulheres no debate sobre justiça socioambiental?

Julianna Malerba\*

As desigualdades sociais e ambientais marcam a história de nosso país. Embora exista uma representação dominante sobre os efeitos globais e planetários da degradação ambiental, a maneira e o local onde as pessoas vivem assinalam, de forma diferenciada, os impactos e riscos decorrentes da exploração dos recursos ambientais. Há uma clara diferença, em termos de incidência e intensidade, na maneira como os impactos são distribuídos entre os grupos sociais (com claros recortes de gênero e raça) e entre os povos do Norte e do Sul. Foi essa percepção que deu origem, em 2001, à *Rede Brasileira de Justiça Ambiental*, uma articulação de entidades ambientalistas, pesquisadores universitários, sindicatos urbanos, movimento de moradores, organizações indígenas e ONGs. Seu objetivo é denunciar que são os trabalhadores e os grupos sociais marginalizados e de menor renda que estão mais sujeitos aos riscos ambientais, seja porque vivem em áreas mais degradadas ou poluídas ou porque lhes é negado o acesso aos recursos naturais de que dependem para viver.

A experiência da rede vem demonstrando que o forte componente social que há nas lutas por justiça ambiental tem sido capaz de agregar os movimentos e fortalecê-los através da construção de uma agenda política mais ampla.

Durante o I Encontro Nacional da Rede, em novembro de 2004, isso ficou bastante evidente. Nas críticas trazidas pelas feministas ali presentes se afirmava "que para mudar a vida das mulheres era necessário mudar o mundo". Os ambientalistas, os trabalhadores e demais ativistas e intelectuais que participavam das discussões fizeram coro. No balanço do encontro ficou clara a necessidade de se criar pontos de convergência entre as demandas e construir lutas comuns que denunciem amplamente o atual modelo econômico que penaliza os grupos mais vulneráveis e que façam pressão para que sejam elaboradas políticas públicas que revertam ou inibam tais processos. Os movimentos por justiça ambiental têm conseguido fazer uma crítica estrutural ao capitalismo ao denunciar que os impactos ambientais da produção também são distribuídos com base na riqueza e seguem a mesma lógica que disponibiliza serviços e mercadorias segundo os recursos econômicos e políticos dos grupos sociais. A partir dessa discussão vêm propondo uma revolução cultural de modelos, percepções e valores típicos da sociedade de consumo. Analogias podem ser feitas com relação às lutas feministas. Também estas contribuem para a crítica à desigualdade, articulam transformação de valores e modelos culturais no curso das lutas atuais e propõem um projeto alternativo de sociedade quando denunciam a supremacia de valores masculinos/ocidentais/modernos sobre as formas de produção e reprodução da vida.

O chamado, iniciado naquele momento pelas mulheres, nos instiga a apontar um importante desafio que a rede terá para os próximos anos: incorporar em seus debates a participação ativa que as mulheres vêm tendo nas lutas de recorte ambiental e que permanecem invisíveis em meio à própria condição de invisibilidade que elas têm no sistema produtivo. As mulheres, em todas as partes, são as primeiras a protestarem contra a destruição ambiental. A partir de demandas muito específicas do universo das mulheres, como a dificuldade do acesso à educação de seus filhos em função da ausência de liberdade sobre seus territórios, elas vêm sendo protagonistas de lutas contra injustiças ambientais. E nos parece claro que essa sensibilidade ecológica, o pensamento holístico e interacionista e a prioridade que elas dão à comunidade tem origem, não em sua natureza feminina, mas em suas responsabilidades de gênero, na divisão sexual do trabalho e na distribuição de poder e da propriedade segundo as divisões de classe, gênero e raça que as coloca ao largo da racionalidade dominadora masculina, própria do modelo atual de desenvolvimento.

De fato, não é possível falar em distribuição justa dos recursos materiais sem considerar a exclusão das mulheres do acesso à produção e apropriação que é feita do trabalho produzido por elas nos espaços de reprodução. O protagonismo nas ações de promoção de justiça ambiental depende da incorporação das mulheres e de suas demandas nesse debate. Trazer essas mulheres e essa discussão para a rede é um dos desafios que se impõe.

A secretaria da Rede Brasileira de Justiça Ambiental atualmente está sediada na FASE.

Mais informações: www.justicaambiental.org.br\_brsust@fase.org.br

\*Técnica da FASE. Integrante do Brasil Sustentável e Democrático e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental.







Jurema Werneck\* é coordenadora da ONG Criola, organização de mulheres negras cuja sede fica no Rio de Janeiro. Médica de formação, com mestrado em engenharia no qual estudou poder e ética nos projetos de inovação tecnológica, ela é uma pensadora das questões sociais, raciais e de gênero.

Nesta entrevista, ela mostra como a ameaça da eugenia está presente na prática de biociência contemporânea, através de citações bem documentadas. E desfaz mitos que insistem em ressurgir, afirmando claramente que as mulheres negras tiveram apenas sua própria forca como aliada em sua caminhada histórica na sociedade brasileira.

\*juremawerneck@criola.org.br

#### Proposta - Você afirma que o racismo é mais determinante do limite aos direitos reprodutivos das mulheres do que a própria diferença de gênero. Por quê?

Jurema - Não há um único indicador da desigualdade racial que seja suplantado pelos indicadores das desigualdades de gênero. As desigualdades entre as mulheres - negras e brancas e índias - são muito maiores do que aquelas vividas entre mulheres e homens brancos, por exemplo. O indicador de esperança de vida ao nascer pode ser um exemplo. Nele, podemos verificar que apesar da tendência mundial de mulheres viverem mais anos que os homens, mulheres negras vivem três anos menos que os homens brancos, segundo cálculos de Marcelo Paixão no ano 2000. E há muitos mais....

# Proposta - Acredita que as novas biotecnologias possam significar um instrumento de eugenia e controle social, político e populacional?

Jurema - Não é uma questão de crença: os dados já estão colocados. Arthur Caplan, um dos cientistas deste campo, perguntou num artigo publicado no *British Medical Journal*, em 1999: "o que há de imoral na eugenia?" Não é de hoje que as teses de "melhoramento" da espécie humana se utilizam de técnicas para eliminação dos considerados "inferiores". A lei de esterilização no estado da Pensilvânia em 1907; todo o colorário nazista que produziu o Holocausto; as estratégias definidas no Memorando de Segurança Nacional 200, dos Estados Unidos, preparado em 1974 pelo então chefe do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, Henry Kissinger, e distribuído para diferentes órgãos governamentais do país, entre eles a CIA então dirigida por George Bush, futuro presidente. Este documento, que integra um conjunto

de iniciativas empreendidas por aquele país para controle político do mundo, apontava 13 países que deveriam ser submetidos a intensas ações e políticas de controle populacional. Eram eles: Brasil, Índia, Bangladesh, Paquistão, Nigéria, México, Indonésia, Filipinas, Tailândia, Egito, Turquia, Etiópia e Colômbia. E foram empreendidas ações tanto através de organismos governamentais como USAID, a própria CIA, organismos multilaterais como OMS, UNFPA, Banco Mundial e UNICEF, quanto por organizações da sociedade civil, como a *International Planned Parenthood Federation*/IPPF, a Fundação Ford, a Fundação Rockfeller, entre outras. Diferentes mecanismos foram utilizados para a redução da fecundidade destes países, principalmente, através do emprego de técnicas de esterilização cirúrgica ou hormonal, na maior parte das vezes a partir da invasão dos corpos das mulheres.

Algum tempo depois, documentos de segurança nacional dos Estados Unidos, com assinatura do Bush pai, vão discutir as possibilidades de se ter a emergente epidemia de HIV/Aids em países pobres como um aliado em sua política de controle populacional.

Nas mesas e bancadas de decisão das pesquisas da biotecnologia aplicadas aos seres humanos, a eugenia é uma variável fundamental. Foi o que deixou claro o biólogo molecular Lee Silver, da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos: "Muitos pensam que é profundamente injusto que algumas pessoas tenham acesso a tecnologias que podem proporcionar-lhes vantagens, enquanto outras, menos bem aquinhoadas, sejam forçadas a depender exclusivamente da sorte (...) Argumentarei [que] o emprego das tecnologias genético-reprodutivas é inevitável ... Gostemos ou não, o mercado global reinará soberano.(...)". Ele disse também: "Os geneticamente ricos – que representam 10% da população americana – carregam genes sintéticos. Todos os aspectos da

economia, da mídia, da indústria do entretenimento, e da indústria do conhecimento são controlados por membros da classe geneticamente rica. Os naturais trabalham como mão-de-obra barata ou como operários. [Finalmente] a classe dos geneticamente ricos e a classe dos naturais se transformarão em espécies inteiramente separadas, sem capacidade de cruzamento, e com tanto interesse romântico uma pela outra quanto um homem atual teria por um chimpanzé. "Outras citações e outras considerações podem ser encontradas no site do Center for Genetics and Society, ONG que trabalha em Oakland, EUA, disseminando informações sobre tais interesses.

Proposta - Mulheres negras têm menos acesso ao mercado de trabalho do que as brancas ou mesmo do que os homens negros. Como enfrentar essa dupla discriminação? Em geral, o cenário brasileiro registra mais avanços ou retrocessos quanto à inserção socioeconômica e política das mulheres negras?

Jurema - Creio que a única mudança efetiva que houve no cenário brasileiro ocorreu em 1888, quando se formalizou, com a Lei Áurea, a exclusão de negras e negros no mercado de trabalho. Desde então, estamos por nossa própria conta. A maior categoria profissional de mulheres negras no Brasil é a de trabalhadoras domésticas. Creio que todos os leitores sabem que esta categoria é tida pela sociedade brasileira e pela lei como inferior: goza de menos direitos que os demais trabalhadores. É só cada leitor e

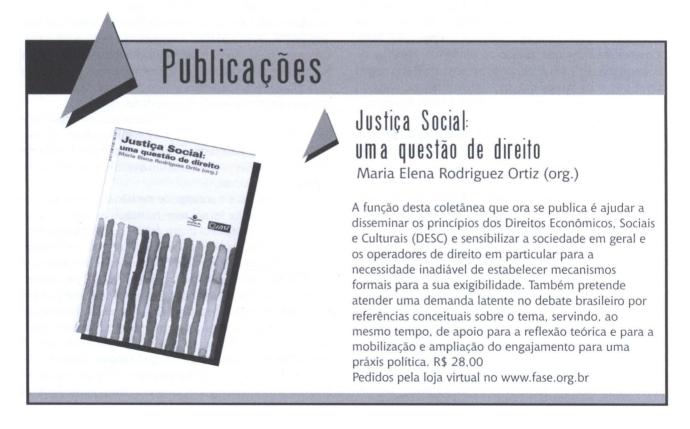
leitora que contrata trabalhadora doméstica perguntar-se se oferece a estas trabalhadoras os mesmos direitos que reinvindica para si no mercado de trabalho.

Proposta - Como coordenadora de uma ONG que atualmente secretaria a Articulação de Organizações de Mulheres Negras, você acha que a vertente política do feminismo negro está em vias de consolidação?

Jurema - A atuação política das mulheres não começou agora, nem há 30 anos atrás. Ela é um dado que chega até nós através da tradição afro-brasileira. As Candaces, Cleópatra, Makeda, Ângela Davis e Mariana Crioula são faces disto, bem como Oxum, lansã, Nanã e lemanjá. A novidade é a incorporação da linguagem individualista, própria da marca ocidental, nas nossas ações de transformação do cotidiano de negras e negros. Consolidação? Se isso quer dizer um momento da trajetória, sim.

Proposta - A Criola, assim como a Fase, faz parte da campanha Diálogos Contra o Racismo. Da sua perspectiva, acha que esta campanha conecta questões feministas à questão racial?

**Jurema -** Acho que a campanha busca dar um passo adiante no compromisso feminista de envolver-se na luta antiracista. Mais, penso que ela conecta a luta de organizações como a Fase, Ibase e outras à esta trajetória.









A imprensa acaba de revelar um dado dramático: 25% das adolescentes brasileiras deixam de estudar devido à gravidez indesejada. Anualmente, nada menos do que 750 mil abortos são feitos em condições inseguras no Brasil. Além disso, cerca de 250 mil mulheres são internadas no Sistema Único de Saúde devido a complicações de aborto, a maioria jovem, negra e pobre. Estes números ajudam a entender um quadro de emergência social relacionado à saúde das mulheres: num país em que as complicações do aborto clandestino são a quarta causa de mortalidade materna, faz-se urgente construir alternativas. Nesta edição especial sobre gênero, Proposta apresenta uma entrevista com Dulcelina Vasconcelos, uma das coordenadoras do grupo Católicas pelo Direito de Decidir. Este movimento está em campanha pela descriminalização do aborto e por políticas de saúde mais consistentes para mulheres, principalmente no que tange os direitos sexuais e reprodutivos.

Dulcelina Vasconcelos Xavier (Dulce Xavier) reside em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. É Cientista social, católica e há 25 anos participa de Pastorais Sociais. Coordena a Regional São Paulo da Rede Nacional Feminista de Saúde, pois trabalha com saúde reprodutiva desde 1995. Trabalha no Católicas pelo Direito de Decidir – CDD desde 1998.

Sua entrevista revela um pouco do funcionamento do grupo de católicas brasileiras em luta por uma causa combatida pela cúpula da Igreja.

#### Proposta – Como tem sido a campanha que o Católicas pelo Direito de Decidir – CDD desenvolve pela legalização do aborto no Brasil?

Dulcelina – As iniciativas de Católicas pela legalização do aborto fazem parte das ações previstas pelas Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, que implicam ampliar e qualificar o debate sobre o tema na sociedade brasileira. Nesse sentido, temos articulado com diferentes entidades a realização de oficinas para discutir o tema com lideranças de movimentos sociais, de mulheres, de trabalhadores rurais, populares, sindicais, entre outros, em diferentes regiões do país. Nos declaramos "Em Campanha" pela urgência que o tema exige.

Proposta – Sabemos que a luta por respeito aos direitos reprodutivos das mulheres encontra muitas resistências. Para um grupo de mulheres

#### católicas, é mais difícil reivindicar a legalização do aborto?

Dulcelina - Para nós, católicas, não é difícil reivindicar que o aborto seja tratado no âmbito da saúde pública e seja garantido às mulheres um atendimento gratuito e seguro. O aborto não é um dogma e, portanto, é passível de discussão. Inclusive, ao longo da História do Cristianismo e também na atualidade, várias teólogas e teólogos e religiosas/sos não condenam a prática de aborto, pelo contrário, defendem o princípio cristão de acolher as mulheres que se encontram em tais circunstâncias. Temos é um pouco mais de trabalho, pois, além de defendermos os pontos dos movimentos de mulheres e feministas, cabe-nos promover essa discussão de caráter religioso também com os cristãos.

Proposta – De onde vêm os principais apoios à sua luta, e onde encontram as maiores resistências?

Dulcelina Como mencionei anteriormente, a nossa luta não é isolada. É uma luta associada aos movimentos de mulheres e àqueles que defendem a democracia, pois assegurar os direitos sexuais e reprodutivos é parte constitutiva de uma sociedade democrática. Temos encontrado apoio em entidades médicas, em entidades do movimento sindical. entre outros. A nossa luta também tem uma ótima receptividade junto à população em geral, sobretudo quando ela tem acesso aos nossos argumentos que permitem um posicionamento solidário para com as mulheres. Além disso, as pessoas católicas têm uma prática mais liberal do que a hierarquia da Igreja Católica em relação à saúde reprodutiva e sexual. Quanto à resistência, notamos que são sempre grupos de pessoas que não consideram a realidade concreta das mulheres, que não abrem mão da visão conservadora de séculos atrás; muitas vezes desprezam



até os avanços da ciência, além de conservarem uma visão fundamentalista.

Proposta – A cultura política brasileira denota mais avanços, retrocessos ou estagnação na questão da interrupção da gravidez e em relação a outras bandeiras do feminismo?

**Dulcelina** – Os avancos existem e são claros em relação a várias bandeiras do feminismo. As políticas para combater a violência contra as mulheres, a lei do planejamento familiar, a ampliação dos serviços de aborto legal, entre outras. O governo acaba de lançar um Plano de Políticas para as Mulheres, inclusive criando um Grupo de Trabalho para rever a legislação sobre o aborto. São iniciativas válidas e são avancos, no entanto não podemos deixar de frisar que estes avancos ainda não alcancaram todas as mulheres. Falta muito ainda para ver acontecer na prática aquilo que está estabelecido na lei. Ouanto à questão do aborto, nos últimos anos temos visto crescer os setores conservadores religiosos sua articulação para impedir avanços, como a permissão no caso da anencefalia, mas vemos também que a população está mais atenta para defender um Estado mais democrático e livre destas influências. Em novembro de 2004, realizamos uma pesquisa com o IBOPE, em parceria com a Universidade de Brasília, e os resultados foram surpreendentes, pois 70% dos católicos entrevistados concordam que a mulher deve ter o direito de decidir se interrompe ou não uma gravidez neste caso.

Proposta – Com relação aos direitos sexuais e reprodutivos, que lacunas e avanços você nota nas políticas governamentais?

**Dulcelina** – As lacunas vêm desde muito tempo, pois há um Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que prevê a atenção à mulher em todas as fases da vida considerando as questões de raça, orientação sexual, idade etc. Mas este programa, apesar de ser do começo dos anos 90, até hoje não foi totalmente

integrado. As questões relacionadas à informação e acesso aos contraceptivos e prevenção de DST/AIDS ainda não estão garantidas. As dificuldades são financeiras. falta de sensibilização dos profissionais, influência religiosa nos programas, e por aí vão. Isso dificulta a distribuição de camisinha, a distribuição de pílula do dia seguinte, o acesso à laqueadura. Observase ainda que há dificuldade de atendimento nos casos de aborto legal e tantos outros. Em virtude dessa situáção. faz-se necessário motivar a população para exercer o controle social destas políticas. O que tem garantido uma certa melhoria nos servicos, é justamente quando e onde a população está mais organizada e consciente e atua exigindo os seus direitos.

"Dificuldades
financeiras, falta de
sensibilização dos
profissionais e influência
religiosa nos programas
dificultam a distribuição
de camisinha, a
distribuição de pílula do
dia seguinte, o acesso à
laqueadura"

Proposta – O Católicas pelo Direito de Decidir defende que a legalização seria uma forma de diminuir o número de abortos no país, em torno de 1 milhão por ano. Gostaria que falasse a respeito. E que tipo de política pública deve complementar a legalização do aborto?

**Dulcelina** – Primeiramente é importante salientar que as mulheres não fazem aborto porque gostam, o que significa dizer que elas não se utilizam dessa prática como método anti-conceptivo, como os setores conser-vadores e desinformados da sociedade costumam argumentar. Aliás, a gravidez indesejada ocorre por falta de acesso aos métodos anticonceptivos, à falta de educação sexual, à falta de políticas públicas sérias de planejamento familiar, além de

dificuldades econômicas, afetivas e com a saúde. Nos países em que o aborto foi legalizado (Holanda, Itália, EUA...), o número de abortos diminuiu porque, associado à descriminalização, incentivou-se programas de atendimento à mulher, disponibilizando métodos anticonceptivos e educação, além de auxiliar o planejamento familiar. Desse modo, não defendemos apenas a descriminalização, isto sim, a legalização, prevendo o acesso das mulheres a tais serviços.

Proposta – O Católicas pelo Direito de Decidir é ligado a um grupo internacional chamado Catholics for a Free Choice. Em que países está este movimento e como atua em diferentes contextos e níveis de debate sobre o aborto?

**Dulcelina** – CDD tem uma afinidade política com os outros grupos de Católicas, inclusive CFFC. Na América Latina há uma coordenação dos grupos existentes no México, Bolívia, Colômbia, Argentina e Brasil. No geral, as ações são voltadas para a garantia dos direitos das mulheres, com ênfase na saúde sexual e reprodutiva, intercalando estes assuntos com a reflexão ética e religiosa. Cada país guarda uma realidade diferente, fazendo com que cada grupo tenha ações e estratégias também diferenciadas.

Assine Proposta
www.fase.org.br
(021) 2536 7367





A Rede Economia e Feminismo (REF) foi criada em novembro de 2001 durante o seminário Feminismo e Economia, que aconteceu em São Paulo e reuniu 33 mulheres de 13 estados e 22 organizações<sup>1</sup>.

A REF se propõe a articular ativistas de movimentos sociais, técnicas de organizações não-governamentais e governamentais e pesquisadoras que desejem atuar com prioridade no tema economia e feminismo. A Rede se prepara para atuar com núcleos nos estados ou por temas para realização de pesquisas, seminários, atividades de formação e produção de conhecimento. Quer desdobrar nacionalmente estes processos em campanhas e ações públicas e em diálogo com campanhas organizadas pelos movimentos sociais.

Um dos pontos de partida da REF é a auto-formaçãp mediante grupos de estudos, intercâmbios, bibliografias

comentadas e a formação de mulheres, lideranças e assessoras de movimentos sociais em feminismo e economia. Iniciamos com um primeiro curso de formação sobre feminismo e economia, realizado em junho de 2002.

Além de desenvolver ações próprias, participamos com uma proposta feminista em espaços de articulação mistos que atuem no debate sobre desenvolvimento e alternativas econômicas. O conjunto dessa intervenção está em diálogo com as ações da Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia – REMYE e se propõe a fortalecer as ações da Marcha Mundial das Mulheres no âmbito do combate à pobreza.

A secretaria da Rede está na SOF – Sempreviva Organização Feminista, em São Paulo e o contato é ref@sof.org.br



Os objetivos da REF são: difundir a teoria econômica feminista como ferranta de análise da situação das mulheres na realidade brasileira. Construir um discurso que sintetize as contribuições da economia feminista, de outras áreas do conhecimento que se ocupam das relações sociais de gênero, e do conhecimento substantivo produzido pela REF em atividades de formação e reflexão. Também são objetivos da Rede capacitar mulheres, lideranças e assessoras de movimentos sociais como formadoras para análise e ação em feminismo e economia e, ainda, desenvolver metodologia de formação que permita desmistificar a racionalidade e o tecnicismo das políticas econômicas e que fortaleçam as mulheres como sujeitas neste debate.

Fazem parte dos objetivos da REF, desenvolver ações públicas, como campanhas, envolvendo atividades de elaboração, formação e mobilização nos temas relativos à economia e feminismo. Dialogar e fortalecer as ações da Marcha Mundial das Mulheres no âmbito do combate à pobreza e construção de alternativas econômicas feministas. E atuar como parte integrante da Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia - REMTE<sup>2</sup> em conjunto com suas seções em funcionamento em onze países da América Latina. E, ainda, incidir, a partir de uma perspectiva feminista, nas redes, campanhas e movimentos que atuam na área da economia e alternativas de desenvolvimento.

#### Os temas da Rede de Economia e feminismo

Teoria Econômica Feminista: a economia feminista questiona o paradigma da economia dominante e seus métodos, a centralidade do mercado e a divisão sexual do trabalho. Ela propõe que o bem-estar das pessoas esteja no centro de toda atividade econômica e se coloca como um instrumento de superação das relações de exploração e opressão. A REF se propõe a difundir a teoria econômica feminista e exercita-la em suas análises e propostas.

Mulher e Trabalho: este tema há muitos anos está pautado no feminismo brasileiro, seja pelo contexto de um aumento significativo das mulheres no mercado de trabalho, pelo crescimento da auto-organização das mulheres no movimento sindical, e pela contribuição de inúmeras pesquisadoras. Continuaremos atuando neste tema destacando a relação entre a inserção das mulheres no mercado de trabalho e sua posição e responsabilidades na família, a invisibilidade e não divisão do trabalho doméstico, a relação entre gênero, classe e raça e a divisão sexual do trabalho.

**Distribuição de Renda e Salário Mínimo:** o Brasil tem um dos maiores índices de concentração de renda do mundo e dentre os mais pobres encontram-se as mulheres, negras e negros. Quase a metade das trabalhadoras brasileira recebe até dois salários mínimos, muitas delas empregadas

domésticas. Uma política efetiva de garantia do salário mínimo combate a pobreza, promove a distribuição de renda e diminui as diferenças entre os salários. Nosso desafio é colocar este tema em pauta, construir argumentos e articula-los com políticas de crescimento econômico voltadas para o mercado interno.

ALCA: a chamada "Área de Livre Comércio das Américas" tem em suas propostas, até o momento negociadas, definições que implicarão em conseqüências negativas para as mulheres. A Alca reforça um lugar subordinado de nossos países na divisão internacional do trabalho, os termos de troca desiguais e injustos do mercado internacional e garantias aos investidores estrangeiros acima do bem público. As mulheres perdem direitos no mundo do trabalho, perdem com o aumento de preços dos serviços privatizados e com a mercantilização de seus corpos, estimulada pela busca desenfreada por dólares.

Soberania Alimentar: debatemos a necessidade de "desnaturalizar" os hábitos de consumo e as chamadas "tradições" alimentares, em suas conexões com os sistemas agro-alimentares mundiais e as implicações das formas de preparo dos alimentos sobre o trabalho doméstico e sobre as relações de gênero. Discutimos as transnacionais e suas imposições sobre os sistemas agro-alimentares e sobre o corpo das mulheres.

Economia Solidária: a questão da mulher na economia solidária iniciou-se com a consciência da invisibilidade, da marginalização e do não reconhecimento do protagonismo das mulheres. Queremos ir além, realizando uma análise de gênero do conjunto das experiências: perceber como organizam o trabalho, como ocorre a gestão, como articulam vida profissional e doméstica, e se existem variações tratandose de mulheres ou homens. Os eixos que orientam esta análise são: a desnaturalização da economia capitalista e da divisão sexual do trabalho, a ampliação da noção de trabalho e a relação entre produção e reprodução.

#### As seguintes entidades fazem parte da rede:

Casa da Mulher Trabalhadora (Camtra) - camtra@camtra.org.br

Casa da Mulher do Nordeste graciete@cmnmulheredemocracia.org.br

Centro Feminista 8 de Março - cf8@cf8.org.br

Escola Sindical SP - mari@uol.com.br

Fase - fase@fase.org.br

GT Gênero e Agroecologia - ctazm@cta.org.br

SOF - Sempreviva Organização Feminista - www.sof.org.br

PACS - sandra@pacs.org.br



Para maiores informações sobre a RENTE acessar www.movimientos.org/remte





# Mulheres em marcha para construir a igualdade\*

<sup>\*</sup> Texto extraído de Ações Internacionais da Marcha Mundial das Mulheres, de janeiro de 2005, que foi publicada pela Marcha Mundial das Mulheres no Brasil.

A Marcha Mundial das Mulheres é uma articulação feminista internacional que tem como eixos a luta contra a pobreza e a violência sexista. No Brasil aglutina em diversos estados grupos de mulheres que trabalham as questões urbanas, agrárias, de juventude e sindicalistas.

Em 1995, cerca de 850 mulheres do Quebec, no Canadá, marcharam por 200 quilômetros denunciando a pobreza das mulheres e exigindo o compromisso do Estado com o fim dela. O lema simbólico dessa marcha era "Pão e Rosas", e, ao seu final, diversas vitórias foram conquistadas, entre elas, o aumento real do salário mínimo no país.

No mesmo ano o Canadá assinou o acordo de livrecomércio com Estados Unidos e México (Nafta), pondo em risco os direitos conquistados pelas trabalhadoras. As mulheres do Quebec perceberam que, no mundo de hoje, é muito difícil sustentar vitórias em apenas um país, e propuseram uma nova marcha, dessa vez, mundial.

No processo de construção e de envolvimento de grupos de mulheres de todo o mundo com essa marcha, ficou clara a importância de uma ação forte contra a violência sexista. Na guerra dos Bálcãs, tornou-se visível o estupro usado como arma de guerra, o que também acontecia nos conflitos armados na África e em outras partes do mundo.

Assim, em 1998, 140 mulheres de 65 países se encontraram no Quebec para concretizar essa necessidade de articulação internacional dos movimentos, iniciando o processo da Marcha Mundial das Mulheres. Nesse Encontro foi aprovada uma plataforma com 17 reivindicações para combater as causas da pobreza e da violência sexista. Exigimos a auditoria e cancelamento da dívida dos países pobres, o fim dos paraísos fiscais; legislações e ações efetivas para evitar e punir a violência contra as mulheres, dentre outros pontos.

A partir daí, entre 8 de março e 17 de outubro de 2000, a Marcha trabalhou essa plataforma em uma campanha contra a pobreza e a violência sexista, mobilizando quase 6 mil grupos de mulheres, espalhadas por 163 países e territórios. Essa etapa se concluiu com audiências de denúncia no FMI e no Banco Mundial, com a entrega à ONU de um abaixoassinado de apoio à plataforma com mais de 5 milhões de assinaturas e manifestações simultâneas em mais de 40 países, além de uma manifestação internacional em Nova lorque.

No segundo Encontro da Marcha, decidimos que continuaríamos juntas na ação. No terceiro, construímos nossa *Declaração de Valores*, que tem sido base para continuarmos realizando ações coordenadas entre nós e no movimento antiglobalização, em especial, no Fórum Social Mundial.

Realizamos ações contra a guerra imperialista e a violência contra as mulheres nos contextos de guerra, contra o livre comércio e o tráfico sexual. Em 2003, decidimos que para além de todas essas ações, deveríamos construir uma ação própria, de caráter internacional. Esta ação acontece em 2005: ela começa no 8 de março, com o início da viagem da *Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade*, que terá 50 pontos de parada ao redor do mundo.

#### Porque estamos em marcha

A opressão das mulheres existe antes mesmo do capitalismo. Ela tem como base a divisão sexual do trabalho,

que separa trabalhos de mulher e de homem, designa as mulheres à esfera da reprodução e os homens à produção e hierarquiza esses trabalhos, considerando que o trabalho dos homens vale mais que o das mulheres. Além disso, são os homens que concentram as funções de reconhecimento social nas áreas políticas, religiosas e militares.

O capitalismo se apropriou da opressão das mulheres em seu benefício, acentuando a separação entre reprodução (que foi confinada à família) e produção (nas indústrias e grandes produções agrícolas). A produção para o mercado tornou-se o centro do funcionamento da sociedade. Assim, as tarefas realizadas por mulheres escondem-se no âmbito doméstico e nas relações comunitárias – que estão fora do mercado, mas são imprescindíveis para seu funcionamento.

Esta enorme quantidade de sobre-trabalho invisível realizado pelas mulheres em casa, na agricultura, no artesanato e mesmo nas indústrias, beneficia as corporações, o Estado e muitos homens que seguem sem se responsabilizar por seu próprio cuidado, de seus filhos e de pessoas próximas.

#### Oportunismo do mercado

No capitalismo globalizado, a divisão sexual do trabalho se articula com uma divisão internacional do trabalho. Essa divisão reserva aos países ricos o lugar de produtores de bens de alto valor agregado e monopolistas da tecnologia, enquanto que aos países do sul e do oriente cabe a exportação de produtos intensivos em trabalho ou em recursos naturais cujos precos são definidos no exterior.

O uso intensivo do trabalho nas montadoras, na indústria de confecção e calçados ou nas plantações de flores, frutas e legumes exóticos que existem na América Latina, inclusive no Brasil, e na Ásia, usa, na maioria das vezes, mulheres. Quase sempre, sua única oportunidade de trabalho remunerado exige jornadas intensas em troca de baixos salários, sem direitos nem mesmo à organização.

Instituições financeiras como o FMI e o Banco Mundial, e comerciais como a OMC e os tratados de livre comércio em andamento (como o NAFTA) ou em negociação (como a Alca), funcionam de uma só vez, garantindo e impondo as regras do jogo. Somam-se a elas grandes planos de investimento que destroem o meio ambiente e as relações comunitárias para assegurar o interesse das transnacionais que espoliam os países do sul, e das estruturas militares, como as bases dos Estados Unidos plantadas em todo o mundo.

#### feminista e anticapitalista

Estas instituições, em particular, o Banco Mundial, descobriram a enorme capacidade de trabalho gratuito das mulheres como um recurso, um investimento rentável a ser instrumentalizado. As estatísticas de aumento dos postos de trabalho para as mulheres nos últimos vinte anos são apresentadas como prova das vantagens do livre mercado.



Na tentativa de melhorar suas fachadas essas instituições ilegítimas usam a chamada transversalidade de gênero, despojada de seu conteúdo de transformação das relações.

Ao mesmo tempo, os governos nacionais não construíram alternativas globais à política do livre mercado. E os movimentos sociais seguem com o desafio de reverter a correlação de forças que sustenta essas políticas.

O mercado organiza a vida das mulheres hoje, mantendo uma situação de desigualdade de gênero que só pode ser transformada quando compreendemos que é preciso mudar o mundo para mudar a vida de cada mulher. Por isso, a Marcha Mundial das Mulheres insere-se nas ações contrárias à globalização capitalista pelo mundo, impulsionadas por movimentos de caráter anticapitalista que questionam os ditames desses organismos internacionais e daqueles que exaltam o livre comércio. São elementos que se chocam frontalmente com a luta pela autonomia das mulheres.

#### Globalização da violência

A Marcha também denuncia a violência sexista, resultado da perpetuação de normas, regras, políticas e valores baseados na premissa de uma pretensa "inferioridade natural" das mulheres, que só existem como apêndices dos homens, seja seu pai, irmão, marido, chefe, mentor ou dirigente.

A violência à qual as mulheres estão submetidas cotidianamente visa a afirmar sua vulnerabilidade, impor limitações. Esse caráter de controle social fica explícito quando notamos que muitas mulheres são vítimas de violência física e simbólica, mas ainda são poucas as que denunciam essa situação. E aquelas que denunciam se defrontam com a impunidade e a cumplicidade da justiça e das instituições públicas.

É impressionante o número de mulheres que sofre violência doméstica e/ou sexual. Sem contar os casos de assédio, de turismo sexual, de tráfico de mulheres, e as violências sistêmicas em tempos de guerra (estupros, agressões sexuais, acampamento de escravas). Essa é uma cara da globalização que particularmente nos repugna. O caminho do tráfico é o mesmo do reembolso da dívida: do sul para o norte do leste para o oeste. Em países do sul e do leste onde ocorreram interferências de exércitos estrangeiros se iniciaram rotas de tráfico de mulheres.

Cada vez mais interfere-se no corpo das mulheres e em seus processos biológicos: da medicalização, cosméticos e cirurgias plásticas até as novas tecnologias reprodutivas, não só redefinindo o corpo na reprodução como estendendo a possibilidade reprodutiva para as mulheres pós-menopausa. É na forma como esse tema tem sido tratado - no suposto discurso da modernidade - que se



evidencia a hipocrisia em relação ao aborto. Para as novas tecnologias reprodutivas o suposto avanço científico não pauta a ética, nem os mesmos conceitos de origem da vida, como no caso do aborto. Os setores conservadores insistem em colocar a maternidade como imposição, associando a sexualidade das mulheres à reprodução e procurando impedir que elas tenham direito de decidir.

#### Ações internacionais da Marcha Mundial das Mulheres

Desde o seu surgimento, a Marcha Mundial das Mulheres se consolidou como uma articulação feminista internacional. Nestes cinco anos construiu sua força e legitimidade organizando as mulheres em torno a uma agenda radical, feminista e anticapitalista. Neste trajeto sua estratégia foi fortalecer a auto-organização das mulheres combinando com a presença nos movimentos sociais. A perspectiva é a construção de um projeto de transformação da sociedade que incorpore uma visão feminista e as mulheres como sujeitos políticos.

Em 2005 a Marcha está organizando uma segunda mobilização internacional que se dará em torno da viagem da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade por 50 países, que iniciará no Brasil no 8 de março e chegará em Burkina Faso em 17 de outubro. Além da viagem da Carta, será construída uma grande colcha de retalhos, na qual cada país representará, a partir de seus símbolos, o significado da Carta. A viagem termina em 17 de outubro e cada país realizará pelo menos uma hora de ação às 12 horas e seguindo o caminho do sol haverá uma corrente com a realização de uma jornada de 24 horas de solidariedade feminista.

Com esta mobilização internacional queremos demonstrar nossa organização e capacidade de mobilização, ao mesmo tempo em que levaremos às ruas nossa voz e o chamado à construção de um mundo de igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz.

#### Carta Mundial fortalece unidade na ação

A Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, após ser debatida e modificada pelos grupos de mulheres que participam da Marcha e pelas coordenações nacionais, foi adotada no 5º Encontro Internacional da Marcha, que aconteceu em Kigali, Ruanda, em dezembro de 2004.

O Encontro foi iniciado com um ato em memória das milhões de vítimas do genocídio que aconteceu naquele país, em dezembro de 1994. Denunciamos a omissão das Nações Unidas e seus países membros e a interferência direta de traficantes de armas e homens de negócio dos países chamados de primeiro mundo. Denunciamos o racismo e a intolerância fomentados pelos colonizadores, mas

perpetuado por tantas pessoas, policiais e civis. Mas celebramos a capacidade das mulheres dos países e diferentes etnias envolvidas no conflito de construírem um espaço de diálogo, respeito e confiança mútua que tem sido a base para agirem em conjunto. Tanto havia para separá-las, mas elas souberam construir pontes e refazer lacos.

A sombra do conflito armado permanece na região dos Grandes Lagos Africanos e a sentimos pesar sobre o Encontro. Essa não foi a única vez. Estávamos juntas em Montreal, em 2001, quando os Estados Unidos invadiram o Afeganistão. Estávamos juntas em Nova Délhi, em 2003, quando os Estados Unidos invadiram o Iraque. Em todos estes momentos, interrompemos nossos debates para ir às ruas e protestar contra a guerra imperialista.

Essa tem sido nossa história: a unidade na ação, no enfrentamento, na resistência e a capacidade de nos manter em diálogo, aproximando nossas análises, fruto de experiências tão diversas. O capitalismo patriarcal fomenta a disputa e a concorrência entre povos, nações e entre nós, mulheres. Nosso desafio é superar fragmentações e isolamentos para construir aliancas igualitárias.

A Carta representa um acordo construído entre as coordenações nacionais de 50 países, dentre os quais, 35 presentes em Ruanda. Ela se organiza a partir dos valores de igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz. Na igualdade tratamos do acesso à riqueza produzida pelo trabalho humano e dos recursos naturais, melhores condições de trabalho e lazer. Afirmamos a importância da divisão do trabalho doméstico e que as mulheres são cidadãs por si sós e não por serem mães ou esposas. Na liberdade afirmamos o direito às liberdades individuais e coletivas e de decisão sobre seu corpo e vida reprodutiva. A solidariedade é vista como base das relações entre seres humanos, entre os países e do funcionamento econômico, questionando a busca desenfreada do lucro e a propriedade de seres vivos. Em justica reafirmamos a distribuição da riqueza, os direitos sociais, a garantia da integridade física e moral e a construção de sistemas garantidores da justica eficazes e democráticos. A paz só existirá se houver justiça, igualdade, respeito ao outro na relação entre as pessoas e os países.1

Coordenações nacionais, regionais, continentais fortalecerão a *Carta* com afirmações e demandas que correspondem à sua realidade e momento organizativo. A *Carta* ganha vida em sua viagem ao redor do mundo. Ela se realiza na ação. E a própria ação muda nossa forma de ver o mundo e de como transformá-lo.



A íntegra da  $\it Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade está disponível em http://mmm.softwarelivre.org$ 







A Marcha Mundial das Mulheres é uma ação de movimentos de mulheres do mundo todo para combater a pobreza e a violência sexista e romper com valores e condições materiais que sustentam o machismo, a opressão e a exclusão na nossa sociedade.

Buscamos fortalecer um campo do feminismo radicalmente empenhado na conquista da autodeterminação das mulheres, tendo como eixo estruturante a crítica global ao capitalismo e compreendendo todas as formas de opressão que ele articula: classe, raça, gênero, entre outras. Pelo fim da subordinação das mulheres, é preciso que elas decidam autonomamente sobre seus corpos e suas vidas, sem se curvar a pressões dos homens, das instituições religiosas, do Estado ou das exigências do mercado.

Compreendendo que é preciso mudar o mundo para mudar a vida de cada mulher, a Marcha se situa entre os movimentos anti-globalização capitalista, inovando na agenda feminista e, em muitos países, retomando a partir daí ações de mobilização e articulação do movimento de mulheres.

#### Viagem da Carta pelo mundo

Em 8 de março de 2005, a viagem da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade começa em São Paulo. Ela terá 50

pontos de parada nas Américas, Europa, Oceania, Ásia, Oriente Médio e África. Serão manifestações em grandes centros, zonas rurais, regiões de fronteira. Essas atividades são organizadas pelas coordenações nacionais da Marcha, e a coordenação européia organiza uma manifestação continental em Marselha, França.

A viagem terminará no dia 17 de outubro de 2005, em Ouagadougou, em Burkina Faso, um dos países mais pobres do mundo. Esse é um ponto de chegada e de partida: enquanto houver desigualdades e injusticas, nós estaremos lutando.

#### Colcha da Solidariedade Mundial

Durante a passagem da Carta, cada país ou território ilustrará o mundo que queremos construir em um retalho de tecido que será costurado em uma colcha. Esta colcha vai traduzir em imagens a Carta Mundial das Mulheres em toda sua diversidade, e seguirá como uma enorme bandeira de nossas lutas.

#### 24 Horas de Solidariedade

Ao meio dia de 17 de outubro, ações tendo alguns elementos simbólicos comuns serão realizadas em todo o mundo. As ações começam na Oceania e seguem na direção oeste durante 24 horas de uma corrente de ação feminista.

#### Calendário de mobilização em 2005

Cada país, região ou continente organizará ações ao longo do ano. Estamos construindo ações simultâneas envolvendo dois ou mais países para destacar nossa luta contra o livre comércio e suas estruturas; contra a violência sexista nos contextos de guerra, pela desmilitarização e pela paz; contra o tráfico sexual; pela soberania alimentar e o fortalecimento das camponesas.

#### A Marcha no Brasil

Em 2000 traduzimos a plataforma de reivindicações internacionais em nossa *Carta das Mulheres Brasileiras* que exige terra, trabalho, direitos sociais, auto-determinação e soberania.

Desde 2001 temos trabalhado a proposta de aumento real do salário mínimo. Esta é uma luta para melhorar a vida de quase 20 milhões de mulheres que recebem até dois salários mínimos hoje no Brasil, diminuir a desigualdade salarial entre mulheres e homens, negras e brancas e distribuir renda. Junto com o aumento do mínimo, são necessárias mudanças nas políticas macroeconômica, industrial e agrícola para atender a demanda dos mais pobres e de apoio à reprodução social com o aumento de creches, das jornadas escolares e de serviços de cuidado a doentes e idosos.

A valorização do mínimo foi uma das bandeiras da segunda *Marcha das Margaridas*, que reuniu 30 mil trabalhadoras rurais no dia 26 de agosto de 2003, em Brasília. As Margaridas reafirmaram nossa luta pelo acesso das mulheres à terra e aos recursos naturais com reforma agrária, homologação de terras quilombolas e indígenas, acesso aos babaçuais e fontes de água e lenha. Reafirmaram também que para produzir alimentos de qualidade é preciso ter acesso a crédito, intercâmbio de conhecimentos e resistir ao modelo agrícola das transnacionais e às sementes transgênicas.

#### Acordos comerciais e pobreza

Participamos da *Campanha contra a Alca* (Área de Livre Comércio das Américas) e nos posicionamos contra os acordos de liberalização do comércio, sejam bilaterais ou em negociação na Organização Mundial do Comércio. Estes acordos pretendem abrir ainda mais os mercados dos países do sul para serem explorados por corporações e investidores. O resultado deles tem sido pobreza, acelerada destruição do meio ambiente, precarização da vida e do trabalho, principalmente das mulheres.

Esta luta está articulada à demanda por auditoria da dívida brasileira, questionamento ao modelo econômico neoliberal e a denúncia das guerras imperialistas, ocupações e bases militares dos Estados Unidos em todo o mundo.

Em 2003, a Marcha Mundial das Mulheres se juntou a outros movimentos (sindical, juventude, popular, sem-terra, entre outros) em torno da bandeira por emprego, por meio da *Coordenação Nacional dos Movimentos Sociais* (CMS), assim como nos juntamos a outros movimentos do mundo todo contra a guerra, contra a ocupação e destruição do Iraque, a partir do processo do Fórum Social Mundial.

#### A nossa luta è todo dia

"Somos mulheres e não mercadoria" tem sido nossa palavra de ordem para um questionamento global ao capitalismo patriarcal, racista e homofóbico. A ofensiva contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres põe em xeque os estereótipos de beleza, a homogeneização dos corpos, o sexo comprado, a imposição da maternidade.

Nós mulheres somos reduzidas a uma coisa, um objeto, quando nosso corpo é apropriado e controlado como um produto nos moldes do mercado. A imposição de um padrão de beleza, que se combina com padrões de comportamento considerados adequados às mulheres, tem sido base de nossa socialização e reconhecimento social. A busca de um ideal impossível de atingir nos aprisiona na ansiedade e no consumismo. Muitas de nós entregam seu corpo ao poder médico, à indústria da beleza e da moda imaginando alcançar prazer e felicidade.

A imagem da "mulher completa" também se impõe pela obrigação da maternidade. A maternidade deve ser uma opção que depende da decisão da mulher. Para isso, as mulheres devem ter acesso à contracepção e ao aborto em condições seguras, assim como a um bom pré-natal e atendimento ao parto. A legalização do aborto é crucial para que as mulheres decidam autonomamente sobre seu corpo, sua vida, seu destino.

#### O país que queremos

A Marcha no Brasil está em ação para mudar nosso país e a vida das mulheres que aqui vivem. Para isto precisamos combater a desigualdade e a hierarquia constitutiva da sociedade brasileira. Diminuir a desigualdade não será uma mera conseqüência do crescimento econômico, ao contrário ela deve ser o motor de um crescimento voltado para o mercado interno, sustentável, com equilíbrio entre produção e reprodução e decidido de forma soberana e democrática.

Diminuir as desigualdades deve ser a prioridade do Estado, assegurando políticas sociais universais e ampliando a cobertura dos serviços públicos de saúde, educação, saneamento básico, moradia.

Além do mais, para superar as desigualdades de gênero são necessárias políticas concretas que ampliem a autonomia pessoal e a auto-sustentação das mulheres, alterem a divisão sexual do trabalho, assegurem o exercício de direitos reprodutivos e sexuais, combatam todo tipo de violência e discriminação, em especial, a violência sexual e doméstica e a discriminação por orientação sexual.



# Articulação de Mulheres Brasileiras: balanço e perspectivas

Silvia Maria Sampaio Camurça\*







Na última década do século XX, a orientação política da agenda dos governos, em todo o mundo, esteve confrontada pelos debates no Ciclo Social de Conferências da ONU que enfrentou, entre outras, as questões de meio ambiente no desenvolvimento, a violação dos direitos humanos, as ameaças à paz, os direitos das mulheres, a questão étnico-racial. Os movimentos de mulheres e feministas estiveram entre os mais ativos em todo o processo, sendo a Conferência de Beijing¹ (China, 1995), a primeira conferência da ONU que conseguiu mobilizar a mais ampla e mais numerosa participação de organizacões e representações de mulheres e seus movimentos.

Em 1995, eram centenas as mulheres militantes de movimentos sociais e feministas de todo o mundo, que chegaram à China. A maior parte delas foi para Huairou, cidade onde acontecia o fórum paralelo não-governamental, enquanto a conferência oficial ocorria em Beijing. A distância entre os dois eventos era vencida em uma hora de carro ou ônibus, mas a distância entre a dinâmica do fórum paralelo e da conferência governamental era incomensuravelmente maior. Enquanto a maioria dos governos atuava na conferência como se diante de um balcão de negócios, as mulheres exigiam da ONU responsabilidade com a promoção e defesa dos direitos humanos, o alargamento dos direitos das mulheres e ainda lutavam contra retrocessos nos compromissos firmados em conferências anteriores, em especial no âmbito dos direitos reprodutivos. Enquanto os governos disputavam os sentidos da igualdade de gênero e setores conservadores articulavam-se para barrar acordos progressistas entre os países, as mulheres, em sua diversidade, uniam-se em torno de um objetivo: dar visibilidade a todas as formas de opressão, violência, discriminação e exploração a que estão submetidas pelo patriarcado, sob suas distintas faces, sejam elas fundamentalistas, capitalistas, heterossexistas, burocráticas ou paternalistas.

Este ano, a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, firmada em Beijing pelos governos de 189 países, completa dez anos. Para a AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras, é uma data relevante, um marco de origem, pois foi da movimentação nacional, durante a etapa preparatória para a conferência, que nasceram muitos fóruns estaduais dos movimentos de mulheres e formou-se a própria Articulação para Beijing, em 1994, que veio mais tarde a constituir-se como uma articulação permanente, a AMB. Assim como a Plataforma, a AMB está completando dez anos. Neste artigo, ainda que de forma preliminar e imperfeita, procuramos resgatar um pouco de sua gênese, avaliar os resultados da luta feminista frente a realidade das mulheres brasileiras e comentamos os desafios e lacunas colocados pela agenda que está em curso nos espaços de participação da AMB.

# Em que direção nos colocamos rumo a Beijing?

No processo para Beijing, a marca diferencial do Brasil, na América Latina, foi sua estratégia. Ali, a preparação para Beijing orientou-se para o fortalecimento e articulação local e nacional dos movimentos de mulheres e por dar visibilidade às distintas expressões dos movimentos. Beijing era um grande pretexto para mobilizar, mais uma vez, o debate crítico feminista sobre a situação das mulheres brasileiras, e mover energias para uma ação global do feminismo internacional frente aos Estados. Escolhas difíceis e complexas se impuseram. No Brasil, optou-se por um processo participativo de elaboração do diagnóstico da realidade das mulheres brasileiras, compreendido como estratégia de aglutinação do movimento e, ao mesmo tempo, como política de identidade e afirmação dos múltiplos sujeitos do feminismo, populares e das camadas médias, do feminismo negro, lésbico, o feminismo das índias, o feminismo urbano e rural, espalhados pelo Brasil afora.

Um segundo desafio resultava dos escassos recursos para financiar essa ação, especialmente pela recusa das brasileiras a receber apoio da USAID2, decisão tomada em resposta à atuação desta agência nos contextos das ditaduras latino-americanas e ações de controle de natalidade, na região, nos anos 60 e 70. Quase sem recursos e com um país imenso a mobilizar, a acão do feminismo demonstrou grande capacidade convocatória. Em meio à busca de unidade na diversidade, correndo riscos quanto à qualidade do produto final em favor do fortalecimento do processo, alcançou-se um total de 22 documentos de diagnóstico produzidos, uma conferência nacional realizada e presenca de trezentas brasileiras em Beijing. O saldo organizativo também foi positivo. Avancou-se um pouco mais na consolidação dos fóruns estaduais preexistentes e instituiu-se, nos demais estados e no plano nacional, novos espaços de articulação da militância das mulheres.

A Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, na avaliação de muitas feministas, é talvez o documento mais completo produzido no âmbito da ONU com relação aos direitos da mulher, uma vez que incorpora o que se conquistou em outras conferências e tratados anteriores. Mesmo tendo respondido parcialmente às proposições feministas, este é um documento posicionado em favor dos direitos reprodutivos e da autonomia das mulheres. É um documento que reafirmou compromissos governamentais no combate à violência, elencou mecanismos para promoção da igualdade, incluiu o racismo como questão e destacou a urgência do combate "às causas estruturais da pobreza mediante mudancas estruturais econômicas".

Entretanto, o Ciclo Social de Conferências da ONU e a Plataforma de Beijing, embora signifiquem, indubitavelmente, uma derrota, mesmo que parcial, do discurso e argumentos conservadores e, em certa medida, um questionamento à



IV Conferência Mundial sobre a Mulher, 1995, China.



Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional





doutrina neoliberal, não foram adotados integralmente como marco para a formulação de programas e políticas, nem pelos Estados nacionais e nem pelos organismos multilaterais. Ao contrário, a maioria dos governos capitulou à ordem liberal em suas políticas domésticas contra a expansão dos direitos econômicos, sociais e culturais. Sendo que os países ricos fortaleceram a Organização Mundial do Comércio, constituída no ano da Conferência de Beijing, em detrimento da ONU e do direito ao desenvolvimento para os países de periferia do capitalismo. Nestes dez anos, a guerra firmou-se como estratégia de dominação econômica, a violência cresce em todas as suas formas, amplia-se a degradação ambiental, emergiu o unilateralismo norte-americano.

Tudo isto explica porque, em que pese as mobilizações para Beijing e seus resultados, não foram alcançadas melhorias significativas para a grande maioria das mulheres e os impactos positivos distribuem-se de forma bastante irregular, cada pequena vitória tendo resultado de muita pressão da parte dos movimentos de mulheres. Avançou-se no reconhecimento legal dos direitos das mulheres, em especial no âmbito dos direitos civis e políticos, mas estes direitos não estão

universalizados, como demonstra a campanha pela documentação das mulheres rurais, um projeto de governo. O novo Código Civil Brasileiro, que levou mais de vinte anos para ser reformulado, situa-se no marco pré-Beijing, sendo tão somente capaz de reafirmar o que a Constituição de 1988 já definia em termos de igualdade civil e política, ainda que isto seja muito significativo. No âmbito da violência, a situação se repete. Pois, se por um lado, às vésperas de Beijing, governos assinam a Convenção de Belém do Pará<sup>3</sup>, a Lei 9.099/95 é um retrocesso, ao estimular que a violência doméstica seja considerada crime de menor potencial ofensivo. A proposta colocada pelo feminismo, de criação de uma Vara especializada, constitui-se ainda uma dificuldade, dados os obstáculos no sistema jurídico, ainda hoje, quando contamos com uma Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, uma conquista na direção da implementação dos compromissos de Beijing no Brasil.



Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher 1994

Quanto aos direitos sociais o quadro é mais grave. Nestes dez anos, as políticas de ajuste e a orientação neoliberal prevaleceram, em detrimento dos serviços públicos. A seguridade social está destruída como possibilidade real para milhões de pessoas excluídas de qualquer acesso, entre elas, a maioria de mulheres negras, trabalhadoras informais. O Sistema Único de Saúde está duramente ameacado pelo Programa Saúde da Família, apresentado como substitutivo para as ações de atenção básica à saúde. Vivemos as consegüências de anos de total ausência de investimentos significativos numa política de creche e pré-escola para criancas pequenas, e com uma assistência social ineficaz, que em nada aproxima-se das diretrizes disputadas nas conferências de assistência social. Nesses dez anos, mantém-se praticamente inalterado o quadro de políticas sociais fragmentadas, desarticuladas, que mobilizam a força de trabalho feminina para a ação social solidária e reinstauram o lugar de sempre para as mulheres, confinadas à fronteira da família e ao papel de mães sobrecarregadas com os cuidados da saúde familiar. O neoliberalimso impôs muitas derrotas aos movimentos de mulheres. Esta é a avaliação que emergiu da Plataforma Política Feminista<sup>4</sup> e o que pode ser deduzido do documento de avaliação da CEDAW<sup>5</sup>, elaborado pelos movimentos no Brasil (2003).

A dinâmica econômica do capitalismo globalizado, por sua vez, agudizou os processos de exploração, fez crescer a desigualdade social entre as mulheres, limitando-as ainda mais em sua autonomia econômica e inovando em novas formas de exploração.

Conforme destaca a educadora Verônica Ferreira<sup>6</sup>, se consideramos as principais características do emprego da mão-de-obra feminina, principalmente antes e depois do capitalismo (trabalho em domicílio, mediante pagamento por peça, manual, repetitivo, multifuncional, atrelado a funções compatíveis com a idéia de "feminilidade" e de qualidades femininas; trabalho doméstico invisível, relações de trabalho sem regulação e direito algum), enxergaremos muitas das "novidades" do mundo da produção reestruturado.

A vulnerabilidade e a precariedade são características do trabalho das mulheres no capitalismo e antes dele, assim como a invisibilidade social do trabalho reprodutivo e do trabalho das mulheres nas zonas rurais.

Na contemporaneidade, grande parte do trabalho realizado por mulheres é desvalorizado e, muitas vezes, sequer é considerado como atividade econômica. Trata-se aqui do trabalho na esfera reprodutiva (afazeres domésticos, cuidado dos filhos e da família em geral), realizado no âmbito privado, que não é classificado como atividade econômica, muito embora tenha-se demonstrado que, se o fosse, teríamos uma mudança significativa no Produto Interno Bruto das nações. Apesar de todas as mudanças na esfera da produção, a divisão sexual do trabalho doméstico mostra-se praticamente inalterada e se estende ao interior das fábricas e por setores de trabalho, como demonstram as pesquisas de Helena Hirata: as

mulheres na indústria tendem a ocupar os postos de "trabalho intensivo", onde prevalece o trabalho manual, repetitivo, sem emprego e investimento em tecnologias, enquanto os postos ocupados pelos homens caracterizam-se pelo emprego de "capital intensivo", ou seja, de maiores investimentos em tecnologias de produção e, portanto, postos mais valorizados porque demandam mais "qualificação". No caso das mulheres, a ocupação dos postos de trabalho continua vinculada às chamadas "qualidades femininas", nunca a qualificações. Daí a desvalorização do seu trabalho. O acesso à tecnologia e à qualificação é também uma marca da desigualdade de gênero neste "novo" mundo do trabalho.

Assim, "permanecem as marcas históricas da apropriação do trabalho feminino pelo capital, os salários menores, a relação entre determinadas atividades e feminilidade, a capacidade de trabalho da mulher baseada nas "qualidades", não em qualificações, além da invisibilidade e nulo valor social dado ao trabalho doméstico – exatamente pelo seu potencial em gerar lucro pelo tempo de trabalho não pago às mulheres".

O emprego doméstico cresce no Brasil e parece perpetuar-se como o lugar das mulheres, em especial para as mulheres afrodescendentes, como que prolongando a escravização a que foi submetida no passado esta população, com toda sorte de violência física, material e simbólica. A perda de direitos trabalhistas atinge de forma preponderante as mulheres e a invisibilidade do trabalho doméstico permanece, inclusive, para as políticas públicas centradas na idéia de família como instituição complementar ao Estado. A mesma dinâmica econômica multiplica a cada dia novas formas de mercantilização do corpo das mulheres, seja na propaganda, na pornografia, no tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, nas biotecnologias ou através da comercialização de produtos e serviços segundo o padrão midiático da beleza e da juventude eternas.



Resultante da Conferência de Mulheres Brasileiras, organizada por dez redes e articulações nacionais do movimento de mulheres que reuniu, em Brasília, no ano de 2002, cerca de 2.000 mulheres.



Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979.



Verônica Ferreira, educadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, confira nota bibliográfica.



Idem.





Ouando o Brasil finalmente institui, pela via da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (I CNPM)8, diretrizes para uma política nacional e define-se um plano de ação governamental, faz isso com muitas lacunas e num contexto de ameacas aos direitos das mulheres. A composição do orcamento federal é um dos maiores obstáculos às políticas para mulheres, em particular por conta dos cortes na área social em favor da produção de superávit primário. A reforma do setor de saúde e demais negociações relativas a serviços que estão postas na agenda da poderosa Organização Mundial do Comércio - OMC, são outra ameaça à igualdade. Além disto, há o problema da política de desenvolvimento prevalecente no Brasil, assentada na exportação da soja e outros grãos que, por um lado, ameaça a biodiversidade, e por outro, atrasa a reforma agrária, base para uma possibilidade real de autonomia econômica para as mulheres no campo, além de levar a violência às regiões de expansão da fronteira agrícola, de que os assassinatos recentes no Pará são uma prova inconteste e trágica.

Neste 2005, quando a ONU avalia os resultados da implementação pelos governos da Plataforma de Beijing, não faremos relatório sombra, um relatório da sociedade civil. O que lançamos foi uma carta aberta às autoridades do Estado brasileiro apontando a insuficiência das ações dos governos para promover

a igualdade e a justiça e nos unimos às muitas redes, iniciativas e organizações feministas latino-americanas que estão tomando um caminho semelhante frente à ONU, na defesa de sua reestruturação.

#### O feito e refeito pós-Beijing. Contradições e ambigüidades a superar

O ano 2000 é um segundo marco importante na AMB. As militâncias dos fóruns estaduais e a secretaria executiva, reunidas na V Reunião Nacional do Comitê Político<sup>9</sup> em João Pessoa, posicionaram-se por desprender-se do destino da ONU, um centro de poder cujos governos pouco fizeram para avançar na transformação das estruturas materiais e simbólicas que oprimem as mulheres, ainda que seja um organismo estratégico para defesa de direitos. Os debates na V reunião apontaram para uma agenda de lutas orientada para a retomada da mobilização, afirmação da autonomia e a radicalidade do movimento e um reposicionamento estratégico frente aos desafios da nova conjuntura internacional marcada pela globalização neoliberal.

Assim é que, dois anos depois, acontece a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB), aqui já mencionada, sob a liderança de dez redes nacionais do movimento de mulheres, mobilizando no processo cinco mil militantes e produzindo uma plataforma política em que a crítica ao modelo neoliberal é formulada em sua complexidade pela afirmação da liberdade sexual e a retomada da luta pelo direito ao aborto; formula-se o posicionamento contrário ao livre comércio, à ALCA, e retoma-se o marco da proposição do Plebiscito da Dívida pela auditoria. O resultado desta mobilização e produção de posicionamentos sem dúvida contribuiu para o engajamento dos movimentos de mulheres, em 2002, na derrota eleitoral imposta ao projeto neoliberal que então se apresentava, e contribuiu também para democratizar o feminismo, confrontando posições e projetos em seu interior, colocando em diálogo diferentes organizações do movimento, dando expressão à diversidade na luta pela igualdade.

No ano seguinte, 2003, frente aos indícios de continuidade da era neoliberal na política do governo Lula, a militância dos fóruns e articulações estaduais, reunidas na VIII Reunião Nacional, reafirma a Plataforma Política Feminista como norte e organiza uma agenda de prioridades que veio se conformando até o momento numa frente de ação que orienta-se por quatro elementos principais: a luta feminista



Convocada por decreto da Presidência da República para 2004.



Instância diretiva da AMB constituída por representantes dos fóruns, articulações, redes e núcleos de cada um dos 26 estados e do Distrito Federal.

nas políticas públicas; uma ofensiva contra o fundamentalismo, o conservadorismo moral e político da sociedade que limita o direito ao aborto e à livre orientação sexual; a luta contra violência às mulheres; a constituição da luta feminista e anti-racista pós-Durban, em alianca com as mulheres negras.

Está ainda por se fazer um debate mais profundo sobre nossas contribuições para a vida das mulheres, as ambigüidades e impasses desta agenda. A ofensiva antifundamentalista, iniciada com a AFM<sup>10</sup>, no II Fórum Social Mundial, está insuficientemente desenhada e não irá se realizar apenas como campanha. A luta contra a violência está a exigir um esforco de sistematização e revisão das estratégias adotadas e novas formulações para compreensão da dinâmica atual do problema, que cresce em magnitude e recrudesce em perversidade. O feminismo anti-racista está ainda por constituir-se plenamente entre nós, há um fosso entre as intenções políticas e a luta por superação da condição real de opressão e exploração das mulheres negras. Tal feminismo somente irá realizar-se na medida em que formos capazes de nos aliarmos às mulheres negras em suas lutas cotidianas, para além da campanha contra o racismo<sup>11</sup>, em que pese sua relevância. Mesmo o campo da luta feminista nas políticas públicas não está inteiramente consolidado e guarda muitas ambigüidades.

Durante toda a era FHC, constituiu-se uma crítica ao neoliberalismo que só muito tardiamente firmou-se, produzindo muitas contradições na prática política de amplos setores do feminismo e movimento de mulheres. O movimento ora parece aderir funcionalmente à reforma do Estado, para logo a ela contrapor-se pela defesa dos serviços públicos, sem, entretanto, resistir inteiramente às políticas focalizadas. Entre o estatismo da esquerda tradicional e a proposta do terceiro setor, complementar ao serviço público, muitas iniciativas constituíram-se na frente por políticas públicas. O caso da violência é um exemplo: entre prós e contras relativos às casas-abrigo<sup>12</sup>, assistimos a uma diversidade de posições dos mais diferentes espectros políticos. Setores liberais defendiam-nas como equipamento público, e setores identificados com uma perspectiva de esquerda geriam-nas através de OSCIPs (Ore, da Soc. Civil de Interesse Público), sendo os contextos locais

No sentido de perfilar uma posição mais consistente. as acões de mobilização, elaboração e confronto de posições, promovidas a partir dos espacos de participação da AMB, no processo da l'Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (I CNPM), foram estratégicas. A I CNPM foi compreendida pelas integrantes da coordenação executiva da AMB<sup>13</sup> como um espaco estratégico no novo contexto político brasileiro. Colocava-se a possibilidade e a exigência de disputar a orientação das políticas públicas afirmando a Plataforma Política Feminista, enfrentando a perspectiva neoliberal ainda presente em setores do novo governo federal, entre setores feministas e entre os governos estaduais e municipais de vários estados do país. Colocava-se também a urgência de neutralização dos setores religiosos fundamentalistas que crescem em expressão política, apresentando-se como ameaca à autonomia e à autodeterminação das mulheres.

A proposição feminista que afirma que "para se fazer justiça através de políticas públicas são necessárias políticas para mulheres" enfrenta ainda um contexto de resistências culturais e políticas, especialmente fora do feminismo, mas



Articulação Feminista Marcosur, uma organização política feminista da América Latina.



Campanha Onde você guarda o seu racismo, iniciativa dos Diálogos contra o Racismo, espaço de interlocução constituído no processo da Conferência de Durban, integrado por ONGs, redes feministas anti-racistas, núcleos de universidades.



Modelo de serviço de atendimento e proteção a mulheres em situação de violência.



A coordenação executiva da AMB está integrada por oito





também dentro dele. O primeiro campo de resistência vem de setores sociais e políticos que têm uma perspectiva funcional da abordagem de gênero. Suas teorias explicam as relações de gênero em termos de uma ordem social que se estrutura a partir de papéis. Afirmam-se papéis diferenciados para mulheres e homens, cujas funções na sociedade devem ser imutáveis, ao mesmo tempo em que são complementares. Nestes termos, os papéis femininos devem ser valorizados. mas não necessariamente transformados. Atores e atrizes deste campo têm questionado a necessidade do feminismo hoje afirmado a importância de se trabalhar articuladamente as mudancas dos homens e das mulheres, e de se construir o que alguns têm chamado de forma inapropriada de movimento de gênero. Este é um foco de atuação que cresce entre distintas organizações e movimentos sociais (e mesmo no movimento de mulheres), preocupados mais em promover a unidade entre mulheres e homens do que em defender os direitos das mulheres; ou ainda acreditam que mudam a sociedade e superam injusticas apenas a partir de mudancas no comportamento individual de mulheres e homens que, se são necessários, são absolutamente insuficientes para enfrentar a magnitude e natureza dos problemas colocados.

Outro campo de questionamento das políticas para mulheres é aquele que não reconhece a centralidade das desigualdades de gênero na vida das mulheres. Como percebemos, há um relativo consenso nacional - que inclui mídia, movimentos sociais, igrejas, universidades, governos e partidos de distintas orientações ideológicas - de que há desigualdades sociais no país. Este consenso não gerou, entretanto, qualquer acordo quanto às explicações destas desigualdades. Alguns explicam as desigualdades sociais unicamente pela divisão de classes. Consideram as questões de desigualdade de gênero, a luta feminista e a luta anti-racista como próprias do espaço cultural e não tanto um problema da esfera da política. Estes setores, em geral, questionam a necessidade de políticas para mulheres, e não reconhecem tais políticas como caminho de construção de justiça social e de mudanças.

Um terceiro campo de obstáculos está entre os sujeitos que restringem as políticas para as mulheres a programas focalizados nelas. Desde os anos 80, os movimentos de mulheres e feminista brasileiros vêm elaborando, propondo e assessorando a implementação de inúmeras iniciativas em políticas públicas: programa de assistência integral à saúde da mulher, educação não-sexista e anti-racista nos parâmetros curriculares do ensino básico; defesa dos direitos das mulheres lésbicas, delegacias da mulher, casas-abrigo, políticas de cotas. A tensão aqui colocada está entre alargar ou não o espectro do debate sobre políticas para mulheres de modo a alcançar o todo da ação do Estado, compreendendo-se que estamos ainda num estado autoritário, classista, racista, heterossexista, que faz desvanecer rapidamente, por sua ação total, o potencial transformador contido nesta ou naquela iniciativa e programa particular.

Para enfrentar este contexto, a orientação para articular a luta feminista incluiu três campos de disputas: a disputa de idéias no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

(CNDM), a disputa de proposições no plenário da I CNPM e conferências estaduais preparatórias e, não menos importante, a disputa de idéias e posições nos fóruns, redes e articulações estaduais dos movimentos de mulheres vinculados à AMB. Este último é de extrema relevância, considerando o caráter plural da AMB e dos fóruns estaduais, atravessados, em sua maioria, por distintas correntes políticas e ideológicas. Duas questões básicas foram enfrentadas nos debates: a idéia de diretrizes feministas para políticas anti-neoliberais para o Estado brasileiro (ainda ausentes) e a luta pela liberdade sexual e reprodutiva, incluindo a legalização do aborto.

Durante a I CNPM, a perspectiva feminista antineoliberal impôs-se no plenário, ganhando a maioria das propostas contra proposições de políticas orientadas por proselitismo político, por perspectivas funcionalistas de equidade de gênero, por perspectivas religiosas conservadoras. Consideramos também que a I CNPM aportou um conjunto de diretrizes consistentes e coerentes entre si, que alteram a orientação neoliberal das políticas públicas e que servem, aplicadas ou não pelos governos federal, estaduais e municipais, como orientação geral de referência, algo inexistente até então no âmbito do Estado. Em termos de impactos imediatos, tem-se a criação de um grupo de trabalho para revisão da legislação que criminaliza o aborto no Brasil, que já está sendo constituído pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) contra todas as forças conservadoras, dentro e fora do governo e no Legislativo.

No horizonte imediato dos enfrentamentos de posições na luta feminista nas políticas públicas, está recolocada a questão do escopo das políticas públicas no qual iremos nos mover. Até agui, tem prevalecido a idéia de que é preciso atuar sobre o todo da ação estatal, confrontando as lógicas das políticas, muitas vezes contraditórias, em especial os impactos da ação dos ministérios da área econômica e os impactos da ausência ou restrita presenca da área social do Estado no cotidiano das comunidades rurais e urbanas. Tudo isto é agravante da opressão e exploração das mulheres brasileiras, ainda mais grave para algumas delas - as que estão na periferia dos centros de poder político e econômico do capital e que são as mais exploradas por ele. Passados dez anos da estruturação da AMB, um novo posicionamento parece estar sendo exigido, uma demanda para uma atuação anti-sistêmica mais consistente e coerente com seus propósitos, princípios e valores, e que afirme todo o potencial de sua radicalidade feminista.

#### Bibliografia

CAMURÇA, Silvia. Por que não aceitamos trocar Plataformas por Metas. *Revista Bocas no Mundo* Ano III Nº 04, Recife, AMB, 2005.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. Carta Aberta. Encarte *Revista Bocas no Mundo* Ano III Nº 04, Recife, AMB, 2005.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. *Articulando* a Luta Feminista nas Políticas Públicas. Recife, AMB, 2005.

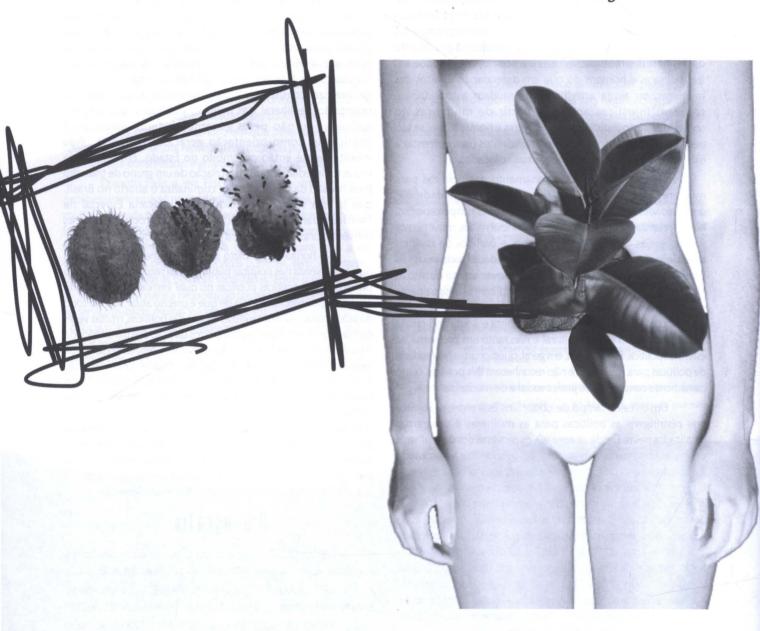
FERREIRA, Verônica. *O trabalho das mulheres*. Recife, SOS Corpo, 2004, mimeo.

# Mulheres da Amazônia transformam biodiversidade em economia solidária

Rose Melo\*

Maria das Gracas Costa \*\*

Solange Oliveira \*\*\*





<sup>\*\*</sup> Educadora Popular, assessora do Núcleo Nacional de Gênero da FASE.

<sup>\*\*\*</sup>Educadora, ativista do movimento de mulheres e coordenadora do GMB.



Há cinco anos um grupo de moradoras do bairro do Bengüí, um dos mais pobres de Belém do Pará, reúnese quase diariamente para produzir, a partir da imensa biodiversidade amazônica. obietos comercializados, contribuem para melhorar a situação financeira em que vivem. Utilizando sementes, ervas, fibras e frutos como matéria-prima, confeccionam debijuterias a travesseiros aromáticos, passando por bolsas, bonecas, buchas e camisetas. Com esse trabalho formaram o Grupo de Produção Amazônia - GPA, que tem o objetivo de garantir a profissionalização e gerar alternativas de trabalho e renda para as mulheres da comunidade, apostando na utilização sustentável do meio ambiente e na economia solidária.

Instalado na sede do Grupo de Mulheres do Bengüí - GMB, o GPA conta hoje com a participação efetiva de 13 mulheres. A maioria tem perfil semelhante: sem emprego formal, com baixa escolaridade, donas de casa, mães solteiras e dependentes apenas de si mesmas para prover o sustento de suas famílias. Elas foram atraídas para o grupo inicialmente pelos cursos de qualificação por ele oferecidos, como artesanato e corte-e-costura. Com o tempo, perceberam que as atividades não somente as ajudavam com a renda, mas também lhes ofereciam a oportunidade de se libertar um pouco da dura rotina de donas de casa e conhecerem mais sobre o papel da mulher na sociedade. Assim, cresceram o interesse e o número de mulheres dispostas a participar do GMB.

No começo não tinham nem o conhecimento nem o equipamento para trabalharem. Assim, receberam efetivamente o apoio do próprio GMB, como acontece até hoje, com a cessão de um salão e de algumas máquinas financiadas por ONGs estrangeiras. Para a formação e qualificação, contaram com cursos, palestras e seminários realizados com o apoio da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - FASE Amazônia e pelas entidades internacionais DED e Misereor.

O GMB desenvolve suas atividades a partir de três linhas de ação, lembra Solange Oliveira, membro da coordenação do GMB: o combate à violência contra a mulher; saúde da mulher; trabalho e renda. "As três linhas são executadas em permanente interação. A linha trabalho e renda tem como objetivo fortalecer a organização e a valorização do trabalho feminino que em nossa sociedade ainda não é contabilizado nos dados estatísticos. Nesta linha, trabalhamos realizando atividades que venham a aumentar os conhecimentos das mulheres em relação ao seu trabalho e à sociedade, sua saúde e a garantia de seus direitos em todos os sentidos, a fim de diminuir o índice de violência contra a mulher e propor implementações de políticas públicas que atendam as necessidades específicas das mulheres".

## As mudanças construídas pela solidariedade feminina

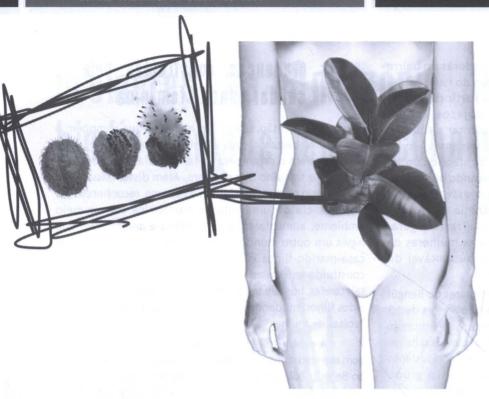
Desde então, a vida das mulheres que compõem o GPA mudou bastante, segundo elas mesmas atestam. Além de reforçarem o orçamento da família, elas aprenderam a valorizar o trabalho que realizam. Além disso, passaram a se ver como pessoas produtivas e capazes, reconheceram a importância de uma relação harmônica com o meio ambiente, aumentaram a auto-estima e aprenderam que havia um outro mundo para além da rotina de cuidar da casa-marido-filhos e filhas. A visão que começa a ser construída entre elas é de que mesmo tendo que realizar tais tarefas, buscam também a participação do companheiro e dos filhos, mudando a velha idéia de que homem não faz "coisas de mulher".

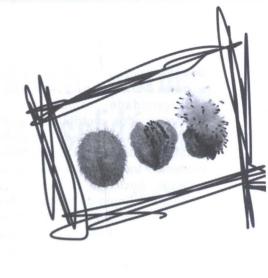
A experiência do Grupo de Produção Amazônia é um bom exemplo da importância desse trabalho na vida das mulheres do Bengüí. Zélia Lima, 39 anos, solteira com cinco filhos, que participa desde a criação do grupo, levava uma vida difícil, desempregada e sustentada pela irmã e pelo cunhado. Sua renda era proveniente da venda de pijamas infantis que costurava. "Eu ficava só em casa, sem fazer nada. Ou melhor, sem fazer nada não, que trabalho doméstico é muita coisa", corrige. Com sua participação no grupo, além de melhorar financeiramente, ela descobriu ainda que tinha uma talento comunicativo, e assim conseguiu um horário na rádio comunitária do bairro para falar sobre as mulheres. "O que aprendo aqui é passado diariamente para as ouvintes da rádio", declara.

Já Francisca Ferreira Santos, 58 anos, casada, era empregada doméstica até que ficou doente e não pôde mais trabalhar. Foi então que ouviu falar do GPA e passou a se interessar pelas atividades oferecidas, como a terapia de grupo realizada pelo GMB com o objetivo de construir relações entre as mulheres, desbloqueando as "naturais" dificuldades que têm de falar e de construir suas idéias. Com o apoio do grupo, Francisca reuniu forças para lutar contra a doença e contra a depressão. A terapia de grupo, assim como palestras sobre saúde, sexualidade e relações pessoais e interpessoais, são atividades oferecidas regularmente pelo GMB para a educação, formação e informação das mulheres.

A experiência do GPA dá conta da importância das relações que se estabelecem entre as mulheres na construção de níveis de confiança, de troca e cumplicidade que se constituem como fundamentais para o funcionamento e a continuidade do grupo. Esse processo exige um tempo dedicado e paciente para desconstruir uma cultura arraigada baseada no individualismo e, nas mulheres em especial, numa cultura de submissão. Para um grupo que se organiza num bairro de periferia, as relações de vizinhança entre as mulheres contribuem positivamente.







## Economia Solidária: estimuladora de novas relações e novos valores

Lúcia Toscana, 32 anos, casada, uma filha, está no GPA há oito meses. Cansada de passar os dias dentro de casa, se dispôs a participar do grupo para aprender mais. Hoje, traz a filha de dez anos para conhecer o trabalho que realizam. "Vim para cá e já descobri muitas coisas boas", relata.

Ana Lúcia Alves, funcionária pública, 41 anos, solteira, quatro filhos, é a única do grupo que tem um trabalho formal. O tempo que sobra ela divide entre a família e o GPA. "Eu cresci muito aqui, profissionalmente e pessoalmente". Ela não esconde que ainda existem dificuldades a serem superadas como, por exemplo, a de colocar os produtos no mercado, mas garante que isso é um incentivo para lutarem ainda mais pelo avanço do trabalho.

A relação em casa também mudou depois que elas passaram a fazer parte do GPA. O namorado de Ana Lúcia era machista e até a ameaçou com violência caso ela continuasse a freqüentar o grupo. Aos poucos, com o que aprendia diariamente com as colegas, ela o convenceu a conhecer o trabalho e tudo mudou. "Hoje é diferente, ele vem me buscar aqui e já é amigo de quase todas", comemora. O mesmo aconteceu com o marido de Lúcia Toscana, que costumava depreciar o trabalho que ela levava para casa, dizendo que era "feio e que ninguém iria querer comprar". Agora, além de elogiar as bonecas artesanais, ele até ajuda a fazê-las quando Lúcia as leva para casa.

A mudança com os companheiros ou namorados passa também pelas tarefas domésticas. O marido de Francisca, por exemplo, é quem cuida da casa quando ela está no GPA. "Eu fico tranqüila, quando chego em casa sei que está tudo limpo e a comida pronta", diz, sorrindo.

Na hora da divisão da renda, a solidariedade predomina. Mesmo quem não trabalhou por doença ou outro motivo recebe uma parte igual às outras, ainda que o trabalho tenha seguido pela madrugada para poder entregar as mercadorias em tempo. "Todas se ajudam mutuamente", diz Zélia. Mas há também discordâncias. "É só uma diferença de idéias, não há brigas. Somos como uma família, e é natural que assim aconteça".

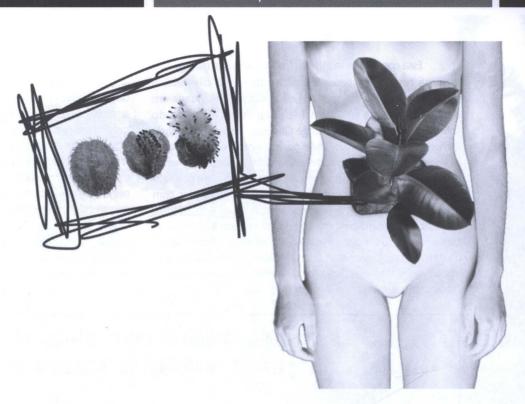
Toda a renda do que é vendido é assim dividida: 30% vão para o fundo de reserva, que é dividido entre todas no fim do ano; 35% ficam para os gastos e compras de matérias-primas, e os 35% restantes são para o pagamento dos serviços realizados por elas. Os maiores clientes são ONGs e outras entidades que realizam eventos e precisam de acessórios personalizados, como bolsas e camisetas. Mas outros compradores estão surgindo, e já existe uma encomenda de 3.000 colares confeccionados com sementes de açaí para os Estados Unidos.

## Economia Solidária de fato. Para onde vai a experiência?

Como exemplo de uma experiência inovadora, o maior ganho do GPA é a conquista de uma maior segurança emocional, a melhoria na relação familiar e da participação nos espaços de planejar e propor políticas públicas para as mulheres. Alcançar a melhoria das condições de vida através da comercialização de seus produtos ainda é uma perspectiva de prazo mais longo, segundo as projeções de Solange Oliveira, que acompanha o GPA. Atualmente, elas contam com o suporte







de entidades na divulgação de seus trabalhos com exposição de seus produtos em eventos como seminários, congressos, fóruns e em espaços públicos. Recentemente, o grupo recebeu um convite da Infraero (Infraestrutura Aeroportuária) para expor nas dependências do Aeroporto Internacional de Belém. O GPA também expôs no Fórum Social Pan-Amazônico, na IV mostra de Projetos Sociais da Amazônia, na Conferência de Responsabilidade Social da Amazônia em 2004 e em outros espaços conquistados através de sua participação articulada e ampliada. No momento, o Grupo está discutindo a criação de um site para maior divulgação de seus produtos.

Segundo Solange Oliveira, as participantes, mesmo quando se afastam do grupo por algum motivo, terminam por voltar. "Elas sempre voltam, porque aqui recebem muito apoio emocional e psicológico e têm cultivada a auto-estima. Elas têm sempre muita vontade de continuar, mesmo com os problemas que cada uma tem, e não são poucos". Ela cita como exemplo a divisão de tarefas, feita por elas mesmas de acordo com a habilidade de cada uma, e o fato de que já há algum tempo as mulheres estão coordenando sozinhas o GPA, como um grupo que quer achar o seu próprio caminho. "Para quem vivia só em casa, sem perspectiva e sem educação, com certeza é um amadurecimento muito grande, e daqui é avançar para muito mais", finaliza.

Do ponto de vista econômico, um levantamento feito com as mulheres indicou que 90% tinham renda zero quando chegaram ao grupo e passaram a auferir em média R\$ 100 por mês. Constatou-se que a grande maioria das iniciativas de geração de trabalho e renda fracassa devido a fatores mercadológicos, de gestão, de acompanhamento ou assessoria, e porque as dimensões cidadã, humanitária e de gênero não são trabalhadas. Estes fatores foram trabalhados pelo GMB e

contribuíram decisivamente para que o Grupo de Produção Amazônia se mantenha com estrutura e gestão autônoma e independente do GMB há mais de três anos. Entretanto, permanecem as dúvidas sobre a segurança em continuar um negócio que, de fato, renda os recursos que muitas vezes lhes são cobrados em casa, de forma a justificar a sua ausência das tarefas domésticas.

### A Economia Solidária como uma descoberta para a mudança de vida das mulheres

Mesmo com pouco tempo, a experiência do GPA já pode ser considerada vitoriosa, segundo a avaliação de Solange Oliveira. "A valorização do trabalho feminino, a participação na sociedade, a interferência nas políticas públicas, a visão de gênero, tudo são conquistas, em maior ou menor número". Entre as grandes dificuldades enfrentadas pelas mulheres, Solange identifica duas que demandam trato aprofundado: uma é a formação insuficiente em cooperativismo, economia solidária, empreendedorismo, informática e o nível de escolaridade: a outra é a dificuldade das mulheres em se entender como produtoras e que os produtos do seu trabalho representam renda e riqueza. Ao contrário, elas têm a nocão de que as suas capacidades e habilidades se situam apenas no âmbito das atividades domésticas alheias à economia e ao desenvolvimento da sociedade, e de que o trabalho que desenvolvem funciona como um "biscate". Logo, a renda proveniente da venda dos produtos que fabricam "ajuda" no orçamento da família, ou seja, a produção do grupo ainda é vista como uma atividade provisória.

Essa conduta se manifesta freqüentemente na ausência de uma reserva de produtos para oferecer à clientela, à qualidade irreguar dos mesmos ou ainda na dificuldade em definir a cesta de produtos mais aceitáveis no mercado solidário. Mas, segundo Solange Oliveira, "isso não depende somente de força de vontade para acontecer, é necessário mais tempo e, principalmente, a luta é para que essas alternativas de desenvolvimento se transformem em políticas públicas e que o Estado possa criar linhas de créditos com normas mais acessíveis e adequadas à atual situação de exclusão e desvantagem em que se encontram as mulheres, como resultado da discriminação, do não reconhecimento e da desvalorização monetária do seu trabalho. Além disso, esse trabalho precisa ser subsidiado com programas de formação e capacitação e acompanhamento técnico".

Tanto o GMB como o GPA se inserem num contexto mais amplo do que a simples geração de renda, pois passa pela criação de alternativas para o desenvolvimento sustentável da região amazônica. "O principal é a afirmação de que é possível ser produtivo e rentável fora dos modelos do capitalismo, de tal forma a desenvolver as capacidades dessas pessoas e, conseqüentemente, ampliar seus conhecimentos, satisfazendo demandas através da utilização de matéria-prima que não causa impacto ambiental negativo e tendo como base a economia solidária, o trabalho de pequenos grupos e cooperativas de mulheres", argumenta João Gomes, também técnico do Núcleo Cidadania. E essa proposta se amplia ainda mais com a participação do GPA e do GMB em grandes espaços de articulação, como o Fórum da Amazônia Oriental - Faor, o Fórum Estadual de Economia Solidária e o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense - FMAP.

A economia solidária como alternativa de desenvolvimento para as mulheres ou economia para os (as) pobres?

Muitos grupos de mulheres que atuam com atividades de economia solidária, como o GPA, são criados como uma forma coletiva de resolver problemas emergenciais de suas famílias, sendo o principal deles a falta de alimentação para filhos e filhas. São diversos arranjos que as mulheres realizam frente a situações de acentuada pobreza.

Produzem e vendem de tudo. O fato de não querermos que estas situações perdurem, ou de que as políticas públicas as considerem como um dado, sem se propor a alterar o cotidiano dessas mulheres, não deve nos impedir de ver que muitas vezes práticas inovadoras são gestadas assim. Por outro lado, há também o risco das experiências de economia solidária, como a exercitada pelo GPA, serem consideradas pelos planejadores das políticas públicas como uma economia da pobreza, com a finalidade de mitigar os efeitos da pobreza, sem conseguir combater suas causas. É necessário, portanto, que as organizações mais gerais do movimento feminista e de mulheres, que propõem plataformas de políticas públicas, possam escutar com atenção as falas das mulheres nelas envolvidas, articulá-las em um conjunto de experiências e no debate econômico mais amplo a fim de reposicionar a sua importância e significado. É a qualificação desse processo que se constituirá como base para a criação de alternativas às atuais políticas macroeconômicas de regulamentação do comércio, ao

mercado neoliberal e, ao mesmo tempo, fortalecer os princípios de igualdade e autonomia das mulheres, que têm sido defendidos pelo feminismo, assim

como novas relações de poder entre mulheres e homens.

A economia solidária, como um tema atual da plataforma das mulheres, deve se constituir como parâmetro básico da organização de novas práticas econômicas que consigam questionar e interpelar as práticas sociais dominantes.



# Enfoque de gênero sobre segurança alimentar e renda familiar em um assentamento rural

Renata Mauro Freire\*
Alíria Graciela Bicalho Noronha\*\*

Este trabalho sintetiza os principais resultados de um diagnóstico participativo realizado no Assentamento Roseli Nunes no município de Curvelândia-MT, no período de abril a junho de 2004, envolvendo dez famílias que participam de um projeto demonstrativo, coordenado pela FASE-MT, voltado para o desenvolvimento de práticas agroecológicas.



<sup>\*</sup> MSc. Engenheira Agrônoma, técnica da FASE-MT.

<sup>\*\*</sup>MSc. Socióloga, técnica da FASE-MT.

O diagnóstico teve como objetivo caracterizar a contribuição do trabalho das mulheres para a segurança alimentar e renda das famílias no Assentamento Roseli Nunes. E, também, servir como um instrumento pedagógico para sensibilizar e mobilizar as famílias em torno das questões de gênero, pouco discutidas e difundidas no Assentamento, além de qualificar a ação da FASE-MT junto às famílias.

O Assentamento Roseli Nunes foi criado em 2002, atendendo à pressão e reivindicação das famílias acampadas na região desde 1997, sob a coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente, 330 famílias estão assentadas em lotes localizados em áreas de mata remanescente e antigas áreas de pasto, distribuídas em núcleos de moradias, grupo coletivo e lotes "cortados" em linha¹. Desde a criação do Assentamento, a FASE-MT atua dando apoio técnico e organizacional voltado para o desenvolvimento local, mais especificamente na área de agroecologia.

## Metodologia

#### **Base Conceitual**

Em função dos objetivos pretendidos, o diagnóstico se centrou em dois referenciais metodológicos fundamentais: participação e gênero. Como a adoção de um único método seria insuficiente para dar conta desses dois referenciais, a abordagem metodológica adotada foi o resultado da combinação de dois métodos de diagnóstico: Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e Análise Socioeconômica e Gênero (ASEG). Segundo Pretty (1995), não há um método ideal de diagnóstico, mas a adaptação de vários para os contextos específicos.

Os DRPs se propõem a tratar das necessidades e problemas concretos dos pequenos agricultores e comunidades rurais, principalmente através do emprego de técnicas e ferramentas participativas, com especial enfoque àquelas com orientação visual (Chambers, 1997). Os recursos visuais, como mapas, diagramas, matrizes e calendários permitem que todos os participantes possam ver, discutir, interpretar, manipular, compartilhar e modificar as informações, segundo suas perspectivas (Chambers, 1992).

Como os DRP's consideram pouco a dimensão de gênero, contribuindo mais para responder aos interesses dos pesquisadores que a este objetivo específico (Guijt, 1994), foi fundamental a inclusão da metodologia ASEG para assegurar a perspectiva de gênero no diagnóstico. Dentre os objetivos da ASEG, a análise da segurança alimentar e das estratégias de subsistência ocupam um lugar de destaque (FAO, 2002).

O uso combinado de dois métodos de diagnóstico, incluindo várias técnicas e ferramentas participativas em conjunto com entrevistas semi-estruturadas, permitiu a verificação cruzada das informações obtidas. Tanto a coleta das informações quanto a análise dos resultados seguiram os procedimentos da *triangulação*<sup>2</sup> (Denzin & Lincoln, 1994).

#### Trabalho de campo

Diante do universo de 330 famílias residentes no Assentamento Roseli Nunes, foram selecionadas dez famílias para participar do diagnóstico, configurando-se, assim, um estudo de caso, já que não se pretende generalizar os resultados do diagnóstico para todo o assentamento. A escolha das famílias se deu de forma intencional e os critérios utilizados buscaram contemplar a maior diversidade possível de situações, como a distribuição geográfica dos lotes no assentamento (região de mata e de pasto), origem das famílias, participação das famílias na organização social no assentamento e procedência da renda familiar.

Uma vez definidas as dez famílias, iniciou-se o levantamento das informações em campo, tendo duas perguntas orientadoras:

- (a) Os sistemas de produção adotados nos lotes têm garantido a segurança alimentar e renda para as famílias?
- (b) Qual o papel da mulher na garantia da segurança alimentar e na renda familiar?

Para responder a essas duas perguntas foram feitos levantamentos para caracterizar (i) as estratégias de subsistência e a diversidade dos sistemas produtivos; (ii) a divisão sexual do trabalho; (iii) a contribuição relativa dos produtos para a alimentação e renda das famílias e (iv) o padrão de uso e controle dos recursos produtivos, segundo gênero.

O trabalho de campo foi dividido em sete etapas: (i) apresentação dos objetivos do diagnóstico para as famílias que participam do Projeto Demonstrativo Agroecológico; (ii) visita de aproximação e verificação da disponibilidade e interesse das famílias selecionadas em participar do diagnóstico; (iii) levantamento da história de migração e do histórico alimentar das famílias; (iv) mapeamento dos lotes; (v) caminhada pelo lote e análise de mapas; (vi) oficina de fotografias para discutir divisão sexual do trabalho e (vii) dinâmica de cartões para discutir alimentação e renda familiar. Em cada etapa utilizou-se uma série de técnicas e ferramentas participativas em conjunto com entrevistas semi-estruturadas.



O chamado *linhão* é a forma de corte dos lotes em duas linhas paralelas, comumente cortadas por uma estrada vicinal, que são subdivididas em lotes retangulares. Diferentemente dos núcleos de moradia e grupos coletivos, essa forma de divisão do assentamento costuma ser desagregadora, pois afasta e individualiza as famílias, distanciando-as das áreas sociais.



A triangulação é um método que confere confiabilidade e validação convergente dos dados e informações, permitindo caracterizar de forma completa o contexto situacional da pesquisa. É particularmente apropriada para uso de métodos qualitativos na elucidação de aspectos circunscritos à pesquisa, quando o uso de um único método não seria suficiente (Todd, 1983).





## Mapeamento dos lotes e caminhada pelos lotes

Os mapas mentais foram confeccionados por homens e mulheres separadamente. Os mapas permitiram identificar as diferentes percepções e conhecimentos que homens e mulheres possuem em relação à importância, ocorrência e distribuição das unidades produtivas nos lotes, como roçados, quintais, pastos, capoeiras etc. Em seguida foram feitas caminhadas ao longo do lote com os mapas em mãos para explorar informações complementares.

## Dinâmica das fotografias

Esta dinâmica foi proposta para classificar as diferentes atividades realizadas pelas famílias, segundo a divisão sexual do trabalho. Para tanto, as dez famílias que participam do diagnóstico foram orientadas a fotografar trabalhos que são realizados com freqüência nos seus lotes e nos dos seus vizinhos. As mulheres fotografaram trabalhos femininos e trabalhos que tanto homens como mulheres realizam. Seguindo a mesma lógica, os homens fotografaram trabalhos masculinos e também aqueles realizados por homens e mulheres.

### Oficina sobre divisão sexual do trabalho

Realizou-se uma oficina com as dez famílias para discutir as relações de gênero a partir do material produzido por elas próprias, ou seja, os mapas – com as interpretações feminina e masculina do lote – e as fotografias. O objetivo foi entender como se configura a divisão sexual do trabalho no assentamento para dar visibilidade ao trabalho feminino, historicamente desvalorizado.

As fotografias foram expostas em uma mesa para que os participantes da oficina pudessem ver, manipular e se reconhecer nas situações fotografadas. Feito isso, as fotos foram classificadas coletivamente como masculina, feminina ou

de ambos os sexos, reforçando ou questionando as situações fotografadas. Além dessa classificação, foi medida a intensidade da participação feminina e masculina em cada atividade fotografada, como alta, média e baixa participação. Essa dinâmica suscitou bastante o debate entre os participantes, pois nem todos tinham a mesma opinião a respeito da divisão sexual do trabalho nas famílias.

## Dinâmica dos cartões para discutir alimentação e renda familiar

A partir da lista de produtos e atividades realizadas pela família, já levantada por outras técnicas, foram distribuídos cartões com desenhos de diversas atividades e produtos como arroz, milho, feijão, gado, leite, porco, aves, trabalho assalariado (funcionário/a público/a, empregado), verduras, frutas, ovos, mandioca, trabalhos eventuais (empreita, costura, pedreiro), aluguel de pasto, etc. Os participantes foram orientados a escolher entre os cartões aqueles que correspondiam às atividades e produtos realizados pela família. Foram entregues 100 sementes de feijão para serem distribuídas sobre os cartões, devendo ser depositado um maior número sobre aqueles de maior importância para a alimentação e um menor número de sementes para os produtos e atividades de menor importância. O mesmo foi feito para hierarquizar os produtos e atividades que contribuem para a renda familiar.

### Resultados

## Estratégias e diversidade dos sistemas de produção adotados nos lotes

Das dez famílias que participaram do diagnóstico, em cinco foram as mulheres que tomaram a iniciativa da luta pela aquisição da terra, sendo que nas outras cinco a iniciativa foi tomada em conjunto com a família. No entanto, isso não se reflete numa major autonomia das mulheres no planejamento e definição dos cultivos e decisão sobre seu destino, pois a estratégia de uso do lote é fortemente orientada pelos homens, vinculada à formação de áreas de pasto, aproveitando para cultivo temporário de plantios como arroz, milho e feijão as áreas do terreno que estão sendo preparadas para o futuro plantio de capim. Aliada a essa situação de pouco envolvimento e controle sobre os cultivos anuais, as mulheres têm poucas informações sobre avancos da luta das trabalhadoras rurais no campo. desconhecendo o seu direito ao cadastramento nas áreas de Assentamento de Reforma Agrária.

De modo geral, as famílias não escalonam o plantio de milho, arroz e feijão, ficando expostas aos riscos climáticos de excesso e/ou falta de chuvas nos períodos críticos de "embuchamento"<sup>3</sup> e colheita dos grãos. Além desses prejuízos, a falta de escalonamento faz com que haja um alto requerimento de mão-de-obra nas épocas de colheita, especialmente do arroz, já que o milho, muitas vezes, fica "armazenado" no campo.

Nos lotes pesquisados, 40% dos cultivos de milho e feijão são consorciados com capim e, em menor grau, com outras espécies como a mandioca, batata e banana. Já o arroz é, predominantemente, cultivado sozinho. Em geral, as áreas de roças são pequenas e localizam-se próximas às moradias, variando entre 0,5 e 2 hectares. Isso explicita toda a lógica de aproveitamento das melhores terras para o pasto, deixando as áreas marginais para os outros cultivos. Embora atualmente a produção supere a necessidade de consumo<sup>4</sup>, havendo excedente para a venda, com exceção do milho que tem grande demanda para alimentação das criações, fica a dúvida se essa situação se manterá no momento em que as áreas de pasto estiverem formadas, pois há uma forte tendência de opção pela criação de gado leiteiro como a principal alternativa de renda, quando não a única.

O grau de concentração ou diversificação das unidades produtivas dos lotes e das atividades não rurais exercidas pelas famílias permite conhecer o grau de vulnerabilidade ou segurança alimentar das mesmas. Do ponto de vista das estratégias e diversidade dos lotes, as famílias têm sua segurança alimentar garantida. Com exceção de uma família, todas as demais possuem quintais onde são cultivadas hortaliças, plantas medicinais e ornamentais, além de criação de pequenos animais, áreas de pasto e roças de culturas anuais.

O quintal é a unidade produtiva mais complexa e diversificada, tanto na estrutura como na composição. É no quintal onde se concentra a maior parte das espécies cultivadas no lote. É comum encontrar uma miscelânea de cultivos e consórcios, incluindo fruteiras, plantas medicinais, aromáticas, e ornamentais, hortalicas, raízes, pimentas de vários tipos, banana, cana-de-acúcar, amendoim, urucum, abóbora, maxixe, quiabo, jiló, berinjela, entre outras. Além dessas plantas, não é raro encontrar nos quintais pequenas rocas experimentais de milho e feijão com mais de duas variedades para testar sua adaptação e produtividade, antes de serem plantadas em rocas mais distantes para o consumo e venda. É interessante notar que os quintais servem como espaços de experimentação de plantas pouco conhecidas e utilizadas pelas famílias, como é o caso das cercas vivas formadas por leguminosas e a manutenção intencional de algumas árvores nativas que produzem frutos comestíveis, como jenipapo, taperebá e jatobá, incentivadas pela FASE-MT.

Existe uma variação na diversidade<sup>5</sup> e no grau de desenvolvimento dos quintais com relação às frutas e cultivos anuais. Dos dez quintais, cinco possuem alta diversidade e alto desenvolvimento, três possuem média diversidade (um apresenta alto desenvolvimento, outro médio e o outro baixo desenvolvimento) e dois quintais possuem baixa diversidade (um com alto desenvolvimento e outro com baixo

desenvolvimento). Apesar da grande riqueza de espécies frutíferas presentes nos quintais, os mesmos ainda estão em formação, contribuindo pouco para a alimentação das famílias, pois a ocupação dos lotes ainda é recente (aproximadamente dois anos).

Em relação às culturas anuais, existentes nas áreas de roças e quintais, verificou-se uma grande variedade de milho, arroz e feijão. Ao todo, foram identificadas 13 variedades de feijão, seis variedades de milho e cinco variedades de arroz. Das dez famílias, sete cultivam mais de três variedades de feijão, caracterizando uma alta diversidade. Em geral, cultivam uma ou duas variedades para autoconsumo e renda e as demais são destinadas para experimentação, sendo cultivadas em áreas pequenas, geralmente próximas aos quintais. Em relação ao arroz, as famílias tendem a cultivar uma única variedade, aquela mais adaptada às condições locais e que tem aceitação no mercado. Quanto ao milho, a metade das famílias cultiva uma única variedade e a outra metade cultiva entre duas e três variedades.

É importante destacar que grande parte das sementes de feijão e milho foi fornecida pela FASE-MT, adquiridas junto a comunidades tradicionais da região, para incentivar a criação de uma rede de produção e troca de sementes entre as famílias do assentamento. Em menor quantidade e variedade, as famílias adquiriram sementes com famílias de assentamentos vizinhos, com parentes e em lojas agropecuárias dos municípios próximos. Não foi constatado nenhum caso em que as famílias tivessem em seu poder sementes trazidas dos seus locais de origem. Essa situação evidencia um processo intenso de perda de material genético e do conhecimento local, associado por parte das famílias às suas sucessivas mudancas e deslocamentos até chegarem ao assentamento. Um caso típico é a perda de grande parte das variedades de mandioca cultivadas nos locais de origem pelas famílias que hoje cultivam quase exclusivamente duas variedades.

Embora as mulheres não sejam as principais responsáveis pela guarda das sementes de milho, arroz e feijão



Período de início da granação e enchimento do cacho.



Com exceção de alguns produtos, como o macanão, óleo, açúcar, sal, café, alho, cebola e eventualmente o milho, todos os outros são produzidos nos lotes em quantidades suficientes para a alimentação das famílias.



Para o cômputo da diversidade dos quintais foram incluídas somente as espécies frutíferas e anuais. Os quintais foram divididos em 3 classes: diversidade baixa quando possuem menos de 10 espécies; diversidade média quando possuem entre 10 a 20 espécies e diversidade alta quando possuem acima de 20 espécies.





para o plantio seguinte, são elas que trocam com as vizinhas e parentes uma imensa variedade de sementes e mudas de plantas frutíferas, medicinais, aromáticas e ornamentais, criando assim uma ampla rede informal de troca de material genético dentro e fora do assentamento. A partir desta constatação, a FASE-MT está fomentando uma rede de troca de sementes na qual as mulheres assumem papel primordial como animadoras, buscando o resgate de sementes tradicionais e a autonomia das famílias em relação ao mercado, aproveitando seu amplo conhecimento empírico e potencializando seu papel estratégico na garantia da segurança alimentar das famílias.

#### Divisão sexual do trabalho

Os mapas mentais produzidos revelam um grande conhecimento local sobre a distribuição espacial das unidades de produção (roça, plantios perenes, pasto, quintal, capoeiras e matas) ao longo do lote, segundo as diferencas de gênero e o conhecimento específico de cada participante. Ao todo foram feitos 18 mapas, sendo dez feitos pelas mulheres e oito pelos homens. As mulheres, ao contrário dos homens, deram muito mais destaque em seus mapas para as áreas de quintais, incluindo as hortas e pomares, que para as áreas de roça e pasto, que são unidades produtivas, potencialmente geradoras de renda, de domínio masculino. Um caso típico que retrata a divisão de trabalho e responsabilidade em função da geração de renda é a horta. Nas hortas destinadas a atender as demandas nutricionais da família, são as mulheres que se envolvem ativamente na sua manutenção e cuidado. Na medida que as hortas adquirem uma escala comercial, são os homens que exercem poder sobre elas.

Para entender com mais profundidade a maneira pela qual mulheres e homens se engajam nas diferentes atividades realizadas dentro e fora de seus lotes, foi feita uma análise que permitiu, sob o ponto de vista das relações de gênero, identificar os diferentes trabalhos – produtivos e reprodutivos<sup>6</sup> - realizados no assentamento. Durante a oficina sobre divisão sexual do trabalho, foram listados 36 tipos de trabalho diferentes realizados pelas famílias, dos quais 24 foram fotografados. Do total de 70 fotografias, 18 mostram trabalhos reprodutivos sendo realizados por mulheres, o que corresponde a 25,7%, revelando o reconhecimento das atividades reprodutivas como trabalho por parte das mulheres.



Os trabalhos produtivos referem-se à produção de bens e serviços para o consumo ou para a venda. Os trabalhos reprodutivos referem-se à reprodução biológica e social da força de trabalho, incluindo a manutenção da casa, cujas atividades principais são: coleta de água, lenha, preparo dos alimentos, limpeza da casa, educação dos filhos e saúde da família (Fassaert, 2000).



As mulheres executam tanto trabalhos produtivos como os chamados reprodutivos. No entanto, ficou evidente a desvalorização e invisibilidade das atividades realizadas pelas mulheres, especialmente em relação aos trabalhos reprodutivos, como puxar a água do poço, cuidar dos filhos, varrer o terreiro, limpar a casa. lavar a louça, lavar roupa, costurar, fazer sabão e cozinhar, fundamentais para o funcionamento de toda a unidade produtiva. No entanto, um fato que chamou atenção durante o diagnóstico foi o caso particular do "coletivo". Todo o recurso e produção obtidos são divididos proporcionalmente entre as famílias segundo a quantia de horas trabalhadas durante o ano, incluindo as atividades reprodutivas que, desta forma, adquirem o mesmo valor que qualquer outra atividade produtiva.

São as mulheres que cuidam das hortas caseiras, dos jardins, das galinhas e da saúde da família. De uma maneira geral, homens e mulheres realizam na mesma intensidade o plantio de fruteiras no quintal, a coivara, a feitura de farinha, a capina, a colheita e o trato com os porcos. São considerados trabalhos masculinos a limpeza dos pastos, a construção de cercas, a derruba das capoeiras e matas, o preparo da terra para o plantio do milho, feijão e arroz, a venda dos produtos, as hortas irrigadas, o corte da madeira e a carpintaria. É interessante notar que, embora as mulheres trabalhem ativamente nas atividades produtivas do lote, dedicando tempo e esforço, quando entrevistadas muitas mencionam que "ajudam" o marido. Provavelmente o significado da palavra "ajuda" está relacionada mais às decisões tomadas pelos homens do que a participação no trabalho.

Como as mulheres se dedicam a uma grande variedade de atividades e têm um regime de trabalho muito intenso, normalmente começando o trabalho mais cedo e terminando mais tarde que os homens e sem descanso após o almoço, sobra-lhes pouco tempo para o lazer e atividades sociais. Em geral, elas participam pouco de espaços públicos como reuniões, cursos e treinamentos, o que limita o seu acesso a informações, novas tecnologias, oportunidades de aprendizado e troca de experiências.

São dois os períodos em que há maior concentração de atividades: os meses de *novembro a março* com o preparo da terra, plantio do arroz, milho e feijão, limpeza das roças e renovação dos quintais e entre *abril e julho*, quando as famílias estão envolvidas nas colheitas. A divisão temporal das atividades produtivas ajuda a identificar os períodos em que as famílias têm maior ou menor demanda por mão de obra, as atividades que demandam mais tempo e que ocorrem com maior freqüência ao longo do ano. Esse tipo de informação é importante principalmente no momento de planejar as atividades de um projeto e/ou de elaborar um plano de trabalho, minimizando os efeitos de sobrecarga de trabalho em alguns períodos críticos, especialmente sobre as mulheres que estão constantemente ocupadas, pois os afazeres domésticos são contínuos e inesgotáveis.



O "coletivo" é um grupo de 11 famílias que dividem a mesma área para realizar as atividades produtivas e reprodutivas coletivamente. Ou seja, no grupo coletivo desde a alimentação das pessoas até o cuidado com as vacas é gerido coletivamente e as tarefas igualmente divididas.



#### Alimentação e renda familiar

A história de vida de muitas famílias remonta a diversas migrações antes de chegarem ao Assentamento Roseli Nunes: muitas delas passaram por vários estados e, em Mato Grosso, por vários acampamentos de municípios próximos. As sucessivas mudancas vieram a impactar diretamente sobre sua alimentação, fortemente marcada pelo processo migratório através da incorporação de novos hábitos alimentares. As famílias costumam dizer que em Mato Grosso se come "comida comum" que é o arroz, o feijão e a mistura8. No entanto, embora suas sementes tenham sido perdidas ao longo da sua trajetória de mudancas, há um esforco contínuo em resgatar a cultura alimentar do seu local de origem, cultivando plantas com as quais antes se alimentavam. Exemplo disso é a tentativa de resgate feita por uma família que tem origem no estado de Rondônia: o quintal da família destaca-se dos demais, sendo salpicado aqui e ali de espécies amazônicas cultivadas, entre elas cupuaçu, araçá boi, açaí, pupunha e taperebá. A migração impacta na alimentação não somente de forma negativa, pois, apesar de a família citada ter perdido a diversidade de frutas nativas do seu lugar de origem, com a migração para o Mato Grosso ganhou com a incorporação de uma imensa diversidade de verduras e legumes ao seu cardápio.

De modo geral, as famílias pesquisadas possuem uma dieta bastante diversificada proveniente dos seus lotes, onde se destacam dez produtos principais, sendo que o arroz, o feijão, o milho, as verduras, legumes e hortaliças (tais como abóbora, maxixe, pepino, jiló, mandioca, macaxeira, berinjela, quiabo, batata doce, pimenta, tomate,

cenoura, repolho, alho, cebola), aves, ovos, porcos e frutas são bastante freqüentes, como mostra a quadro a seguir:

Dos dez produtos mais presentes na alimentação das famílias, o arroz e as verduras aparecem com a maior contribuição média, apresentando valores de 15% e 14% respectivamente. revelando, assim, uma grande importância para o cultivo de hortas caseiras, com destaque para a abóbora, maxixe, pepino e guiabo, especialmente na época das chuvas. Em situação oposta, ou seja, com pouca contribuição média, aparece a carne bovina com 2,3%. Em geral as famílias que contam com renda proveniente de benefícios sociais como aposentadoria. Bolsa-Escola e pensão, fazem compra de alimentos mensalmente nos mercados próximos, sendo que a carne bovina, mesmo em pequena quantidade devido a falta de meios para a refrigeração, é um produto sempre presente na lista de compra. Em situações intermediárias, variando entre 6% a 12%, em ordem crescente de contribuição para alimentação familiar. aparecem: leite, frutas, ovos, porcos, aves, feijão e milho. Em média as famílias consomem duas galinhas por semana, constituindo a principal fonte de proteína animal, e três a quatro porcos por ano. Isso revela que a carne bovina e o leite são os produtos que menos contribuem para a dieta familiar.

No entanto, quando vamos analisar a contribuição média dos produtos para a renda, o leite se destaca com



Diz respeito ao prato variável do cardápio. Uma vez que o arroz e o feijão são fixos, o que varia é a mistura que pode ser verduras, legumes refogados, carne ou ovos.

CONTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS NA ALIMENTAÇÃO FAMILIAR				CONTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS E ATIVIDADES NA RENDA FAMILIAR			
Produto	Contribuição média	Variação da contribuição	Ocorrência nas famílias	Produto e/ou atividade	Contribuição média	Variação da contribuição	Ocorrência nas famílias
Arroz	15%	23% - 12%	10	Leite	17%	50% -9%	6
V erduras	14%	14%- 4%	10	Benef. sociais	16,5%	80% - 11%	3
Milho	12%	17% - 7%	9	Trab. Assalar.	8%	53% - 12%	4
Feijão	11%	16% - 4%	10	Milho	7%	18% - 5%	5
Aves	8,6%	12% - 5%	10	Gado	5%	35% - 6%	2
Porcos	8%	14% - 4%	10	Arroz	4,8%	15% - 10%	3
Ovos	7%	10% - 5%	10	Feijão	4,6%	15%-3%	4
Frutas	6%	11% - 2%	10	Mandioca	3,8%	11% - 10%	3
Leite	5,7%	10% - 2%	6	Aves	3,5%	12% - 7%	3
Gado*	2,3%	6% -3%	2				

<sup>\*</sup> Principalmente venda de bezerros machos ou cabeça de gado adulta quando de alguma emergência.



uma contribuição média de 17%, junto com a renda proveniente dos benefícios sociais com 16,5%. Os produtos que menos contribuem para a renda são as aves e a mandioca, com 3,5% e 3,8%, respectivamente. Em situações intermediárias, variando entre 4,6% a 8%, aparecem, em ordem crescente, o feijão, o arroz, o gado (venda de bezerros machos), o milho e a prestação de serviços (serviços de carpintaria, pedreiro, limpeza de pasto, construção e conserto de cercas, pulverização com agrotóxico etc.) nos lotes vizinhos ou em fazendas próximas.

Ouando se trata da comercialização, novamente salta aos olhos a desigualdade da divisão sexual do trabalho. De maneira geral, os homens comercializam os produtos de maior valor monetário, como o gado, enquanto fica a cargo das mulheres a comercialização do leite e dos produtos de menor valor. provenientes, principal-mente, do quintal, como aves e ovos. No futuro, a venda de mandioca poderá ter uma participação significativa na composição da renda familiar, conside-rando que alguns grupos de mulheres estão se formando em torno da construção de casas de farinha visando renda.

Diverso também é o investimento feito com a renda entre homens e mulheres. Nas situações em que as mulheres dominam a renda monetária, através do Bolsa-Escola, pensão ou trabalho assalariado, a maior parte do recurso é investida na alimentação. Os homens, por sua vez, tendem a investir a renda em gado e aluguel de pasto. Estudos recentes têm demonstrado que a segurança alimentar e o bem-estar familiar não dependem somente do nível de renda familiar, mas de quem o obtém. Em geral, as mulheres tendem a investir mais na alimentação que os homens (Quisumbing, 1995).

Em geral, são os homens que administram os recursos do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - investindo, prioritariamente, em infra-estrutura como construção de moradia, poços, represas e cerca, compra de gado e, em alguns casos, produtos alimentícios. Como é característico da agricultura fa-

miliar no Brasil, o investimento em gado é a principal forma de poupança; todo o dinheiro que sobra é aplicado no gado, que é a garantia do futuro.

### Conclusões

Adotando um horizonte não muito longo, é possível afirmar que os sistemas de produção adotados pelas famílias pesquisadas têm garantido segurança alimentar para as mesmas, ou seia, a produção quantitativa e qualitativa de alimentos tem sido suficiente para suprir suas necessidades alimentares. Ocorre, porém. uma forte tendência no assentamento de investimento na criação de gado leiteiro como alternativa quase exclusiva à geração de renda. Preocupa-nos o fato de que a atual abundância na produção de alimentos como arroz, milho e feiião esteia dentro da estratégia de abertura de novas áreas para pasto, devendo, dentre em breve, ceder lugar a esta cultura.

O diagnóstico mostrou, contudo, que as famílias pesquisadas adotaram um sistema produtivo diferenciado. preocupando-se com a diversificação da produção e servindo como modelo às demais. É preciso lembrar também que estas famílias sofreram intervenção da FASE-MT. portanto não podemos considerar que elas retratem fielmente a realidade das famílias do assentamento como um todo. Buscando responder a essa questão, será realizado um novo diagnóstico somente com famílias fora da nossa estratégia de ação, o que permitirá traçar uma comparação entre os sistemas produtivos de famílias que sofreram a intervenção da FASE-MT com aqueles que não sofreram.

Em relação ao papel da mulher na garantia da segurança alimentar, foi possível constatar que os quintais, unidades produtivas nas quais as mulheres exercem maior controle, são espaços privilegiados para a diversificação da alimentação e para a criação de pequenos animais que são as principais fontes de proteína animal das famílias do Assentamento Roseli Nunes.

As mulheres possuem pouco controle sobre a renda monetária, uma vez que a maior parte dela é obtida com a venda do leite e com o trabalho



assalariado, um quase monopólio masculino. Essa dependência financeira a que as mulheres estão submetidas confere-lhes certa subordinação e tem como implicação na vida diária a desvalorização dos trabalhos que realizam. Acredita-se que essa situação de subordinação e desvalorização pode ser alterada, em parte, se forem estimuladas ações voltadas para ampliar a capacidade das mulheres de produção de alimentos, aumentando o seu acesso a recursos, tecnologia e informações.

Para além desse aspecto de natureza técnica, é fundamental estimular a criação e o fortalecimento de espaços femininos específicos para que as mulheres tenham oportunidade de manifestar seus anseios, necessidades e dificuldades e, com isso, gradativamente, ganhar confiança, melhorar a auto-estima e conquistar o reconhecimento social do seu trabalho.

É preciso que as políticas voltadas para a garantia da segurança alimentar das famílias rurais considerem o papel estratégico das mulheres e criem meios para potencializar sua ação, apostando também em projetos de geração de renda; os programas e projetos devem apoiar o desenvolvimento de tecnologias e práticas agroecológicas que considerem as necessidades das mulheres e seus conhecimentos específicos, como manejo dos quintais e beneficiamento de alimentos. Nesse sentido, a FASE-MT vem apoiando grupos de mulheres com projetos produtivos buscando viabilizar produção e beneficiamento para consumo e comercialização de alimentos, com aproveitamento de produtos nativos do cerrado e da floresta e fabricação de artesanato. A conquista de um espaço de comercialização junto à ARPA - Associação Regional de Produtores Agroecológicos, também deverá ser trabalhada em 2005.

O apoio à constituição de grupos de mulheres tem sido outra aposta da FASE-MT, através dos quais tem sido possível a discussão da segurança alimentar das famílias, da saúde do assentamento, entre outros temas. Estes espaços têm funcionado como ambiente de debate de questões específicas das mulheres e de empoderamento destas para que possam alçar vôos mais altos, conquistando lugar nos espaços de decisão, tradicionalmente controlados pelos homens.

De modo conclusivo, as informações levantadas pelo diagnóstico deverão servir, e já têm servido, para referenciar o trabalho da FASE-MT junto ao seu público, de forma especial dando visibilidade e potencializando a ação das mulheres na garantia da segurança alimentar das famílias.

## Bibliografia

CHAMBERS, R. Diagnósticos rurales participativos: pasado, presente y futuro. **Bosques, Árboles y Comunidades Rurales**, v.3, n.15/16, p. 18-21. 1992

. Whose reality counts? putting the first. London: Intermediate Technology Publications, 1997. 297p.

.DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S. **Handbook of qualitative research.** London: SEGE, 1994. 643p.

FAO. Manual para el nível intermédio do Programa de Análisis Socioeconômico y de Gênero. Roma: FAO, 2002

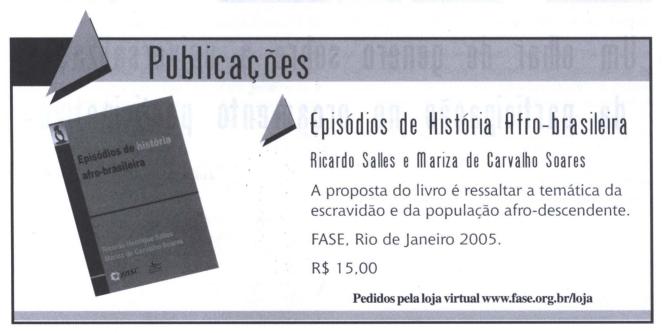
FASSAERT, C. Diagnósticos participativos com enfoque de género. **Agroforesteria en las Americas**, v.7, n. 25, p.33-38, 2000.

GUIJT, I. **Making difference:** integrating gender analysis into PRA training. London: IIED, 1994. (PLA Notes, Sustainable Agriculture Programme)

PRETTY, J. N. Regenerating agriculture: polices and practices for sustainability and self-reliance. Washington: Joseph Henry Press, 1995.

TODD, D. J. Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action. London: Maanen, 1983.

QUISUMBING et al. **La mujer:** la clave de la seguridad alimentaria. Washington: IFPRI, 1995.20p. (Informe sobre Política Alimentar)





# Um olhar de gênero sobre a universalização da participação no orçamento participativo

Luiza de Marillac Melo de Souza\*



10poola 11 100/ 101 DOZ/ 111 41

É possível fortalecer espaços como Orçamento Participativo afirmando e construindo distintas identidades sociais, reconhecendo nas suas agendas a diferença como elemento gerador de novas dinâmicas públicas? É possível associar o princípio de universalização da participação ao princípio de eqüidade e igualdade de gênero nas políticas públicas? A partir da Pesquisa-Levantamento realizada pela FASE Pernambuco¹, conforme veremos adiante, algumas dessas questões são pontuadas. A leitura que se segue anuncia a complexidade da análise da participação social a partir do olhar de Gênero. Ao mesmo tempo, chama a atenção para a necessidade de se instituir uma agenda de debates, focada na questão da equidade e da igualdade de gênero nas políticas públicas. Esse debate deverá ser enfrentado por dentro dos espaços de participação popular que primam pela radicalização da democracia.

Em primeiro lugar, a Pesquisa-Levantamento tratou de perguntar sobre a existência de dificuldades para participar da plenária ou assembléia do orçamento participativo. Entre os 396 entrevistados apenas 47 disseram que havia algum tipo de dificuldade de participar. De uma forma geral, os principais motivos que dificultam a participação nas plenárias do orçamento participativo são, para homens e mulheres, tanto os problemas de infra-estrutura básica (falta de pavimentação das ruas do bairro, ruas alagadas, lama etc.) quanto a falta de informações acerca das reuniões do Orçamento Participativo e as dificuldades de acesso e transporte às plenárias, por exemplo.

No entanto, para as mulheres, quando observados separadamente, os principais motivos estão relacionados às dificuldades em administrar as chamadas "questões domésticas", ou seja, os afazeres domésticos, os cuidados com netos, com filhos ou, ainda, a tarefa de servir o jantar, configurando um quadro de impedimento ou indisponibilidade de tempo hábil para as plenárias do OP. Um aspecto que nos chama a atenção é que as mulheres que menos participam das reuniões são aquelas entre 27 e 37 anos. A partir desse dado, podemos pensar que os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos podem estar efetivamente sendo um impedimento para a participação de um número significativo dessas mulheres, cuja faixa etária, geralmente, é favorável ao desenvolvimento de maior dinamismo comunitário. Apesar dessas constatações, a presença das mulheres no conjunto das plenárias do Orçamento Participativo não só é majoritária, como tem crescido a cada ano, revelando o quanto, as mulheres enfrentam adversidades, muitas vezes desconsideradas pelo instrumento OP (horário, distância, transporte, entre outros) e se fazem presentes na busca por seus direitos.

Entre os homens as dificuldades apontadas estão relacionadas aos limites dados pelo espaço público, a exemplo da falta de infra-estrutura do bairro que facilite suas presenças nas plenárias. Quanto aos motivos para participar, considerando o universo total de pesquisados, os mais importantes foram: saneamento básico, educação e saúde. É inegável que saneamento básico é a grande questão que

mobiliza e preocupa a população quando se pensa em melhorias para seu bairro, inclusive por ser um dos serviços mais precários da cidade.

Mas, entre homens e mulheres, os motivos se apresentam de forma diferenciada e estão relacionados a fatores conhecidos e, no entanto, ainda invisíveis nos espaços de participação popular.

Os principais motivos para participar das plenárias do Orcamento Participativo, em ordem de prioridade, entre as mulheres foram educação, saúde, saneamento e emprego. Para os homens, os motivos foram: saneamento, saúde, educação e emprego. Os diferentes olhares de gênero no espaço público se expressam já nas escolhas das prioridades. A Educação e a Saúde são tradicionalmente espacos do domínio da mulher. É principalmente a mulher quem está a par das deficiências nessas áreas de interesse nos seus bairros, pois geralmente é ela quem assume o papel de ir atrás da matrícula para seus filhos e, que, portanto, acompanha sua vida escolar. É ela, geralmente, quem cuida dos demais integrantes da família e, principalmente, dos filhos. Sendo assim, é a pessoa que mais freqüenta os serviços de saúde e que, portanto, desenvolveu mais legitimidade para falar das qualidades e das falhas desses servicos.

Homens e mulheres, apesar de compartilharem dos mesmos espaços de moradia, têm olhares diferenciados construídos pela suas particularidades, o que reforça que práticas e papéis diferenciados na família, na sociedade e nos espaços de participação conduzem à definição de prioridades diferenciadas nesses lugares.

Sobre as condições para participar das atividades do orcamento participativo, segundo distintos setores da sociedade, perguntamos aos participantes se, na sua opinião, homens, mulheres, negros, jovens, portadores de necessidade especial e homossexuais tinham as mesmas condições de participar das atividades desenvolvidas por esse referido espaço. O resultado foi o seguinte: 79% afirmaram que existe igualdade nas condições de participação e 20,75% afirmaram que homens, mulheres, negros, jovens, portadores de necessidades especiais e homossexuais não têm as mesmas condições de participação. Nos interessamos pelo percentual menor e buscamos problematizar essa questão, procurando saber os motivos que justificariam diferentes condições de participação nas plenárias do Orçamento Participativo. Entre os motivos alegados, destacam-se: dificuldades de acesso físico pelos portadores e idosos, o preconceito e discriminação em relação aos grupos sociais listados, os problemas com transporte e a responsabilidades das mulheres para com o lar.



Pesquisa-Levantamento realizada pela FASE Pernambuco nas Plenárias do Orçamento Participativo do Recife, na RPA 4 (Região Político-Administrativa), com 396 pessoas diretamente entrevistadas.

Entre os que afirmaram não existir igualdade de participação nas plenárias a maioria é do sexo feminino. Mas, o que prevaleceu foi a constatação de que existe sim igualdade de condições para diferentes grupos ou segmentos sociais participarem das plenárias. Por outro lado, a grande maioria dos entrevistados afirmou haver necessidade de plenárias específicas, muito embora não tenha sabido justificar o motivo. Este dado indica que os/as participantes têm dificuldades em definir e reconhecer as necessidades específicas dos diferentes grupos e que ainda faltam esclarecimentos sobre essas necessidades. Aqui, o tratamento adequado às diferenças (sob formas de plenárias específicas para diferentes segmentos sociais) parece se apresentar como uma "agenda de privilégios" quando o cenário das condições de uso e direito à cidade é cruel para todas as pessoas.

Entre as mulheres não foi feita qualquer menção ou simplesmente não se respondeu às questões relativas às situações de desigualdade ou discriminação. A discriminação citada, porém com percentual insignificante, foi para o caso dos portadores de necessidades especiais, da homossexualidade ou dos idosos. A questão racial também não foi abordada, de modo que para homens e mulheres não existem motivos para que sejam adotadas plenárias específicas para setores ou grupo sociais distintos, na nossa compreensão, historicamente tratados de forma desigual e discriminatória. De fato, estamos diante de setores ou grupos sociais invisíveis enquanto sujeitos portadores de direitos especiais que, em muitos casos, tiveram tais direitos reconhecidos em lei, sem que sejam reconhecidos nos espaços de participação.

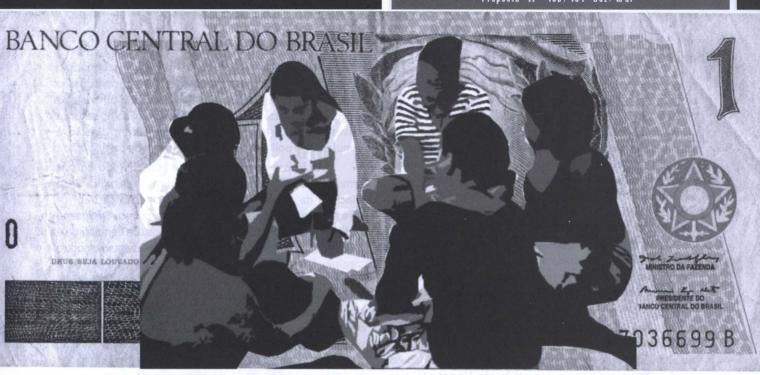
O que nos fica como hipótese é que existe um paradoxo central que gera entraves para que as questões de gênero e raça sejam efetivamente incorporadas: como tratar as diferenças de forma particularizada, ao mesmo tempo em que está sendo dito que o Orcamento Participativo é um espaço onde todos têm direitos iguais? Para nós, por ser uma questão ampla e que extrapola os limites das plenárias de OP, deve receber um tratamento especial por apresentar uma contradição de crenças. Em geral se faz uma confusão entre igualdade de direitos e negação das diferenças. Respeitar as diferencas e dar visibilidade a elas é visto como uma forma de discriminação porque, na verdade, as consequências nefastas desta aparente "igualdade" não são percebidas quando reina o princípio genérico da universalização da participação. Seu contraponto é a radicalização do princípio da equidade e da igualdade de gênero nas políticas públicas, ainda tímido, quando não silenciado, pela necessidade do amplo consenso nas esferas de participação direta.

Os dados revelam que as mulheres participam ativamente das plenárias, enfrentando toda sorte de adversidade a essa participação, incluindo-se aí as mulheres mais jovens. Esta informação é importante quando se pensa em planejamento das ações, pois a juventude deve ser visto a partir de seu potencial de liderança e renovação das práticas sociais. À participação das mulheres deve ser dada a devida

atenção, pois muitas vezes são identificados fenômenos aparentemente antagônicos relacionados à faixa etária, a exemplo das situações em que ora elas participam mais, ora participam menos ou simplesmente não participam. Entender as razões dessa oscilação é essencial para desmistificar as supostas condições de igualdade de participação de homens e mulheres nesses espaços. Conforme já foi analisado, apesar de a grande maioria dizer que não existe diferença nas condições de participação, uma leitura mais apurada dos dados revela que esta informação desconsidera elementos do cotidiano das mulheres que passam desapercebidos quando, na verdade, são eles que revelam as diferenças de papéis de homens e mulheres desde a família que, levados à esfera pública, revelam o quanto é desigual para as mulheres conduzirem com naturalidade o exercício de seus direitos.







na agenda dos movimentos sociais? Como mulheres e homens participam de suas organizações? Como é vivido o exercício de poder no interior de sua organização? Qual é a forma, jeito ou modo como mulheres e homens organizam a democracia interna de sua entidade? Homens e mulheres têm oportunidades iguais de participação na sua entidade?

Isto, portanto, significa adotar uma agenda de debate sobre as relações de gênero, como forma de entender a dinâmica das relações hierárquicas e desiguais no interior das organizações; como forma de reconhecer e considerar as diferenças existentes no cotidiano e nos papéis de mulheres e homens, visando sua superação; como forma de reconhecer e considerar as diferenças e desigualdades existentes entre nós para enfrentarmos, em condições mais saudáveis, uma luta comum na sociedade, conforme costuma ser o argumento dos universalistas e, portanto, como forma de construir relações democráticas e partilhar poder a partir de nossas próprias entidades mesmo antes da utopia óbvia da "partilha" nos espaços declarados como sendo de encontro entre sociedade civil e governo, ambos igualmente genéricos para a realização viva do direito.

Uma análise qualquer acerca da participação popular nas esferas públicas, quando enfocada a partir da abordagem de gênero (conforme essa pontualmente feita a partir dos dados do Levantamento apresentado acima), tem revelado uma situação inquietante em termos daquilo que caracteriza a pirâmide da representação popular: as mulheres são maioria no processo de mobilização e animação da base social participante, mas ainda não conseguem reproduzir esse dado no topo da pirâmide. Estamos diante de uma primeira impressão apenas, pois, é sabido o aumento e a substantiva qualidade de participação conquistada cada vez mais pela presença das mulheres nos mais variados espaços da economia, da política, da cultura e assim por diante. No entanto, o quadro

é ainda difícil quando se trata do exercício de poder na participação social no chamado *espaço público* de diálogo e representação popular.

No espaço privado, simplificadamente caracterizado pelo lar, já são conhecidas as tendências, os dilemas e os desafios postos para a luta das mulheres: cuidar do domicílio, fenômeno que tem aumentado a condição de chefe de domicílio por parte de mulheres sem cônjuge, empobrecidas e em idade cada vez mais jovem, em praticamente todas as regiões do país, notadamente em áreas urbanas, cujas condições dos serviços essenciais de infra-estrutura básica, de mobilidade urbana e habitabilidade são altamente precários.

Ademais, essas mulheres chefes de famílias e de domicílios estão desafiadas a conduzir um tipo bem heterogêneo de família e de domicílio, dado o caráter plural a que foi se configurando tanto um quanto o outro arranjo (Família e Domicílio) nas últimas décadas. Encarar a condução desses arranjos é conviver com e enfrentar mudanças de mentalidade e de cultura bastante adversas daquelas que conhecemos a partir da catequese moral-religiosa do passado e de hoje. O quadro se agrava também noutro campo: essas mulheres, sem cônjuge por definição e com filhos em idade escolar, enfrentam condições cada vez mais frágeis de manutenção econômica de seus domicílios.

Nada disso parece ser uma novidade. No entanto, essa situação se mantém e se agrava, constituindo-se num fenômeno que se reproduz com muita intensidade entre as maiorias mais pobres e mais desiguais, em se tratando de acesso a serviços e políticas públicas consideradas universais. Revela, por outro lado, a insistência na dramática convivência entre pobreza e práticas discriminatórias de gênero, essas últimas também originárias da ausência de políticas públicas claramente antidiscriminatórias para as mulheres pobres, chefes de domicílios e famílias suburbanas.

A relação de poder nos espaços de participação, entendida desde a representação política das organizações às práticas vivenciadas no cotidiano dessas esferas públicas, tem sido substantivamente masculina. A inserção ativa das mulheres na vida pública tem se apresentado enquanto busca de reconfiguração dessas práticas de cidadania baseada no princípio da igualdade de oportunidades. Na origem, seja no espaco do trabalho profissional ou nos espacos públicos de participação, sabemos que as condições igualitárias de oportunidades não estão estabelecidas para as mulheres, o que fere direitos básicos conquistados por elas. De outro modo, além da dupla e tripla jornada de trabalho, as mulheres enfrentam no cotidiano os desafios postos pelo discurso ambíguo de universalização da participação, o que pode tornar desequilibrado o lugar da luta antidiscriminatória em relação a segmentos sociais tratados desigualmente pelas políticas de Estado.

As experiências recentes de instalação de instrumentos participativos, a exemplo do Orçamento Participativo (OP), são altamente valiosas e abrigam com muita naturalidade o princípio da *universalização da participação*. No entanto, elas partem do pressuposto que diferentes segmentos e grupos sociais (negros, mulheres, portadores de necessidades especiais, entre outros) dispõem das mesmas condições universais de participação e, portanto, de barganha. Neste sentido, sugerem que a partir de interesses setoriais (educação, saúde, saneamento, pavimentação e drenagem, habitação, etc), *cidadãos* indistintos se mobilizem para emplacarem suas demandas no Orçamento Participativo.

Em que pese o fato de, paulatinamente, algumas experiências de Orçamento Participativo estarem adotando em seus formatos plenárias específicas para mulheres, negros, jovens etc., isso não significa a admissão de uma diretriz clara em termos do princípio da eqüidade e igualdade nas políticas públicas. Isso reforça o fato de que o princípio da universalização da participação é por demais insuficiente para que cidades mais

justas e democráticas sejam viabilizadas, já que tal princípio aliena o debate acerca das condições desiguais de participação entre homens e mulheres, assim como condena diferentes e desiguais segmentos sociais a se conformarem, como se todos estivessem começando do zero a corrida em direção à formulação de políticas públicas nos espaços de participação.

Achamos que não se pode começar do zero a formulação e a disputa de políticas públicas, nem radicalizar o princípio da universalização da participação se não for enfrentada a seguinte questão: qual é o lugar do reconhecimento da diferenca como condição de radicalização da democracia e de construção de políticas públicas claramente assentadas noutro princípio, isto é, o da equidade e igualdade de gênero? Não é no Orcamento Participativo que está contemplada tal estratégia clara em relação a segmentos sociais diferentes e desiguais, mas, sim, uma estratégia para a população genérica e baseada na idéia de universalização da participação. Também não está claro que tal estratégia sairá dos conselhos municipais, posto que não há indicadores suficientes de que esses sejam portadores de uma agenda baseada na afirmação da diferença, no reconhecimento das desigualdades históricas e na opção clara pelo princípio da equidade e da igualdade na promoção de políticas públicas, excetuando-se aqueles Conselhos que já nascem com esse propósito, como é o caso dos Conselhos da Mulher, por exemplo.

Além de reconhecidamente polêmica, essa questão é ousada, assim como a história da luta antidiscriminatória. É ousada tanto quanto, por exemplo, a luta de mulheres chefes de família e de domicílios que, para manterem a casa e os filhos, após longa jornada de trabalho, assumem a tarefa cívica da mobilização pela participação ativa (em quantidade e qualidade) nos espaços de participação, mas, tendo que disputar com outros tantos segmentos que estão na fila de espera, os recursos para investimentos públicos cada vez mais escassos e proferidos universais.



## Publicações

Conheça a Revista Filantropia.

Veículo direcionado àqueles que militam no Terceiro Setor com o objetivo de estreitar a relação entre doadores, governo, entidades e pessoas carentes.

Central de Assinantes

Tel.: (11) 3124 3005 / Fax.: (11) 3151 4500

www.revistafilantropia.com.br

assinaturas@revistafilantropia.com.br



# As mulheres no processo de reconstrução da agricultura em Abaetetuba - Pará

Patrícia de Lucena Mourão\*
Gutemberg Diniz Guerra\*\*



<sup>\*</sup>Engª Agrônoma. Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará; Técnica em educação não formal da FASE Amazônia Programa Pará.

<sup>\*\*</sup> Eng<sup>o</sup> Agrônomo. Doutor em Sócio-economia pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales-ehess, Paris, França; Professor do Centro Agropecuário do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar da Universidade Federal do Pará (CAP/NEAF/UFPA).

A evolução histórica do movimento feminista ocorreu nos espaços de discussão teórica e das conquistas políticas, em questões como a sexualidade, saúde, violência sexual e doméstica. Contudo, somente na década de 1970 as questões do feminismo e meio ambiente convergem, no bojo das discussões sobre desenvolvimento, contribuindo para a projeção da importância da mulher nos programas de desenvolvimento, associando a este processo o papel das mulheres e as formas de aproveitamento dos recursos naturais desenvolvidos por elas (SIMONIAN, 2001). Assim, estudos têm apontado os efeitos negativos do desenvolvimento sobre as mulheres, assim como suas experiências em torno do uso dos recursos naturais em várias partes do mundo.

Destacam-se aqui as experiências desenvolvidas por mulheres indígenas, extrativistas, pescadoras e agricultoras na Amazônia brasileira, apresentadas por Simonian (2001), que demonstram a estreita relação das mulheres com os recursos naturais, através da caça, da pesca, da coleta de frutos nativos, de sementes, na manutenção da biodiversidade e dos recursos genéticos locais, na defesa da floresta, na luta pela terra e por melhores preços para os produtos extrativistas e agrícolas.

As conexões entre os movimentos feminista e ambientalista deram origem ao ecofeminismo. A necessidade de diálogo entre essas correntes, segundo Puleo (2002), decorre do questionamento sobre o papel da mulher na futura sociedade do desenvolvimento sustentável, considerando que elas são fortemente afetadas pelo modelo de desenvolvimento capitalista. O termo ecofeminismo foi adotado pela primeira vez por Françoise d'Eaubonne, em 1974, para representar o potencial das mulheres de iniciar uma revolução ecológica que levasse a novas relações de gênero entre mulheres e homens e uma relação distinta entre seres humanos e a natureza (JUNCADELLA, 2002). A evolução conceitual desse termo deu origem a três tendências distintas do ecofeminismo: o radical, o liberal e o socialista, mantendo suas análises e estratégias de atuação de acordo com a posição feminista das quais procedem.

Essas correntes expressam conexões conceituais simbólicas entre a natureza e as mulheres, o que tem servido para justificar a exploração de ambas pela ordem patriarcal. Em todas as culturas, simbolicamente, as mulheres têm sido associadas à natureza e os homens à cultura, e isso serviria para legitimar a opressão das mulheres pelos homens. Segundo Juncadella (2002), essas correntes apresentam dificuldades para explicar a realidade, por considerar as mulheres como uma categoria única, sem distinção de classes, castas, raças, religiões, etnias, idades; por analisar ideologicamente, e não na prática, a dominação da natureza e das mulheres pelo patriarcado e por subestimar os efeitos reais dessa dominação na vida das mulheres.

Dentro do debate ecofeminista, especialmente na Índia, está se construindo uma nova corrente, o feminismo ecologista. Esta entende que a relação da mulher com o meio ambiente adquire formas distintas de acordo com a classe social, raça e

etnia à qual pertencem e estes fatores, por sua vez, determinam a relação que as mulheres terão com a organização da produção, a reprodução e a distribuição (JUNCADELLA, 2002). Nessa corrente, os desafios do feminismo estão em transformar as relações de gênero, a divisão sexual do trabalho e a divisão desigual dos recursos entre mulheres e homens, enquanto os desafios do ecologismo são transformar as relações entre as pessoas e a natureza e os processos de apropriação dos recursos por uma minoria, de forma a permitir que a maioria possa se apropriar e utilizar esses recursos.

Se os movimentos feministas e ambientalistas ainda percorrem seus cursos com divergências, a integração dos conceitos de gênero e agroecologia parece ser maior. Agroecologia, compreendida como uma ciência cujos conceitos e princípios ecológicos são aplicados no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis (GLIESSMAN, 2000) e gênero, entendido como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos (SCOTT, 1995 apud CAMURÇA, 2001), são correntes que apontam para melhores condições de vida do homem e da mulher em harmonia com o meio ambiente, ao buscar o equilíbrio ambiental e a equidade social. O trabalho integrado dessas duas correntes constitui um bom aliado para a sustentabilidade.

A crescente preocupação em alcançar o desenvolvimento humano e sustentável nas sociedades modernas permite destacar a necessidade e importância da proposta da agroecologia e o contexto técnico, ecológico, econômico e sociocultural do seu desenvolvimento (CHAMOCHUMBI, 2002). Contudo, a integração da abordagem de gênero nas propostas agroecológicas ainda constitui-se um desafio, seja pela falta de conhecimento e comprometimento de técnicos com o tema, seja pela falta de uma visão crítica da posição das mulheres na família, no sistema produtivo e na sociedade.

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre a participação das mulheres no processo de reconstrução da agricultura no município de Abaetetuba, estado do Pará, a partir da experiência do Centro de Tecnologias Alternativas Tipiti, na implantação dos princípios e práticas da agroecologia, visando a sustentabilidade da agricultura e dos recursos naturais.

### As formas de uso dos recursos naturais

É no centro da unidade produtiva que a família utiliza sua autonomia para estabelecer as suas estratégias de intervenção e os processos de trabalho, organizando o espaço e combinando variadas espécies vegetais e animais, de forma a garantir seus critérios de produção e reprodução. Os agroecossistemas, tradicionalmente desenvolvidos pela agricultura familiar da região de terra firme em Abaetetuba, ocupam pequenas áreas e estão baseados na produção de culturas agrícolas de ciclo curto como arroz (*Oriza sativa L.*), milho (*Zea mays L.*), feijão (*Phaseolus vulgaris L.*) e mandioca

(Manihot esculenta Crantz), nos quintais (frutas), nas pequenas criações (aves e porcos) e no extrativismo de espécies vegetais, especialmente o açaí (Euterpe oleracea Mart.).

As rocas são destinadas ao cultivo das culturas alimentares. Em geral, são áreas pequenas, com tamanho médio de duas tarefas. As famílias fazem suas rocas duas vezes por ano (a roca de inverno, que é plantada em janeiro e a roca de verão, que é plantada em maio). A roça de inverno geralmente é menor e mais diversificada. A roca de verão é um pouco maior e nela é plantada apenas a mandioca utilizada na produção de farinha. A produção manual de farinha é uma atividade realizada por todas as famílias entrevistadas. A farinha é feita em casas de farinha rústicas, equipadas com forno de chapa de ferro, raladores manuais e tipitis1.

Os quintais são importantes áreas de produção para as famílias e apresentam uma grande diversidade de espécies frutíferas, medicinais e ornamentais. Além da disponibilidade de frutas diferentes e saudáveis o ano todo, são uma considerável fonte de renda. Estas áreas também são destinadas à criação de pequenos animais, principalmente aves, o que garante parte da proteína necessária na dieta alimentar da família. A quantidade de animais pode variar de 10 a 50 unidades por família.

O plantio das culturas permanentes fora do espaco dos quintais era pouco comum entre os agricultores familiares. Foi na década de 1990, com o acesso destes agricultores ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que se introduziu de forma sistemática estes plantios, especialmente coco, cupuaçu e pimenta-do-reino. Entre as famílias entrevistadas, 58% possuem projetos financiados, com tamanhos variando entre meio e um hectare. Apesar de, nos primeiros dois anos de implantação do projeto, plantar-se consorciado com mandioca e banana (Musa paradisiaca L.). estes acabaram tornando-se áreas de monoculturas, uma vez que não era permitido pela assistência técnica, e nem pelo banco, o plantio de outras culturas nas áreas dos projetos<sup>2</sup>, embora já existissem algumas recomendações da EMBRAPA para o uso de tutor vivo para pimenta-do-reino, consórcios para sombreamento em cupuacu e de coqueiros com pastagens.

A partir de 1997, inicia-se outra mudança nos agroecossistemas com a introdução de consórcios de culturas permanentes, sistemas agroflorestais e adubação orgânica com leguminosas. Isto passou a ocorrer com a participação dos agricultores nos cursos do Centro Tipiti. Inicialmente, foram implantados em pequenas áreas (400m²) denominadas módulos experimentais. Três agricultores entrevistados



implantaram os módulos nas áreas dos projetos<sup>3</sup> e os demais, em áreas de roça e capoeiras antigas. A maior parte dos agricultores manteve ou ampliou as áreas dos módulos. Apenas três tiveram os módulos eliminados pela falta de sementes e pelo fogo.

As atividades extrativistas são realizadas nas áreas de capoeiras antigas. As atividades de maior importância para as famílias são a coleta de açaí, o corte de madeira que é utilizada na produção de lenha e carvão, a retirada de folhas de árvores, como a sacaca (*Cróton cajucara Benth.*), e cascas de andiroba (*Carapa guianensis Aublet*) utilizadas na preparação de remédios caseiros. Em geral, esses produtos são utilizados no consumo das famílias mas, no caso do açaí, é uma importante fonte de renda. A caça de animais silvestres não é uma atividade significante para as famílias entrevistadas, em função da redução do número desses animais na região. Embora algumas famílias pratiquem esta atividade, como verificou Mourão (2001), apreendem, principalmente, paca (*Agouti paca L.*), cutia (*Dasyprocta aguti Rodentia*), tatu (*Dasyprocta aguti Rodentia*), tatu (*Dasypus novemcinctus L.*)



Tipiti é um instrumento feito com talas de inajá (*Maximiliana inaja*) que serve como prensa para secar a massa da mandioca.



Sobre isso ver TURA e COSTA, Campesinato e Estado na Amazônia: Impactos do FNO no Pará (2000).



O plantio de outras culturas nas áreas dos projetos começou a ser feito por alguns agricultores após o recebimento de todas as parcelas do financiamento.

e mucura (*Didelphis marsupialis L.*). A carne desses animais é utilizada somente para o consumo da família e é, muitas vezes, dividida com as famílias vizinhas.

Outra importância das capoeiras para as famílias é que elas são utilizadas para a implantação das áreas de cultivos agrícolas. Anualmente, as famílias convertem pouco mais de 4 hectares de capoeiras em áreas de cultivo. O tempo de pousio destas varia de 5 a 6 anos. Esse tempo de regeneração das capoeiras vem se reduzindo em função do aumento do número de famílias e das áreas de cultivo.

### Os sistemas de conhecimentos tècnicos

A interação entre ser humano e natureza se desencadeou na construção e acúmulo de diversos saberes utilizados na construção dos agroecossistemas. Segundo Harwood (1979), utilizando a autoconfiança criativa, o conhecimento empírico e os recursos locais disponíveis, os agricultores e agricultoras desenvolveram sistemas agrícolas sustentáveis em que o saber local e métodos foram originados de experiências individuais ou coletivas. A utilização desses conhecimentos sobre os agroecossistemas e recursos naturais é de grande interesse da agroecologia, pois constituem um sistema de conhecimento que compreende aspectos lingüísticos, botânicos, zoológicos, artesanais e agrícolas (NAVARRO, 1994).

A concretização das estratégias da família sobre a definição/organização dos agroecossistemas e os processos de trabalho está condicionada não apenas ao capital e recursos disponíveis, mas também às formas de poder e de conhecimento sobre a natureza. Estes, por sua vez, estão impregnados de elementos simbólicos definidores de posições hierárquicas e de subordinação presentes na unidade familiar. Através dos modelos de saber, as pessoas podem agir sobre a natureza tornando-a socializada. Constituído como código lingüístico, o saber é reproduzido pela família através da transmissão e do aprendizado, utilizando-se do método pedagógico de saberfazer (WOORTMAN e WOORTMAN, 1997). Sendo, ao mesmo tempo, técnico e simbólico, o saber cria o trabalhador, constrói os papéis e define as relacões sociais. É pelo saber técnico que a família se faz e o controle sobre esse saber faz a hierarquia do grupo doméstico. Na hierarquia da unidade produtiva, o pai governa a família porque governa a produção; governa o processo de trabalho porque domina o saber (WOORTMAN e WOORTMAN, 1997). O saber técnico, portanto, é fundamental para a reprodução da estrutura social, o seu domínio significa detenção de poder, e consequentemente, as formas que determinam as relações sociais de gênero.

O saber das mulheres não está concentrado apenas no espaço doméstico e no quintal. Wolff (1999) demonstra isso ao referir-se a uma pesquisa realizada na Reserva Extrativista Cachoeira, Acre. Apresenta uma lista de mais de 150 espécies

vegetais sendo utilizadas por mulheres seringueiras. Entre os usos dessas espécies ressalta-se a alimentação, bebidas, temperos, remédios, alimentos de animais, lenha e material de construção, além de usos diversos como cestarias, cosméticos e utensílios domésticos. Em Abaetetuba, as mulheres detêm o conhecimento do processo de produção na roça, desde as técnicas de preparo da área, calendário agrícola até as formas de controle natural de insetos.

Em muitos casos, as mulheres não realizam as atividades de preparo de área, reforçando o que afirmam Woortman e Woortman (1997), que as mulheres podem governar o processo de trabalho, mas o primeiro enfrentamento com a natureza (neste caso, as atividades de derrubada da mata) não é realizado por elas. Num outro sentido, pode-se observar entre as mulheres a apropriação de um sistema de conhecimentos técnicos, num espaço produtivo teoricamente de domínio masculino. Por exemplo, o uso do tucupi no controle de insetos. Tais conhecimentos, oriundos das populações tradicionais, são repassados de geração para geração e valorizados pelos seguidores da agroecologia. No entanto, o domínio das mulheres sobre estes conhecimentos não implica em alterações nas relações de gênero.

Nos casos apresentados, a introdução de plantios permanentes nos sistemas de produção induziu os homens a dedicarem a maior parte do seu trabalho à manutenção dessas áreas. A roça passou a ser uma atividade secundarizada assumida pelas mulheres, e os plantios permanentes tornaram-se as principais atividades produtivas da família, em que as mulheres têm pouco conhecimento técnico. Nessas áreas, o contato com a assistência técnica ocorreu com major intensidade no convívio masculino, forcando a uma divisão do trabalho e a concentração dos novos conhecimentos técnicos pelos homens. A totalidade das mulheres entrevistadas afirmou não ter acesso à assistência técnica, mesmo quando os técnicos fazem as vistorias nas áreas dos projetos. Nesse aspecto, se fortalece a crítica à formação técnica de profissionais que atuam no meio rural, vazia de conhecimentos antropológicos e pedagógicos e de uma perspectiva das relações de gênero. O agricultor continua sendo abordado como indivíduo descolado de uma realidade familiar e de seu grupo social. Este é, talvez, um dos maiores desafios das novas modalidades de assistência técnica.

O acesso a novos conhecimentos técnicos pelas mulheres, seja pela participação em cursos e treinamentos no Centro Tipiti, seja pelo acesso à assistência técnica, é bastante limitado. Apenas 17% das mulheres entrevistadas participaram de cursos técnicos em agropecuária (voltados para produção de hortaliças). Não integradas ao processo de construção de novos conhecimentos técnicos, as mulheres deixam de ser reconhecidas como sujeitos importantes na reconstrução de agroecossistemas sustentáveis.

O Centro Tipiti, nas suas ações de capacitação e experimentação, tem contribuído para a aplicação dos princípios agroecológicos, mas tem alcançado um número



reduzido de mulheres. Estas representaram apenas 20% do público envolvido nestes processos. O processo de replicabilidade das práticas desenvolvidas nos módulos em outras áreas de trabalho tem avançado, ainda que com algumas limitações, uma vez que nem todos os agricultores ampliaram suas áreas experimentais. Por outro lado, as ações do Centro têm contribuído para instrumentalizar aqueles agricultores que pensavam em promover mudanças em seus sistemas de produção e não tinham conhecimento de novas técnicas.

### A divisão do trabalho familiar

Resultantes dos saberes acumulados, os processos de trabalho agrícola, estabelecidos e reproduzidos pela família, também possuem uma dimensão simbólica. Assim, não apenas delimitam espacos agrícolas, mas também definem espaços sociais e de gênero (WOORTMAN E WOORTMAN, 1997). Esse caráter simbólico determina uma hierarquia familiar que se expressa na delimitação dos espaços, nas atividades desenvolvidas, nas responsabilidades assumidas e no acesso aos meios de produção e consumo. A divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (e tudo que se associa ao mercado) e as mulheres pelo trabalho reprodutivo (trabalhos doméstico e ligados à reprodução da família) e comunitário (NOBRE et al., 1998). Assim, considera-se que o homem é o controlador e responsável pelos espacos produtivos externos à casa, enquanto às mulheres cabem os espaços da casa e do quintal e a responsabilidade pelas atividades reprodutivas da família.

Contudo, o trabalho feminino não se dá somente no âmbito do espaço doméstico e quintal. Estudos sobre o papel das mulheres na agricultura familiar na Amazônia têm demonstrado sua participação nas atividades produtivas em espaços ditos masculinos. Simonian (2001) destaca a participação das mulheres na proteção dos criatórios de peixes, na plantação de açaí e na coleta e beneficiamento de castanhada-pará e coco de babaçu, entre outras atividades. Pesquisa realizada por Mourão (2001) em Abaetetuba, Pará, também demonstra a participação das mulheres e crianças em diversas atividades agrícolas, extrativistas e de beneficiamento.

Entre as 12 famílias entrevistadas, foram listadas 35 atividades realizadas durante o ano. Destas, as mulheres realizam 84%, os homens 62%, as meninas 49% e os meninos 38%. Os espaços que concentram a maior parte das atividades são a roça e a casa, onde as mulheres realizam 92% e 100% das atividades respectivamente, enquanto os homens 58% e 11%. A pesquisa das mulheres da floresta apresenta resultados semelhantes, apontando que elas dedicam 50% do seu tempo às atividades da roça e 40% às atividades da casa. Nas áreas dos consórcios, SAFs (Sistemas Agroflorestais) e projetos do FNO, onde são cultivados os plantios permanentes, as mulheres participam de menos atividades que os homens. Também nessas áreas, a participação das meninas e dos meninos é ainda mais reduzida.

Participando de atividades agrícolas e extrativas, as mulheres acabam desenvolvendo uma dupla jornada de trabalho. Em geral, um dia de trabalho das mulheres ultrapassa 13 horas. Mesmo assim, de maneira geral, impera a invisibilidade e a não valorização do trabalho realizado que, para os homens, é considerado apenas como ajuda. A

desvalorização do trabalho feminino e das crianças também é evidenciada por Silva (1997) em seu estudo sobre as mulheres bóias-fria na região dos cafezais de São Paulo. As próprias categorias de análise censitárias que situam as mulheres e crianças como "membro não remunerado da família" (PACHECO, 2002a), ou consideram o trabalho feminino como "trabalho doméstico", expressam a não visibilidade do trabalho feminino e mascaram o significado da inserção produtiva das mulheres.

## A reconstrução da agricultura

A agricultura familiar em Abaetetuba mantém muitas características da agricultura tradicional, preservando práticas de manejo e uso dos recursos naturais. Tem sido influenciada pelas demandas do mercado e pelo servico de assistência técnica local a adotar práticas modernas da Revolução Verde, o que vem contribuindo para a redução das características ecológicas dos sistemas. A participação de produtores/as nos cursos promovidos pelo Centro Tipiti e a introdução dos módulos experimentais vêm contribuindo para recuperar algumas dessas características. Entre as práticas agroecológicas adotadas estão:

- A manutenção da biodiversidade vegetal. A agricultura familiar cultiva uma ampla diversidade de plantas. Verificou-se que, entre as 12 famílias entrevistadas, são cultivadas 72 espécies vegetais diferentes e de múltiplas funções, considerando os espaços da roça, quintal, SAFs, consórcios e módulos. A maior diversidade está na área dos quintais, onde 26% de espécies são cultivadas, seguida das áreas dos SAFs, com 23% e dos módulos, com 22%. As áreas com menor diversidade são as dos projetos, com 7% das espécies cultivadas e a roça, com 10%.
- Preparo de área sem uso do fogo. O uso do fogo no preparo da área é uma prática tradicional, amplamente utilizada na agricultura familiar da região, o que vem provocando problemas como

redução da fertilidade e da fauna microbiológica do solo. Algumas práticas alternativas ao uso do fogo vêm sendo desenvolvidas na região amazônica. O Centro Tipiti vem trabalhando com a trituração da vegetação de forma manual. Esta é repicada em pequenos pedaços, mais ou menos uniformes, e espalhada na área como uma espécie de cobertura. O plantio é feito em seguida sobre essa cobertura, com abertura de covas para plantios de mudas ou pequenos espacos para as sementes.

- Plantio de culturas permanentes em consórcios e sistemas agroflorestais (SAFs). O plantio de culturas permanentes em forma de consórcios foi uma das primeiras práticas propagadas pelo Centro Tipiti, incentivada de forma mais ampla na segunda metade da década de 1990 como resposta a problemas identificados nos projetos do FNO. Os consórcios estabelecidos pelas famílias constituemse de plantios de espécies vegetais, com predominância das frutíferas, numa mesma área. Podem ser iniciados a partir da roca ou em áreas já plantadas com culturas permanentes, financiadas ou não. A composição varia entre as famílias mas, em geral, leva em conta a proposta do Centro Tipiti, que incentiva a utilização de espécies locais, o resgate de espécies nativas em processo de extinção e a disponibilidade de mudas e sementes. Um quarto das famílias entrevistadas tinham áreas com plantios consorciados em seus sistemas. Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) estão baseados no princípio da regeneração natural das espécies desenvolvidas pelo agricultor/ pesquisador Ernest Göest. Assim como os consórcios, os SAFs podem ser iniciados a partir da roca, de áreas já plantadas ou em áreas de capoeira. Entre as famílias entrevistadas, 58% tinham SAFs implantados em seus sistemas.
- Recuperação da fertilidade do solo com plantio de leguminosas (adubação verde). O uso de leguminosas para produzir biomassa e aumentar a quantidade de matéria orgânica no solo foi uma prática bastante incentivada pelo Centro Tipiti, especialmente nas áreas com processo acelerado de degradação

do solo. Foram plantadas leguminosas arbóreas, como ingá e arbustivas como feijão-guandu (Cajanus cajan (L.) Millsp.), crotalária (Crotalaria brasiliensis Windler & Skinner) e feijão de porco (Canavalia brasiliensis Benth.), em áreas de culturas permanentes já instaladas. Três famílias implantaram módulos de adubação verde. Nenhuma deu andamento aos experimentos. Duas deixaram de plantar por falta de sementes e uma porque plantou na área do projeto e o técnico mandou tirar. A imposição da assistência técnica e do agente financiador tem sido fator limitante para o aumento da diversidade vegetal em áreas de projetos financiados, assim como para a introdução de práticas de manejo orgânico.

## As mulheres e a introdução de novas práticas agroecológicas

A introdução das práticas agroecológicas foi iniciada a partir de pequenos módulos experimentais. implantados nos sistemas de produção nos processos de capacitação promovidos pelo Centro Tipiti. Observou-se que a tomada de decisão para a implantação dos módulos não foi compartilhada com as mulheres. A definição do local e das espécies a serem plantadas é feita pelos agricultores e os técnicos do Centro Tipiti. que os treinaram e assessoram na implantação dos módulos. Essas áreas podem ser definidas como espacos onde a decisão e o controle são predominantemente masculinos, contrapondo-se as áreas da roça, onde as mulheres e os homens compartilham as decisões e o controle sobre a produção.

Pode-se observar que a falta de informação técnica é um elemento chave para essa resistência inicial das mulheres à implantação de novas práticas, uma vez que são os homens que participam dos treinamentos realizados pelo Centro Tipiti. Essa resistência vai se desfazendo à medida que as mulheres vão acompanhando o desenvolvimento dos plantios, se apropriando do conhecimento necessário para o manejo e verificando



os resultados da produção no ato da colheita. Na prática, ambos se apropriam do conhecimento produzido pela experimentação, mantidas as diferencas comuns ao campo da lavoura.

Homens e mulheres têm a compreensão de que a diversificação é uma alternativa para aproveitar melhor o trabalho investido no preparo das áreas, ampliando seu tempo de produção e melhorando a renda familiar. Para as mulheres, a produção de frutas representa uma forma de ampliar o suprimento de alimentos de forma a garantir as necessidades da família, uma possibilidade de beneficiar os amigos e de ter um rendimento em diferentes períodos do ano.

O plantio de espécies madeireiras nos SAFs é um fator que marca a percepção de mulheres e homens, que passam a ver nessas áreas a possibilidade de recompor a vegetação natural local e a constituição de uma reserva florestal no sistema de produção. O sentimento de preservação dessas áreas é comum entre as mulheres e homens; pode-se perceber um conceito novo em que a vegetação secundária, considerada invasora, é tratada com carinho. Apesar de não dominarem o conhecimento técnico necessário para o manejo adequado das áreas de sistemas agroflorestais e consórcios, as mulheres reconhecem a importância dessas práticas pelos resultados obtidos nos experimentos que acompanharam.

Reconhecer que as mulheres desempenham um importante papel na reprodução da família e estão amplamente inseridas nos processos de produção, de transformação e comercialização, ainda que não tenham as mesmas condições de acesso aos meios de produção e às políticas públicas de crédito e assistência técnica que são dadas aos homens, é o primeiro passo para a sustentabilidade da agricultura. Avançar na integração das perspectivas de gênero e agroecologia é um caminho necessário a ser percorrido, pois:

- reconhecendo o enfoque de gênero como uma variável social, que contribui para o melhor conhecimento dos sistemas agrários locais, é possível desenhar instrumentos metodológicos, estratégias e indicadores para promover mudanças;
- reconhecer as diferenças biológicas de mulheres e homens, assim como a desigualdade de gênero, possibilita promover alternativas de eficiência e equidade em suas funções;

ao se ter uma melhor análise da realidade local, é possível perceber e alcançar mudanças importantes nos estilos de vida e trabalho das agricultoras e dos agricultores, por alcançar equilíbrios adequados com seu ambiente.

### Referências bibliográficas

BUSTINZA, Y. M. Agroecología y gérero: ¿Una mirada al futuro o una situación conjuntural? In.: *America Latina en Movimiento – MAELA*. Disponível em: http://alainet.org/active/show\_texto.php3?key=2505 Acessado em: 29 nov./2002.

CAMURÇA, S. A. A política como uma questão de gênero: revisando Joan Scott e articulando alguns conceitos. In.: AVILA, M. B. (Org.) *Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade*. Recife: SOS Corpo, 2001. p. 131-190.

CHAMOCHUMBI, W. "El" agroecología y "la" género. ¿Matrimonio forzado o feliz sirvinacuy? Disponível em: < http://go.to.isat>. Acesso em: 29 set. 2002.

GLIESSSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecoógicos em agricultura sustentável. Tradução: Maria José Guazzelli. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 635 p.

HARWOOD, R. R, Small farm development – understanding and improving farming systems in the humid tropics. Boulder: Westviw Press, 1979.

JUNCADELLA, I. L. *Ecofeminismo(s) o feminismo ecologista: Estado del debate em la Índia.* Disponível em: http://www.geocities.com/equipasia/Art\_Ecofeminismo\_Imma.htm. Acessado em 29 set. 2002.

MOURÃO, P. L. Diagnóstico sobre os quintais agroflorestais e o trabalho feminino em sistemas de produção no município de Abaetetuba - Pará. In: /V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de produção, 2001, Belém. Anais... Belém: UFPA, 2001.1 CD-ROM.

NAVARRO, M. G. M. Agroecologia: bases teóricas para uma história agrária alternativa. In.: *Agroecologia e Desenvolvimento*. Revista da AS-PTA/CLADES. Rio de Janeiro, n.2. p. 3-17, nov. 1994.

NAVARRO, Z. Políticas públicas, agricultura familiar e os processos de democratização em áreas rurais brasileiras (com ênfase para o caso do Sul do Brasil). In.: XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais Anais (ANPOCS). Caxambu, 1996 (Anais).

PACHECO, M. E. L. A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico. In.: *Textos para debate. Encontro Nacional de Agroecologia* (ENA)/Núcleo executivo, 2002a. Rio de Janeiro. p. 11-18.

PULEO, A. H. Feminismo y ecología. Disponível em: http://www.nodo50.org/mujeresred/ecologia-a\_puleo-feminismo\_y\_ecologia.html Acessado em: 29 Set./2002.

SILVA, M. A. M, De colona a bóia-fria. In.: PRIORE, M. D. (Org.): BASSANEZI, C. (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 555-577.

SIMONIAN, L. T. L. *Mulheres da Amazônia Brasileira:* entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 270 p.

SOARES, V. Indo para Pequim, as mulheres passaram pelo Rio, Viena, Cairo e Copenhague. In: *Caderno do CIM*, nº 1. São Paulo, CIM, 1994.

WOLFF, C. S. *Mulheres da floresta: uma história: Alto Juruá*, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999. 291 p.

WOORTMANN, E. F., WOORTMANN, K, *O trabalho da terra: a lógica simbólica da lavoura camponesa.* Brasília: EDUNB, 1997. 192 p







#### **FASE NACIONAL**

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo 22270-070, Rio de Janeiro - RI Tel:(021) 2286-1441 Fax:(021) 2286-1209

#### **FASE-RIO**

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo 22270-070, Rio de Janeiro - RJ Tel:(021) 2536-7367 Fax:(021) 2536-7379

#### **FASE-VITÓRIA**

Rua Graciano Neves, 377/2º pav. 29015-330. Vitória-ES Tel: (027) 3322-6330 Fax: (027) 3223-7436

#### **FASE-RECIFE**

Rua Viscondessa do Livramento, 168 Derbi 52010-060, Recife-PE Tel/Fax: (081) 3221-5478

#### FASE-BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329. Umarizal 66055-080, Belém - PA Tel: (091) 4005-3773 Fax: (091) 4005-3750

#### Projeto Gurupá

Tav. dos Tamoios, 1270 -Alameda Amanajás casa 27 66025-540 Belém - PA Tel/Fax: (091) 3242-4341

#### **FASE-CÁCERES**

Rua 06 Qd.03, casa 18 Monte Verde. 78200-000 Cáceres - MT Caixa Postal 10 Tel: (065) 223-4615

#### **FASE-ITABUNA**

Rua Rio Branco, 93 Califórnia 45600-000 Itabuna - BA Tel: (073) 3613-9129 Fax: (073) 3613-9076

Proposta nº.103/104 - Dez/Mar 2005





#### Conselho Editorial

Ana Clara Torres Ribeiro Grazia de Grazia Heroldo Baptista de Abreu Jean-Pierre Leroy João Ricardo Dornelles Jorge Eduardo Saavedra Durão Leandro Valarelli Luis César de Oueiroz Ribeiro Márcia Leite Maria Emília Lisboa Pacheco Orlando Alves dos Santos Junior Paulo Gonzaga Pedro Cláudio Cunca Bocayuva Ricardo Salles Rosemary Gomes Sandra Mayrink Veiga Virgínia Fontes Regina Leite Garcia

#### Editora Responsável Sandra Mayrink Veiga

Organização do Nº 103/104 Maria Emília Lisboa Pacheco Assistente de Publicações Silvia Helena Brandão

Arquivo da FASE e Fausto Oliveira

Entrevistas concedidas a: Fausto Oliveira

#### Projeto gráfico

Maurílio Guimarães e Gabriel Ponã

#### Diagramação Pedro Veiga

Ilustrações

Maurilio Guimarães e Gabriel Ponã

Maurilio Guimarães e Gabriel Ponã

#### Foto / Ilustração da Capa Maurilio Guimarães e Gabriel Ponã

#### Informações e Vendas

Setor de Publicações Rua das Palmeiras, 90 Botafogo, R Janeiro, RJ - 22270-070 Tel.: (021) 2536-7367 Fax: (021) 2536-7379 E-mail: sbrandao@fase.org.br www.fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos artig assinados são de inteira responsabi de seus autores.



## Próximo Número PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da Fase

#### Onde Adquirir:

Na loja virtual do site www.fase.org.br ou Rua das Palmeiras, 90 Botafogo - Rio de Janeiro CEP 22270-070

Tel: (021) 2536-7366

Fax: (021) 2536-7379

contexto universal pós Guerra-Fria com a estratégia de invasões militares

e ocupações "preventivas", com a suspensão dos direitos civis e políticos, com os novos campos de prisioneiros e a tortura institucionalizada, com o novo armamentismo e a corrida nuclear se articula nos territórios de violência difusa com a manipulação da cultura do medo retroalimentada pelo terror. Nos territórios e nas cidades, nas dinâmicas subnacionais o tema do genocídio se torna um objeto real. Na era neoliberal o capital global e o regime de acumulação comprimem os corpos e os desejos.

Construir estratégias ativas de paz e não-violência se torna um objetivo quase utópico e verdadeiramente revolucionário.

**Proposta** assume a tarefa, com o seu próximo número intitulado Guerra e Paz, de contribuir para a construção de um território de paz baseado nos direitos a partir do ponto de vista das grandes maiorias e das principais vítimas desse processo, pois só o seu protagonismo político pode evitar o mal estrutural e difuso que atinge a todos.



## Acesse o site da FASE

#### No site da FASE você encontra:

- Os Programas Nacionais da FASE
- Os Programas Regionais
- Projetos Especiais
- A Campanha o Brasil tem Fome de Direitos
- As Publicações e Produtos da FASE na loja virtual

www.fase.org.br



# **PROPOSTA**

Revista Trimestral de Debate da Fase

Em Proposta, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas, a análise mais apurada sobre a realidade brassileira e o retrato extraído diretamente da experiência dos movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões e cidades do país, para a construção de uma sociedade justa democrática e sustentável.



Valor da Assinatura Anual R\$ 38,00 (trinta e oito reais).

Como fazer sua assinatura de Proposta

Depósito bancário à FASE no banco Bradesco, conta 95475-6, agência 0227-5 Botafogo.
Envie o comprovante de depósito com seu nome e endereço para o fax (021) 2536-7379.
Através do site www.fase.org.br Cheque nominal à FASE no valor de R\$ 38,00.

Envie juntamente com seus dados, para o endereco:

Rua das Palmeiras, 90

ep - 22270-070, Botafogo, RJ



Para maiores informações: (021) 2536-7367 ou sbrandao@fase.org.br